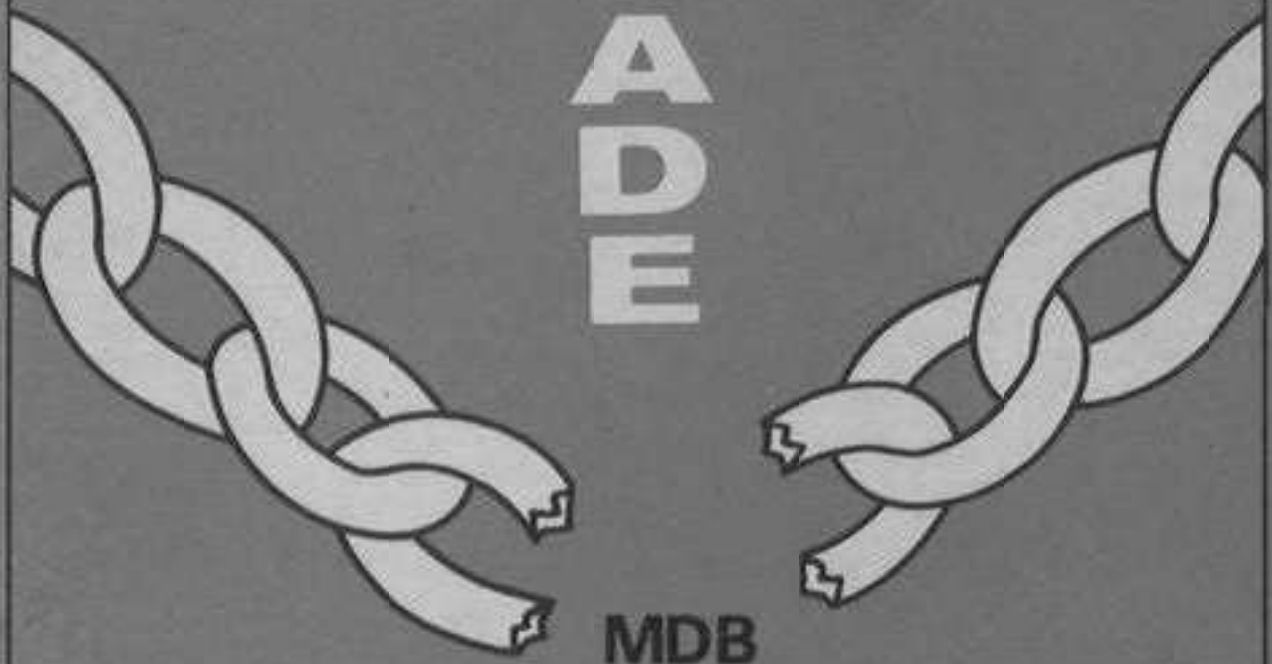
O HOMEM E A LIBERDADE



MDB

1º SIMPÓSIO NACIONAL

Florianópolis, 17 e 18 de Junho de 1976

INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS

PEDROSO HORTA

INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS "PEDROSO HORTA"

Diretoria Executiva

Presidente	Deputado ALCEU COLLARES
Vice-Presidente	Senador ITAMAR FRANCO
Primeiro-Secretário	Deputado SERGIO MURILO
Segundo-Secretário	Deputado WALTER SILVA
Tesoureiro	Deputado CELSO BARROS
Líder do Senado	Senador FRANCO MONTORO
Líder da Câmara	Deputado ALENCAR FURTADO

Suplentes

Deputado MOREIRA FRANCO
Deputado WALTER DE CASTRO
Deputado JERÔNIMO SANTANA

CONFERENCISTAS

Deputado TANCREDO NEVES

Senador FRANCO MONTORO

Senador ROBERTO SATURNINO

Professor FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Jornalista CARLOS CHAGAS

Deputado LAERTE VIEIRA

Deputado ULYSSES GUIMARÃES

DOAÇÃO
Des. José Carlos Teixeira Giorgis

Porto Alg. Jan. 2022

APRESENTAÇÃO

Tudo que é politicamente relevante, seja social, institucional, econômico ou ideológico converge para os partidos políticos. São instrumentos destinados à formação da opinião pública, formada pela pregação doutrinária e conscientização das camadas sociais, que se realiza pelo debate e ampla discussão dos problemas políticos, econômicos, sociais e culturais da nação. As agremiações partidárias apresentam aos cidadãos as alternativas e opções para a solução de seus problemas.

O partido político, segundo Afonso Arinos, tornou-se a peça mais importante no quadro do funcionamento dos governos modernos. São eles — os partidos políticos — chamados a cumprir na democracia, "uma função delicada e importante, que é a de mostrar ao eleitorado quais são as opções políticas possíveis, indicando ao mesmo tempo pessoas que afiançam serem capazes de realizá-las".

No governo de uma democracia moderna, os partidos políticos ocupam a posição central, desempenhando funções indispensáveis, visto que, sem sua existência as instituições representativas não teriam condições de funcionar.

Laski pondera que, no estado democrático, o eleitorado é tão numeroso e tão variado o número de interesses, que se torna necessário organizá-lo para o fim de chegar-se a decisões. Eles atuam como agentes de idéias, essa a importante e indispensável função dos partidos políticos numa democracia.

São como que pontes que unem a sociedade ao Estado, formados no seio da primeira, onde haurem sua legitimidade, conduzem a vontade social ao Estado, condicionando o comportamento deste.

Ainda Lipson procurando explicar o processo de mudança de um grupo de governantes por outro, esclarece que isso acontece mediante um recurso que, talvez, seja a mais notável contribuição moderna à arte política, ou seja, o sistema partidário.

A existência dos partidos não é nova em si mesma. Sua genealogia pode ser investigada através dos séculos. O que é novo, porém, é o lugar que os partidos vieram a ocupar no processo político moderno e a atitude que hoje em dia prevalece em face deles. Não é muito remota a época em que a organização dos partidos era encarada como uma ameaça à unidade do Estado.

Embora ninguém recuse que o sistema de governo no qual se alternam os partidos contenha imperfeições, está para ser descoberto outro método superior a ele e capaz de assegurar as liberdades políticas. Essa opinião é tão fortemente sustentada através de uma grande parcela do mundo contemporâneo que a existência de mais de um partido é hoje considerado critério essencial para distinguir-se um regime de liberdade de outro, ditatorial. O regime democrático é por sua natureza um estado de partidos. A vontade coletiva forma-se na livre concorrência dos grupos de interesses e concepções constituídos em partidos políticos. São a expressão e a manifestação natural e necessária das grandes forças ocultas que animam a um povo. Do esforço e da rivalidade dos partidos políticos é que surgem as melhores e mais duradouras instituições e que trazem à luz toda a riqueza das forças latentes da nação.

Contudo, há como que uma preocupação quase universal para levar ao descrédito a atividade político-partidária, considerando-a nociva aos anseios populares, a fim de possibilitar o enfeixamento do poder nas mãos de poucos, sem a necessária participação da coletividade na formação da vontade estatal.

Retratando, com fidelidade, esse quadro em que vivem as instituições políticas em grande parte do mundo, J. Howard McGrathl, ex-Presidente do Partido Democrático, dos Estados Unidos, em se livro o "Poder do Povo" adverte:

"Alguns de nós tivemos o triste privilégio de ver em primeira mão os primeiros esforços dos regimes totalitários para se instalarem. Vimos como eles asseguraram sua primeira posição firme, pela destruição de todas as instituições democráticas. Seu primeiro passo foi, inicialmente, ridicularizar, depois denunciar furiosamente os partidos políticos e as associações de trabalhadores. Os políticos eram taxados de estúpidos, incompetentes ou corruptos. A fé do povo em suas instituições se desfez, até o sombrio colapso final de sua total estrutura democrática. Daí em diante, foi fácil aos ditadores se empossarem."

Desde que começamos com a suposição de que a base política para

um governo eficiente deve ser criada pela mobilização da nação, conclui-se que estamos procurando a espécie de organização política que possa traduzir em fatos a idéia de que o governo da maioria está no partido político. Os partidos não têm igual, quanto a isso. Eles criam e mobilizam a maioria; definem as alternativas e habilitam a naçao a decidir; submetem-se à vontade da nação nas eleições. São os únicos meios apropriados para produzir uma solução política para as crises governamentais.

Se acreditamos no governo da maioria, estamos aptos a acreditar também no único meio praticável, pelo qual o governo da maioria pode ser realizado através dos partidos. O governo de partidos é tão legítimo quanto a própria democracia. Portanto, a organização partidária e as técnicas utilizadas para obter o controle do governo, bem como as medidas necessárias à criação de um eficiente sistema partidário são importantes, pois, não podemos crer que o governo do partido seja uma coisa boa, sem também acreditar nos meios apropriados para que seja obtido.

Estamos convencidos de que uma das grandes causas do enfraquecimento dos regimes democráticos no mundo atual reside na negligência com que seus defensores tratam a vida das agremiações partidárias. Nós políticos, normalmente, nos servimos dos partidos apenas para a atividade político-eleitoral, descurando da revitalização constante da função partidária.

A democracia política, social e econômica jamais se realizará sem partidos fortes, modernos, dinâmicos, tecnicamente organizados, hierarquicamente disciplinados e ideologicamente definidos. A democracia e a liberdade não podem ser realizadas com instrumentos rotundos, retrógrados e superados.

A regra geral é a semelhança dos programas partidários, confundindo-se a opinião pública pela ausência de definições filosóficas mais profundas. O costume é o exercício das funções eleitorais e políticas, em detrimento das funções doutrinárias. Daí se apresentarem os partidos como verdadeiros corpos sem alma, sem idéias, sem princípios, sem concepções claras a respeito dos problemas que angustiam as nações.

Não bastam bons programas partidários, devidamente elaborados e aprovados pelo órgão competente, se não sairem das gavetas dos birôs nos gabinetes. A doutrina partidária deve ser amplamente difundida para formar a consciência coletiva do partido, de tal sorte que, em

qualquer lugar, seus adeptos pensem da mesma forma a respeito de problemas iguais. É preciso haver um autêntico processo de assimilação das idéias e princípios partidários. Do contrário, por mais avançada que seja sua doutrina, definha-se no ermetismo dos iniciados, perdendo sua força imantadora pela falta de sustentação nos diversos segmentos sociais.

Se estamos efetivamente convencidos de que o regime de partidos políticos é fundamental para a concretização da d mocracia e da liberdade, se estamos convencidos que sejam agentes de idéias e instrumentos de captação dos anseios e aspirações populares, não podemos deixar de nos preocupar, prioritariamente, com a necessidade de dar-lhes um conteúdo de idéias que os identifiquem com os fatos sociais. Todavia, essas idéias e postulados não podem resultar da improvisação do empirismo no exame das realidades investigadas. Ao contrário, devem ter como base a pesquisa e o estudo permanente dos regimes políticos, das teorias e modelos econômicos, das doutrinas sociais, dos sistemas educacionais, da ciência de administração, etc. etc. Sem a análise profunda das excelentes contribuições, ao pensamento político, dadas pelos grandes cientistas, sociólogos, economistas, etc., sem o conhecimento das concepções doutrinárias e das experiências que proporcionaram a solução dos problemas institucionais, econômicos, sociais e culturais de outros povos, os partidos não têm condições de bem exercer sua missão no mundo contemporâneo.

A falha dos partidos no cumprimento das suas funções específicas provocou, em muitas nações, a sua substituição por organismos outros e a implantação dos regimes de força. Acontece que essa substituição gerou deformações graves nas instituições livres. Tais organismos, com funções específicas, não possuem os mecanismos partidários do diálogo, do debate, da discussão dos problemas na busca do entendimento e, quando este não é encontrado, há a possibilidade da decisão pela via democrática, com as minorias acatando a vontade das maiorias. São, portanto, substituições temporárias, que levam naturalmente à devolução das funções políticas aos partidos. Somente estes podem, sem a imposição da força, sem abalos e sem crises, solucionar controvérsias.

Compreendendo a fundamental importância das agremiações partidárias no encaminhamento e na solução dos interesses e das aspirações do povo, a Direção do Movimento Democrático Brasileiro, resolveu, em sua última Convenção Nacional, criar o Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais Pedroso Horta, como órgão de colaboração partidária, atribuindo-lhe as funções de pesquisas, estudos e

análises dos diversos ramos do conhecimento humano, com a finalidade de ensejar ao MDB maior embasamento científico à sua ação política.

Sem dúvida, a criação do Instituto Pedroso Horta e da Fundação Milton Campos foi a decisão mais séria, mais importante e a única, em termos de inovação política, adotada pelos partidos desde a sua existência no Brasil.

Qualquer atividade, nos tempos atuais, tem na pesquisa científica a base para o aprimoramento de suas técnicas de trabalho. Não há razão lógica para não adotá-la na atividade política. Com raríssimas exceções, legislativos, partidos e políticos ainda continuam se utilizando de velhos e superados métodos no exercício de suas funções, normalmente; agindo na base da improvisação, do empirismo, da análise superficial dos fatos sociais, desprezando a possibilidade de aproveitamento de dados, informações, pesquisas e estudos que podem ser recolhidos por organismos especializados.

Conduzem-se, em plena era da tecnologia, da automação e da cibernética, como se vivessem na época do carro de bois. É, exatamente, em virtude desse comportamento retrógrado, que os técnicos, aproveitando-se de dados, informações, estatísticas, índices, quadros comparativos, etc., acabam impondo decisões que caberiam aos políticos tomá-las. Aceitam-nas como corretas, face à carência de elementos para comprovação ou contestação. Os técnicos acabam transformando-se em tecnocratas, manipulam taxas do PIB, de poupança, de inflação, de analfabetismo, de mortalidade infantil; apresentam índices de distribuição de renda, de importação, exportação, demonstram o nível de desnacionalização, reduzindo os verdadeiros efeitos, determinam fatores de reajustamentos salariais, expõem o montante do endividamento externo, das reservas de divisas, comparando-os com outros fatores para afirmarem que não há razões para intranquilidades; comparam, aumentam e diminuem, sem que a classe política, por absoluta falta de dados, possa compará-los com a realidade.

Acabam adquirindo tal força que substituem as decisões políticas pelas decisões técnicas, resultando distorções profundas no organismo econômico, com reflexos no social e político. Envolvem, com facilidade, os políticos que têm visão abrangente, ampla e humana das realidades sociais que representam.

Dir-se-á que a deformação é consequência do regime de excep-

cionalidade que confiou aos técnicos o poder de decisão sobre os problemas brasileiros.

Em parte, é verdade, porém, não é a única causa de todos os males. Legislativos, partidos e políticos não dispõem de instrumentais modernos que os capacitem à vitalização constante de suas funções. É urgente a necessidade de modernização dos meios, critérios e métodos de funcionamento, num esforço destinado a dar-lhes maiores condições de dinamismo, atualização e aperfeiçoamento das respectivas atribuições. Significa a urgente necessidade de adaptação contínua às realidades de uma sociedade em constante processo de mutação.

Os institutos podem prestar aos partidos relevantes serviços, suprindo carências de dados, informações, pesquisas e estudos sobre todos os ramos do conhecimento humano. Métodos de ação política devem ser constantemente revisados; o programa, permanentemente, atualizado para acompanhar as mutações sociais. A organização partidária é matéria que requer amplo exame, com a finalidade de colocar os órgãos internos do Partido em perfeitas condições de funcionamento; cursos de atualização política devem ser realizados, objetivando reciclagem em nossos conhecimentos; cursos de formação de lideranças, para Prefeitos e Vereadores; realização de simpósios, seminários, encontros políticos, ciclos de debates destinados a difusão ampla do pensamento político do Movimento Democrático Brasileiro, publicação de trabalhos sobre problemas econômicos, políticos e sociais.

Já estamos, inclusive, providenciando a publicação dos resultados das Comissões Parlamentares de Inquérito sobre Política Salarial, Multinacionais, Menor, Proterra, Sistema Penitenciário e o trabalho elaborado por cientistas sobre o problema energético brasileiro.

Nesta data, estamos realizando em Florianópolis, Santa Catarina, na Assembléia Legislativa, o 1.º SIMPÓSIO NACIONAL — "O HOMEM E A LIBERDADE" — com a valiosa participação das lideranças do MDB — Tancredo Neves, Franco Montoro, Roberto Saturnino, Paulo Brossard, Laerte Vieira, Ulysses Guimarães e do Professor Fernando Henrique Cardoso e do jornalista Carlos Chagas.

Alceu Collares

Muito obrigado!

(Palmas)

PRIMEIRA CONFERÊNCIA

O SR. DEPUTADO TANCREDO NEVES — Eminente Deputado Alceu Collares, mui digno Presidente do Instituto Pedroso Horta;

Excelentíssimo Senhor Deputado Dejandir Dalpasquale, eminente Presidente do Diretório Estadual de Santa Catarina;

Senadores Franco Montoro, Evelásio Vieira e Roberto Saturnino;

Eminente Líder Laerte Vieira;

Meus colegas de representação na Câmara dos Deputados;

Senhor Major Souto, mui digno representante do Grupamento Leste;

Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas;

Senhores Deputados Estaduais, Prefeitos, Vereadores, minhas Senhoras e meus Senhores.

O Instituto Pedroso Horta houve-se com irrecusável acerto em escolhendo esta jovem e bela capital para cenário do 1.º Simpósio de Debates e Estudos Políticos.

Florianópolis é a maravilhosa síntese deste valoroso Estado de Santa Catarina. Na fascinação da sua natureza, no fulgor da sua cultura, na extraordinária capacidade de trabalho do seu povo e, sobretudo, no inexpugnável de suas resistências cívicas.

O gentil que aqui vivia e morava, consoante o depoimento do Padre Nobre, era o melhor da costa. Manso e propício às coisas de Deus, dizia ele.

Os espanhóis aqui não conseguiram lançar raízes da sua malograda

missão colonizadora, enquanto que os portugueses, em se submetendo e se deixando assimilar pela serena energia dos filhos desta terra, aqui contribuiram para que se plantasse uma das mais belas páginas de Democracia Social que já se escreveu na face da terra.

Foi um catarinense, um dos signatários da Carta Constitucional do Reino Unido de 1822, uma das vozes do Brasil, aclamada na Corte de Lisboa, com coragem e intrepidez, o evangelho de nossa independência política.

Os Farrapos tomaram grande parte da Província e em Laguna fixaram a primeira Capital Republicana do País, a mostrar que já, então, este povo não se rendia aos valores ultrapassados do passado e se deixava partilhar pelos ideais nascentes.

Já em 1842, tentou-se aqui nestas plagas uma ousada experiência de sociedade socialista, que foi iniciada e marcada pelas idéias de Fourier, malograda e morta no nascedouro, mas que já revela uma impressionante antevisão e uma ousada concepção do futuro.

Os "Barrigas-Verdes", na Guerra do Paraguai, tornaram-se lendários pela sua bravura, pela sua energia e pugnacidade!

O romance épico de Anita Garibaldi, atravessando os oceanos e mares, unindo continentes e povos, ainda continua sendo uma das páginas mais raras e de singular beleza, esculpindo no bronze da devoção, da dedicação e da fidelidade do que são capazes as mulheres catarinenses!

(Palmas)

Do que são capazes as mulheres catarinenses, inexcediveis em fidelidade e jamais ultrapassadas na capacidade de sacrifício.

Lauro Müller, estadista de visão clarividente; Nereu Ramos, austero, digno e sábio; o General Sigivedo Passos, de modéstia evangélica e de uma grandeza inexcedível na adversidade; o Almirante Pinto da Luz, um aristocrata de espírito; Victor Konder, notável administrador e o embaixador Edmundo da Luz Pinto são legendas de inteligência, da sensibilidade, de operosidade e do patriotismo a iluminar a história da nossa República e deixando nela marcada a notável cooperação dos catarinenses para o aprimoramento dos nossos ideais democráticos.

(Palmas)

Esse, e somente esse, e nenhum outro, não apenas pela adequação histórica, mas pelas inspirações cívicas e morais, o local indicado para que o Instituto Pedroso Horta aqui instalasse o seu Primeiro Simpósio de Estudos, Análise e Debate, núcleo que é do Movimento Democrático Brasileiro para o constante aprimoramento do seu Programa, das suas idéias, dos seus princípios e, sobretudo, para que consigamos diuturnamente mantermo-nos em harmonia com os sentimentos e as aspirações populares do Brasil.

E aqui, hoje, nos encontramos dando início as atividades desse órgão que está destinado a trazer à nossa agremiação partidária uma extraordinária contribuição.

O que é o Movimento Democrático Brasileiro? O que somos? Para que viemos? O que desejamos? E o que representamos nesta hora sombria da vida nacional?

O Movimento Democrático Brasileiro constitui um caso único e singular na história política dos povos. Nós somos uma Oposição legal e democrática, rigorosamente, legal e democrática, com todas as limitações, com todos os condicionamentos de uma Oposição legal e democrática a um Governo de exceção, marcado de autoritarismo discricionário, sempre pronto a expedir das janelas do seu absolutismo os seus éditos fulminantes e inapeláveis.

Qualquer outra agremiação teria desistido, teria ensarilhado as suas armas e desistido do esforço de continuar lutando e pelejando; no entanto o Movimento Democrático Brasileiro em nenhum momento transigiu, em nenhum momento transacionou, em nenhum momento recuou ou se acomodou e, pelo contrário, dia a dia, vai afirmando a sua firme e determinada capacidade de restaurar em nossa Pátria o regime pleno da democracia.

(Palmas)

Somos em meio ao dilúvio liberticida que há doze anos se abateu sobre esta Nação, a arca em que se asilam aquelas consciências que não se acomodaram, aqueles espíritos que não se acovardaram e aquelas consciências que não se cansam de lutar no dia a dia para que voltemos a ocupar no cenário das nações civilizadas o lugar de destaque a que temos direito pela nossa tradição e pelo nosso passado.

(Palmas)

Somos um Partido cristão, de formação e de inspiração cristã e, porque somos um Partido cristão, somos um Partido Democrata. O maior filósofo do século, o insigne Maritain, numa página já aguda de profunda sabedoria deixou evidenciado, com aquele poder de convicção que ele possui, que o Regime Democrático deita as suas raízes nas páginas do Evangelho, que não existe Democracia que não seja concórdia, não existe Democracia que não seja diálogo, não existe Democracia que não seja entendimento, não existe Democracia que não seja compreensão. Só aqueles que temem o diálogo, que odeiam a compreensão é que odeiam os valores democráticos.

(Palmas)

Mas não somos apenas um Partido de inspiração e de formação cristã, somos um Partido Democrata, sincero e autenticamente democrata porque, se nos foi imposta a condição de ser criado de cima para baixo, em função de um Ato Revolucionário, nós tivemos forças suficientes para nos livrarmos desta marca e nos transformarmos não apenas num Partido do Governo que nos determinou a criação, mas no Partido do Povo, pelo Povo, e para o Povo.

(Palmas)

Hoje somos a última cidadela da resistência democrática em nosso País, embora os nossos adversários tachem-nos de revanchistas e saudosistas e, os mais exaltados, até de subversivos.

Somos um Partido constituído, na sua totalidade, de gente moça, que não tem nenhum compromisso com o passado. Somos um Partido preocupado com o presente, para que possamos construir um futuro radioso que é do nosso dever legar às gerações que estão chegando e as que estão por vir.

Acusam-nos de revanchistas, estes mesmos que há doze anos mantêm no exílio as figuras mais ilustres desta Pátria.

(Palmas)

Acusam-nos de revanchistas aqueles que mantêm um sistema iníquo da suspesão dos direitos políticos e da cassação dos mandatos e que acabam de conseguir esta página negra da História da nossa Civilização, que são as penas políticas vitalícias, as penas políticas eternas!

Acusam-nos de saudosistas, e nós não negamos. Nós somos saudosistas! Saudosistas daquele Brasil em que o Povo reunia-se em praça pública para ouvir os seus líderes nos comícios. Somos saudosistas daquele Brasil em que o Povo, de consciência livre, caminhava para as urnas, para com o voto direito e secreto eleger os seus Representantes, os seus Governadores e os seus Presidentes.

Somos, sim, saudosistas daquele Brasil onde a Imprensa era livre e onde o Poder Legislativo era realmente um instrumento da soberania nacional, em que os Parlamentos possuíam imunidade!

Somos saudosistas de um Poder Judiciário plenamente reintegrado nas suas prerrogativas constitucionais!

(Palmas)

Acusam-nos de subversivos!

Subversivos por quê?

Porque lutamos pela restauração dos valores da Democracia?

Subversivos por quê?

Porque queremos ver o Governo de nossa Pátria devolvido ao seu único e legítimo dono que é o Povo?

Subversivos por quê?

Porque queremos que os brasileiros tenham melhores condições de vida?

Criaram-nos para que fôssemos uma Oposição platônica, para que fôssemos uma Oposição proibida de chegar ao Poder.

Mas, pela seriedade do nosso comportamento, pela sinceridade da nossa pregação, pela firme e inabalável decisão de jamais trairmos os sentimentos e as aspirações populares, fomos crescendo, ganhando mais Municípios e mais Câmaras Municipais, ampliando a nossa presença nas Assembléias Legislativas, marcando cada vez mais a nossa situação na Câmara dos Deputados, multiplicando no Senado as nossas Cadeiras, a ponto de tornarmos, hoje, não uma Oposição platônica,

não uma Oposição que se deva subestimar, mas uma forma decisiva, temida e respeitada no reencontro dos valores morais e jurídicos da nossa Pátria.

(Palmas)

E qual é o nosso principal objetivo? É dar ao País uma organização de legalidade democrática. Esta é a meta n.º 1, esta é a meta básica, esta é a meta fundamental do Movimento Democrático Brasileiro! Sem ordem jurídica constitucional nada se pode fazer! Sem a Lei das Leis, sem o pacto de união nacional, que se chama Constituição, todas as outras ordens passam a não existir, ou existir de forma deficiente e insuficiente, gerando a inquietação e a insegurança em todas as regiões, em todos os lares de nosso País.

Queremos uma Constituição, porque sem ela todos nós viveremos sempre entregues aos caprichos dos homens que se colocam acima do Estado e acima das leis. Queremos uma Constituição, porque sem Constituição não há povo livre, não há povo civilizado! Queremos uma Constituição, porque só ela delimita a harmonia e a interdependência dos Poderes. É atráves dela, que se escalonam as competências e as jurisdições; é através dela que se fixam os direitos e as responsabilidades do Estado e dos cidadãos, e por ela e com ela que se esculpem os direitos fundamentais inerentes à dignidade da pessoa humana, sem cuja existência e sem cujas garantias as coletividades humanas se transformam em cadeias africanas. E esse não é o destino do Brasil!

Queremos uma Constituição, e não negamos! Porque isso é do nosso programa, isso é da nossa doutrinação, essa é a nossa razão de ser.

E o que temos no Brasil? Uma Constituição. Nós temos uma Constituição e sobre ela uma Emenda nº 1, outorgada por uma honrada Junta Militar sem competência jurídica para outorgá-la... (Palmas) e, sobre esta Emenda n.º 1, o Ato Institucional n.º 5, que suspende todas as normas da primeira Constituição e da primeira Emenda Constitucional e que erige dentro de nossa Pátria não mais o Governo da Lei, mas o Governo dos homens.

A nossa luta contra o Ato Institucional n.º 5 não é uma luta contra, obstinada, insensata e sem sentido. O que importa que os nossos adversários nos arguam, nos apregoem de repetitivos, nos arguam de

interativos, nos apresentem como monótonos e fatigantes na reprodução de um mesmo tema? E nós, de fato, o somos, realmente estridentes na repetição deste estribilho. Mas por que não havemos de sê-lo? Se não se alterou em nada o quadro de 12 anos atrás, senão agravado nos seus surtos, senão agravado nas suas restrições, senão profundamente marcado ainda de cerceamentos injustificáveis e de restrições intoleráveis.

Temos que estar advertindo a consciência dos nossos cidadãos para a importância do Estado de Direito! Temos que estar advertindo constantemente a consciência de todos os brasileiros para o que significa de lesivo, para o que significa de desesperança para a nossa Nação não possuirmos uma ordem jurídica à altura das nossas tradições, à altura da nossa vocação jurídica, à altura da nossa presença no concerto das Nações civilizadas.

(Palmas)

O Brasil precisa sintonizar-se com as grandes nações civilizadas do mundo, todas elas vivendo sobre a égide do Estado de Direito; são aqueles povos recém-emancipados ou aqueles outros que vivem sobre a calamidade de governos autocráticos, os que não possuem uma ordem jurídica.

Mas nós, temos tudo para poder dar a este País uma Constituição moderna, uma Constituição eficiente, uma Constituição dotada de todos os requisitos indispensáveis a assegurar, plenamente, o nosso desenvolvimento cultural, econômico, social e político. E, quando falamos que queremos uma Constituição, os nossos adversários se nos antepõem, dizendo: "querem uma Constituição liberal, querem uma Constituição incompatível com os atuais níveis de cultura e de civilização do mundo moderno".

Mas em nenhum outro momento nós advogamos para o Brasil uma Constituição liberal! O que nós queremos é uma Constituição moderna e eficiente, plástica e dúctil, capaz de ir adaptando-se constantemente a todas as transformações rápidas e vertiginosas que a civilização moderna está impondo nas estruturas existentes na criação de outras.

Nós bem sabemos que nos dias de hoje Democracia significa governo forte, significa Executivo dinâmico, significa Executivo empreendedor. Mas Executivo forte, Executivo dinâmico e empreendedor,

disciplinado e limitado pela Lei. Todos nós sabemos que o Parlamento moderno exige realmente requisitos de assessoria técnica, de informação de capacidade de aprofundar-se no âmago dos problemas que agitam e angustiam a população brasileira.

Todos nós sabemos que uma Democracia moderna exige um Poder Judiciário possuído da responsabilidade imensa de distribuir, com rapidez, e de maneira acessível a todos, o primeiro do seu dever, que é a distribuição da justiça através da aplicação da Lei.

Mas, quando no Brasil fala-se em reformar a Democracia, é para fazer do Executivo um Super Poder, é para mesquinhar e aviltar o Poder Legislativo, retirando-lhe a única garantia que lhe dá dignidade, que é a imunidade do Parlamentar.

(Palmas)

E agora, fala-se na reforma do Poder Judiciário e o MDB diz: "De acordo." Mas vamos começar essa reforma dando aos Juízes, Magistrados e Ministros do Poder Judiciário de nossa Pátria as garantias constitucionais que o AI 5 lhes arrebatou.

(Palmas)

Democracia é liberdade organizada. É aquela liberdade em que cada um, e no exercício dela, sabe respeitar a liberdade dos demais.

Como pretender uma Democracia em nossa Pátria, se a Imprensa ainda está sob censura, ostensivamente presente em alguns órgãos de Imprensa e de Comunicação e exercida sob a forma de censura autoresponsável sob todos os demais instrumentos de comunicação de nossa Pátria?

Como falar-se em Democracia, quando é o próprio Governo que reconhece que não vivemos num regime de plena Democracia? E perguntamos: o que é que falta para instalar a plena Democracia? São os operários que pedem a Democracia para que os seus Sindicatos voltem a ser um instrumento legítimo de suas reivindicações.

(Palmas)

São os estudantes que pedem uma plena Democracia para que

sobre a sua cabeça... (Palmas) ... para que sobre a sua cabeça não paire esta espada de Dâmocles do 477.

São os intelectuais que desejam plena Democracia para que tenham liberdade de pensamento e de expressão.

São todas as categorias sociais, em suma, que a una voz reclamam o advento da égide da Lei. No entanto, a primeira e mais solene promessa da Revolução, o seu compromisso de honra quer a restauração da Democracia no Brasil, que há doze anos vem sendo diariamente procrastinada e não se sabe quanto ainda teremos que esperar para vê-la realmente escravada nas nossas instituições e nas nossas Leis.

Dizem que não estamos amadurecidos para a Democracia. Dizem eles que algumas metas culturais e algumas metas do desenvolvimento econômico precisam ser atingidas para, sobre elas, podermos assentar uma Democracia sólida e definitiva.

Será que teremos que esperar que se acabe o analfabetismo no Brasil para que tenhamos Democracia?

Será que teremos que esperar que se estirpem as moléstias tropicais — que nos infelicitam e inferiorizam — sejam também eliminadas?

Será que teremos que esperar que a renda "per capita", no Brasil, atinja a casa dos 1.500 dólares?

Será que teremos que esperar que instalemos em nossa Pátria um tal parque industrial técnico e científico que nos assegure autosuficiência para que possamos ter Democracia?

Se for assim, os netos dos nossos netos virão e não conhecerão nunca as belezas de um regime de liberdade.

(Palmas)

Ora, meus amigos! A Democracia só se aprende praticando.

Não há outra maneira de se praticar a Democracia se não aprendemos todo o dia os seus acertos, os seus erros; no que ela tem de vigoroso, no que ela tem de fraco.

O que existe de belo na Democracia é que ela pode se adaptar a todas as condições e níveis de ordem cultural, social e econômico. Queremos a restauração de uma Constituição Democrática em nosso País, porque ela é a espinha dorsal; ela é a razão de ser de uma vida digna e livre para todos os cidadãos.

Disse e repito; onde não existe a ordem jurídica, a legalidade democrática, todas as outras ordens desaparecem; e se quiséssemos ilustrar essa tese, não encontraríamos nada mais ilustrativo do que o caso brasileiro: porque não temos ordem constitucional, porque os Poderes não se respeitam, dentro de um regime de harmonia e interdependência, nós não temos garantia suficiente e eficaz para, em determinado momento, recorrer ao **habeas corpus,** que é o instrumento mais eficaz para fazer com que o direito lesado e a liberdade ofendida encontrem pronta, rápida e imediata reparação.

A administração perde a sua harmonia e sincronismos e é substituída pela técno-burocracia, que ocupa, como se fossem departamentos estanques, todos os setores da atividade nacional, com arrogância, com presunção, com filáucia que nos permitem senão admitir que eles se acham possuídos da mais alta sabedoria no domínio de todos os assuntos dos problemas nacionais.

A administração normal é aquela que se processa através dos canais competentes, na base da análise, do estudo, da aferição das resistências, das fraquezas; no regime de pesos e contrapesos, no exame das repercussões maléficas e benéficas das decisões governamentais; tudo isso desapareceu do Brasil.

Existem os técno-burocratas ocupando com um poder imenso todos os setores da atividade brasileira e que, muitas vezes, se dão ao luxo de cometerem erros os mais desastrosos, os mais nocivos, os mais funestos à Nação brasileira, sem que nada lhes aconteça, pois que não têm que dar conta à opinião pública e só têm que dar conta a si mesmos.

E quando erram: "cometeu apenas um equívoco, inspirado pelas melhores das intenções."

A ordem econômica e financeira está em caos! Por que? Porque não há limite nas decisões dos responsáveis por esses setores e, como não têm limites, todos se permitem a todas as decisões.

A carga tributária que incide, hoje, sobre a pequena, média e grande empresa nacional não permite, a esses setores da nossa economia, um mínino de poupança para que possa expandir e ampliar as suas organizações e assegurar o capital e juros necessários à sua manutenção. E, em pleno regime inflacionário, quando tudo aconselhava prudência nas decisões do Governo, ainda há menos de quinze dias, cria-se mais um tributo, o imposto sobre o serviço de transportes rodoviários interestaduais e intermunicipais, cuja repercussão no custo de vida da nossa gente vai ser das mais funestas.

Tudo isso, por que o Congresso Nacional foi ouvido?

Tudo isso por que os Representantes do Povo foram ouvidos?

Não, porque alguns tecnocratas acharam necessário, em meio as aflições do mundo moderno, enriquecer o nosso erário com mais um tributo de conseqüências, realmente calamitosas.

Temos injustiças clamorosas na nossa concepção tributária. O imposto de renda tributa os assalariados, mas isenta de tributação os donos de capital. Tributa-se opobre e isenta-se o rico. Tributa-se os que ganham para manter a sua sobrevivência, mas deixa-se tranqüilamente os que realizam grandes fortunas, da noite para o dia, e que ficam totalmente isentos de qualquer ônus.

(Palmas)

O imposto de circulação de mercadorias, o ICM, aí está aprofundando e alargando a defasagem entre Estados ricos e pobres, entre Estados produtores e consumidores, afetando seriamente a estrutura do que nos resta de Federação e pondo em risco a própria unidade nacional!

E por que? Porque este regime tributário não foi votado pelo povo, não foi votado pelos Representantes dos diversos Estados para que pudessem levar, na sua construção e na sua estruturação, as informações e as contribuições do que esse imposto pudesse acarretar a esses Estados.

E o que dizer do nosso sistema de desenvolvimento econômico que, hoje, se assenta no endividamento em "bola de neve" e nas exportações altamente subsidiadas?

Não se cuidou de ampliar o mercado nacional de cem milhões de criaturas humanas, famintas e carentes de tudo, para se fazer dele o suporte do nosso desenvolvimento econômico. Ao contrário, vamos nos entregar à dependência do capitalismo internacional, a essa altura correndo o risco de transferir, para o exterior, o centro das decisões mais importantes sobre o nosso destino como Pátria e como Nação!

(Palmas)

Os Governos da Revolução têm adotado um regime político de cerceamento de certo tipo de direito e de liberdade. Caminhamos para um regime econômico dirigista, monopolista e, mais do que isto, um regime econômico monetarista, profundamente monetarista. Mas, sentindo que com essa estrutura ele não teria condições de se manter diante do povo, caminha para um regime social paternalizante, de liberalidades e de benesses, em gritante contradição com a filosofia que adotou no plano político e no plano econômico. E quando caminha para criar uma imagem favorável, na opinião pública, no plano nacional, é ainda se aproveitando de iniciativas do Movimento Democrático Brasileiro (palmas prolongadas) que ele se credencia a esses setores da vida pública brasileira, carentes e famintos de justiça social.

São iniciativas do Movimento Democrático Brasileiro a inscrição das domésticas no Instituto Nacional de Previdência Social, a contagem recíproca de tempo para efeito de aposentadoria, a extensão, ao homem do campo, da legislação social, a aposentadoria aos setenta anos, e tantas outras que aqui ficaria citando para lembrar que em nenhum momento o Movimento Democrático Brasileiro se deixou antecipar pelo Governo na defesa, que lhe cabe, no reconhecimento de reivindicações legítimas das camadas mais necessitadas de nossas populações.

Mas, meus amigos, já abusei demais de vossas paciências. Devo deixar esta tribuna para que nela seja substituída por este grande mestre de liderança política e de profundos conhecimentos sociais, que é o Senador Franco Montoro, que mais uma vez vai nos ilustrar, vai nos ensinar, vai deixar, através de suas palavras, a semente fertilizante de ensinamentos sempre oportunos e necessários à elucidação da problemática brasileira.

Devo, portanto, deixar esta tribuna, mas não quero fazê-lo sem antes deixar bem claro que nós não seremos uma grande Nação, nem

uma grande Democracia, sem o respeito aos direitos fundamentais da dignidade humana e sem a efetivação de garantias eficientes, quando da sua lesão, e quando da sua usurpação.

Que nós não podemos promover desenvolvimento econômico, dinâmico, de nossos recursos humanos e naturais, a não ser com justiça, a não ser com liberdade.

E nós, sobretudo, só seremos uma grande Nação se a todos for assegurada a propriedade justa, como fundamento inalienável da liberdade.

Que nenhum de nós poderá conseguir resgatar os seus compromissos para com esta Nação sem criarmos um regime de liberdade econômica, em que a todos seja assegurado o acesso ao trabalho, para que a sua dignidade seja preservada, a sua família garantida e a sua prole rasgada uma perspectiva segura de futuro.

Nós não seremos nunca uma Nação livre, não seremos uma Democracia digna deste nome se cada um de nós, no setor específico da nossa atividade, não levarmos com sinceridade, com esforço e com dignidade a contribuição que todos estamos no dever de dar à nossa Pátria.

Só assim este Brasil será um dia, não apenas uma grande e poderosa potência, mas uma Pátria generosa para todos os brasileiros.

(Palmas)

SEGUNDA CONFERÊNCIA

O SR. SENADOR FRANCO MONTORO — Senhor Presidente, prezadas autoridades que comparecem a este nosso encontro.

Companheiros, depois desta magnífica abertura dos nossos trabalhos pelo grande Deputado Tancredo Neves, devo apresentar, de acordo com a soliticação que nos foi feita, algumas indicações de ordem prática, sobre a tarefa que se apresenta aos militantes do MDB nesta campanha que se realizará em todos os Municípios brasileiros, até o dia 15 de novembro.

Este simpósio se realiza no momento em que se escreve uma página de luto em nossa História: por iniciativa do Ministro da Justiça, tramita, neste momento, no Congresso, o Projeto de Lei que vai marcar, de forma triste, nossa vida política.

A este Projeto, que ninguém ousa defender, nós podemos formular algumas acusações fundamentais: a primeira, é a de que, ao contrário do que afirma o Senhor Ministro da Justiça, que em suas declarações à imprensa informava que o Projeto se destina apenas a distribuir, individualmente, o direito dos candidatos à televisão e ao rádio.

E é preciso repetir que o objetivo do Projeto não é este!

O grave do Projeto está em duas palavras, ainda, que declaram que na palestra pelo rádio e pela televisão os Partidos se limitarão a indicar o nome dos candidatos, o seu número e sua profissão.

E na televisão, sua fotografia.

Isto significa: proibiu-se o debate político no Brasil!

(Palmas)

Quem tem medo do debate?

Quem tem medo da verdade?

Além deste aspecto da supressão do debate político, que é a própria negação da campanha, é muito difícil explicar que vai se fazer uma campanha em que os grandes instrumentos da televisão e do rádio não podem ter acesso aos debates, às discussões, às críticas.

Mas o Projeto tem outros defeitos de maior gravidade.

A legislação eleitoral brasileira atribuiu à Justiça Eleitoral a regulamentação em cada caso, de acordo com as circunstâncias locais.

É do então Ministro da Justiça, Campos Salles, a afirmação no seu Projeto, enviado ao Congresso, transformado em Lei, que caberá à Justiça Eleitoral realizar esta regulamentação, como se faz todos os anos, por ocasião das eleições. Reúne o Tribunal Eleitoral os representantes partidários, da imprensa e do rádio, para estudar e fixar as regras que devem presidir aos debates políticos!

Pois bem! Agora, negou-se esta competência à Justiça Eleitoral. E de um ato elaborado no Gabinete do Ministro, se pretende estabelecer a lei definitiva e restritiva dos debates.

Ainda uma terceira crítica, e grave: é preciso lembrar e repetir que o Ministro da Justiça, em toda a sua justificação do Projeto, parte de um pressuposto falso, elementarmente falso. A vida política, a campanha política é, acima de tudo, a campanha do Partido. Foi-se o tempo em que era apenas um jogo de vaidades individuais, em que os candidatos se inscreviam individualmente e havia a figura dos candidatos avulsos. Substituiu-se no Brasil e no mundo a luta política individual pela partidária. A Constituição tem um capítulo dedicado aos Partidos Políticos. Criou-se o fundo partidário, a Lei prevê que os Partidos organizem os Institutos de Estudos Políticos, como o Instituto Pedroso Horta, para estudar e dar a base cultural à Política. Diz a própria legislação que, quando se vota, vota-se no candidato e no Partido; se houver divergência e alguém vota no candidato de um Partido e na Legenda de outro, o que prevalece é a Legenda.

Todos os doutrinadores em ciência política ensinam a mesma coisa: quem quer democracia e debate, quem quer vida política or-

ganizada tem que prestigiar os Partidos; campanha, é a campanha dos Partidos e todo Projeto parte do pressuposto de que a campanha nada mais é do que a propaganda individual dos candidatos.

Tratando dos indivíduos, pensa com isso atingir os objetivos da Lei e da propaganda quando, ao contrário, tira dos Partidos os programas partidários. Chama-se Programa Partidário e não programa de candidatos! É o terceiro recuo!

Tudo isto mostra que este projeto é um grave retrocesso em nossa vida pública. Estamos lutando para evitar a sua aprovação! Talvez não consigamos e por isso o MDB já tem fixada a sua norma! Mais um obstáculo, não contra o MDB, mas contra o Povo, que tem direito à verdade, ao debate...

(Palmas)

Na vida pública, como na ciência, os erros, os desvios devem ser investigados, debatidos e não escondidos e abafados. Por isso, as campanhas têm uma grande importância para a vida política.

Mais uma batalha nestas posições diferentes; de um lado, os que dispõem da força e dispõem do apoio passivo daqueles que, não concordando, votarão a favor e imporão esta Lei.

Nossa resposta está nesses Simpósios; já que não se pode falar através da televisão a todo o País, vamos fazer como estamos fazendo, vamos às bases, aos Estados. Temos aqui o I Simpósio, como teremos outros, em cada Estado.

O instrumento foi modificado. Tiraram-nos a grande arma da televisão e do rádio. Pois bem, vamos adotar outro critério: vamos ao "televizinho", ao "telecompanheiro", e, de casa em casa levaremos a mensagem do MDB!

(Palmas)

Os nossos adversários iludem-se; não há melhor preparação psicológica para o eleitorado. Quando ele assistir da televisão e do rádio apenas a referência aos candidatos, quando assistir aquela cena muda, fará a si mesmo a pergunta: "Quem tem medo de debate?"

(Palmas)

Por que não querem o debate?

(Palmas prolongadas)

Irão, então, os nossos companheiros, de casa em casa, levando a mensagem do MDB!

Para facilitar este trabalho, aproveitando o vezo de antigo professor, lembrado aqui por Tancredo Neves, redigimos numa folha — pedimos aqueles que não a possuam que solicitem na saída — a relação daquilo que deve ser uma espécie de mapa de orientação de nossa luta, quais as nossas bandeiras resumidas para a campanha do televizinho.

Em São Paulo, num bairro popular, um dos nossos Vereadores mais ligados ao povo criou, com esta inspiração, a figura da "formiguinha".

(Palmas)

Lembrando a "formiga" que no seu trabalho vai de casa em casa, como também a velha fábula "da cigarra e da formiga". "A cigarra estará cantando na televisão a cores, mostrando o INPS com senhoras e moças distintas recebendo, com a maior satisfação e sorriso, os trabalhadores de todo o Brasil."

(Palmas prolongadas)

A televisão a cores a dizer que: "este é um País que vai para a frente" e o homem sentindo: "e a minha vida vai para trás".

(Palmas)

Entre a cigarra que canta enlouquecida e a formiga que vai trabalhar, pensando no futuro do nosso povo, no futuro da nossa gente, não pode haver melhor comparação entre as bandeiras que o MDB deve levar!

Um dos líderes do Governo dizia: "nesta campanha tem-se que discutir apenas os problemas municipais". E, em nome do MDB, como

seu líder no Senado, em nome de vocês, portanto, companheiros, perguntamos ao líder do Governo: "quem lhe deu autorização para fixar medidas daquilo que nós precisamos fazer?"

(Palmas prolongadas)

Foi "slogan" no passado em certa nação, contra a qual o Brasil e as nossas Forças Armadas lutaram, a frase que dizia mais ou menos isto: "não pense, porque o chefe pensará por ti".

(Risos)

Nós queremos outra coisa! Queremos encontros como este! Queremos debates! Queremos esta liberdade de que falou Tancredo Neves, porque só da liberdade com responsabilidade é que sai a construção de nações civilizadas e cultas e se resolvem os problemas de base de um País!

Não nos vamos limitar a problemas municipais, porque estes são uma parte dos nacionais. É no Município que vive o povo brasileiro. É em cada Município do Brasil que se refletem os principais problemas que afligem a nossa sociedade.

As grandes bandeiras do MDB são bandeiras nacionais e o Município é parte essencial e básica da vida nacional. Por isso, vamos usar nesta campanha bandeiras nacionais e bandeiras locais.

As bandeiras nacionais estão aqui sintetizadas em quatro:

A primeira, é aquela com que nos deliciava há pouco o Deputado Tancredo Neves, quanto ao desenvolvimento político. Queremos o desenvolvimento brasileiro, mas o desejamos com liberdade, com estado de direito, com democracia, com respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, a exemplo das nações civilizadas e cultas!

(Palmas)

Se abrirmos um mapa político do mundo, vamos encontrar, a título de amostra, e que pode ser levado de casa em casa: de um lado, tomemos as dezessete nações da Europa Ocidental: a França, Alemanha, Inglaterra, Suíça, Suécia, entre outros, onde vemos que dezesseis são democráticas. Uma, a Espanha, está saindo do regime auto-

ritário e não foi aceita no Mercado Comum Europeu, porque não é democrática.

(Palmas)

Destas dezessete nações, dezesseis são democráticas e uma outra caminha para a Democracia.

De outro lado, vemos as novas nações da Africa, quarenta nações: trinta e sete autoritárias, apenas três democráticas.

Qual é o exemplo que queremos para o Brasil? Seguir o modelo das nações civilizadas e cultas da Europa, ou imitar as tribos africanas que agora adquirem a sua independência e começam a sua vida pública?

O MDB quer a democracia! Os nossos adversários, não sei??!

(Risos)

A segunda bandeira é a econômica.

Queremos o desenvolvimento econômico no Brasil, mas voltado para o mercado interno. O grande mercado do Brasil está, em primeiro lugar, no seu próprio território. É preciso deixar os modelos de imitação do desenvolvimento de nações externas e olhar para nossa realidade. À frente dos problemas econômicos do Brasil está o problema da nossa agricultura, que deve ser apoiada e defendida através das pequenas e médias empresas que cuidam do nosso desenvolvimento autêntico, e não as grandes empresas, na sua maioria multinacionais, voltadas para o exterior e para um desenvolvimento que não representa o nosso efetivo desenvolvimento econômico.

Ouviremos na tarde de hoje esta bandeira desenvolvida pelo Senador Roberto Saturnino, aqui presente.

Bandeira social! Queremos o desenvolvimento brasileiro com justiça social!

Na campanha passada o MDB lançou num "slogan" a sua crítica ao desenvolvimento econômico com a preterição do desenvolvimento

social: "O País está mais vivo, e o povo? Vote no MDB, você sabe porque!"

(Palmas)

Este "slogan" representava precisamente esta dimensão que está sendo esquecida do desenvolvimento social. Não basta que o País esteja mais rico, é preciso que o povo viva melhor.

Quando lançávamos a campanha, o então Ministro da Fazenda, acolitado pelo atual Ministro, repetiam a famosa "teoria do bolo". Diziam "o MDB está querendo o impossível, é preciso primeiro fazer o bolo, para depois distribuí-lo".

O atual Ministro falava que o MDB pregava um distributismo prematuro.

Ora, a realidade, amigos, é que o bolo é feito e distribuído todos os anos. O problema é saber se a distribuição é bem feita, se as fatias são iguais ou são proporcionais, ou se alguns estão recebendo uma fatia muito grande e a maioria da população recebendo pouco demais.

(Palmas)

Esta é a tese que nós apresentávamos!

A diferença entre o menor e o maior salário — falamos no salário porque ele é grande instrumento da distribuição da renda nacional e é por ele que nós recebemos a cada mês a nossa parcela, a nossa fatia no bolo do desenvolvimento — nos países desenvolvidos normalmente na Europa, por exemplo, a diferença entre o maior e o menor salário é de oito a dez vezes. No Brasil, qual é essa diferença? No funcionalismo público federal, no último reajustamento, essa diferença era de trinta e seis vezes e passou a quarenta e seis, o que significa que um homem vai receber num mês aquilo que o outro precisa trabalhar quarenta e seis meses, quase quatro anos, para receber a mesma coisa!

O Governo apresentou a sua justificativa: "mas esse salário é necessário para que o Governo possa ter empregados funcionários em nível salarial igual ao da empresa privada".

— Admitamos! O salário, talvez, seja razoável para aquele que es-

tá ganhando bastante, dentro do funcionalismo. O injusto, o absurdo, o iníquo, é que alguém, trabalhando todo o mês, receba quarenta e seis vezes menos! Esta é a modificação que o MDB pleiteia. Um princípio de justiça que respeite a legislação, que na teoria reconhece a verdade mas que, na prática, exclui.

Se nós formos da administração pública federal para a administração descentralizada, tomando os vencimentos dos Diretores de autarquias, esta diferença passa não a ser de quarenta e seis por cento, mas até de duzentos por cento. Duzentas vezes mais a diferença entre o menor e maior salário, dentro da mesma empresa. Isto mostra um desenvolvimento errado. Um desenvolvimento desequilibrado.

Crescimento da economia acompanhado de uma injusta distribuição da renda.

4.ª bandeira!

Vimos uma bandeira política, uma econômica, uma social, uma bandeira de caráter cultural!

Um dos males que ameaçam o nosso desenvolvimento é o que se poderia denominar colonialismo cultural.

(Palmas)

Repetimos, a cada momento, o que pensam outros países, a nossa televisão, 70% de sua programação é feita no exterior e ela é o grande instrumento de comunicação de massa, no Brasil.

O cinema, quase todo do exterior! Ficamos conhecendo figuras que nada têm a ver com a nossa realidade e desconhecemos os nossos problemas.

O nosso desenvolvimento, a tecnologia adotada nos instrumentos que o Governo subvenciona e subsidia para facilitar a sua introdução no País, todos eles nos custam "royalties" e assistência técnica pagas ao exterior!

Há um dado impressionante a este respeito. Dos sessenta bilhões de dólares que o mundo aplica em pesquisa tecnológica, hoje, 98% são aplicados nos países industrializados e apenas 2% são aplicados no

conjunto de todos os países, da América Latina, Ásia e África. Os outros pensam por nós. Abandonamos a investigação dos nossos problemas para repetir, num mimetismo, num colonialismo cultural, aquilo que os outros pensam e fazem por nós.

Tivemos, ainda agora, uma atitude do MDB que ainda está sendo divulgada, mas que tem uma importância decisiva na nossa vida pública. Diante do problema do petróleo, que é um dos pontos de estrangulamento de nossa economia, hoje, 30%, talvez mais, das nossas divisas serão gastas na importação do petróleo. Pois bem, o MDB pediu a um grupo de Professores e Cientistas, de todo o Brasil, a oito Cientistas tirados dentre os maiores especialistas, em cada um dos setores, um estudo sobre a política de energia, não apenas do petróleo, que é um fator de energia. Há outros elementos capazes de gerar energia!

Apresentou-se um elenco da maior importância pela utilização do álcool, da cana-de-açúcar, da mandioca, energia solar, os ventos, o carvão, o carvão mineral, o carvão vegetal, a lenha, além das hidrelétricas, energia nuclear. Toda soma de elementos que podem contribuir para uma Política Nacional de Eenergia. O depoimento dos Cientistas, meus amigos, é da maior significação. Em cada setor, o que nos diziam eles?

As técnicas, os estudos feitos até agora, estão quase sempre marcados pela cópia, pelo colonialismo com que temos estudado nossos problemas. Por exemplo: a lenha.

O Professor da Politécnica de São Paulo que fez a exposição, dizia: "É preciso deixar de lado todos autores europeus porque eles se fundamentam no que acontece com a lenha na Europa, onde a árvore se reconstitui num período muitas vezes maior do que no Brasil, porque aqui temos condições ecológicas diferentes."

Os primeiros motores construídos no mundo eram movidos, não a gasolina, mas a álcool. Mas os países do Norte não queriam ficar na dependência de um produto tropical, e investiram milhões na pesquisa e na descoberta de um combustível, que foi a gasolina. Esta foi útil para eles. E para nós?

Abandonamos o álcool que durante muito tempo funcionou como combustível no Brasil. Para produzir o álcool são necessárias três con-

dições: terras abundantes, muito sol para a fotossíntese, e muita mão-de-obra, que a Europa não tem. Por isso a tecnologia dela se fundamentou na gasolina.

Nós, porém, temos os nossos problemas. Vamos adotar uma política adaptada à nossa realidade, pensarmos nos nossos problemas. Essa mudança na visão da nossa tecnologia é fundamental. Sem isso nós não caminharemos no caminho do nosso desenvolvimento.

São essas as quatro bandeiras nacionais!

Mas, meus amigos, há uma bandeira que tem caráter específico para essas próximas eleiçoes municipais em todo o Brasil. Um dos desvios mais sérios do nosso desenvolvimento é precisamente a concentração, nas mãos do Governo Federal, de recursos e poderes, e o abandono e o esvaziamento dos Municípios!

Do conjunto de impostos que são pagos pelos Municípios, apenas 12% ficam no próprio Município; 90%, ou quase isso, vão para o Governo Federal e para o Governo Estadual.

Além disso, o Governo Federal dispõe de uma série de outros recursos, decorrentes do confisco cambial: PIS, PASEP, loteria esportiva, loteria federal, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco do Desenvolvimento, etc... Com esses recursos extraordinários nas mãos do Governo Federal e com o sacrifício dos Municípios, está-se operando, no Brasil, um dos desvios mais sérios e que pode comprometer o nosso desenvolvimento.

É razoável que assim seja, que a União detenha todos estes poderes, enquanto os Municípios estão sendo sugados? O resultado é triste!

Com essa soma de recursos o Governo Federal faz planos suntuários, dos quais vamos citar apenas dois exemplos: Um é a famosa Transamazônica, onde se gasta mais asfalto para a construção de mais uma estrada de rodagem, para ser percorrida por mais caminhões a gastar gasolina, petróleo e óleo.

O grande Senador que o Amazonas mandou ao Congresso Nacional, Evandro Carreira, que dá o seu retrato amazônico todas as semanas, lembra a grande estrada, a grande Transamazônica, que é

aquela que Deus e a natureza nos deram, o rio Amazonas, o grande meio de comunicação para o Amazonas! Em seu redor, estão todas as cidades da Região. Abandonamos esta estrada natural, e vamos construir com milhões e trilhões, tirados de todos os Municípios do Brasil, uma estrada que serve para propaganda do Governo, mas que traz muito pouco de resultado concreto para o nosso desenvolvimento.

Outro exemplo da aplicação milionária ou biliardária desses recursos está na construção da Ponte Rio-Niterói, ponte esta que custou vidas a trabalhadores brasileiros, escândalos que justificavam a atuação do patrono desse Instituto, então Líder do MDB na Câmara, Pedroso Horta, a solicitar uma pesquisa, digo, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar em que estavam sendo aplicados estes bilhões ou trilhões aplicados na Ponte Rio-Niterói. Não se conseguiu resultados mas hoje, se nós formos ao Rio de Janeiro, vamos verificar que a travessia do Rio para Niterói, da imensa maioria ou da totalidade das famílias trabalhadoras que precisam fazer essa travessia, continua sendo feita pelas barcas da Cantareira e não pela Ponte, que serve somente para os fins de semana nas praias de Cabo Frio, para aqueles que possuem automóveis.

Tudo isso com dinheiro tirado dos municípios.

O município, entretanto, que é a célula da vida pública nacional. Criaram-se com esses bilhões, que vão para o Governo Federal, autarquias, organizações, siglas que são tão numerosas, que hoje existe um volume com mais de cem páginas, só com indicações das siglas das repartições federais que foram criadas, muitas das quais não definiram ainda, claramente, as suas atribuições reais.

Este dinheiro vai para o Governo Federal e o município, sem recursos, recebe, paternalisticamente, das mãos do Poder Público, do Governo Federal ou do Estado, serviços e obras que deveriam ser feitos pelo Município.

Daí as bandeiras que aqui estão indicadas, todas elas voltadas para a autonomia do município, para o seu fortalecimento, princípio elementar de bom senso. Tudo o que puder ser feito pelo município não deve ser feito pelo Estado ou pela União, que estão muito longe. Educação, saúde, defesa, agricultura, são tarefas que devem ser realizadas pelo município.

Eu me permito dar um exemplo: a Alemanha, que é um dos

países mais cultos do mundo, não possui Ministério de Educação. Existem Secretarias Estaduais e Secretarias Municipais de Educação. Porque educação tem que ser feita na base. No Brasil, criou-se o MOBRAL. Um inquérito realizado demonstra que grande parte das suas verbas são aplicadas até em viagens internacionais e em acordos com editoras e muito pouco na alfabetização efetiva do adulto que precisa de alfabetização.

(Palmas)

São tarefas que devem ser feitas pelo município, na base, o município que está perto, que conhece.

Se a defesa da agricultura e dos agricultores da cidade e da Região estivessem a cargo dos Municípios, os atravessadores não estariam tão imunes, porque o município sabe quem é o agricultor que trabalha, quais as suas necessidades e poderia lhe dar o auxílio efetivo.Mas esta organização gigantesca acaba criando no Brasil aquilo que poderíamos chamar de "Macrocefalia", que é uma doença vulgarmente conhecida por "cabeça grande". E nós temos um Governo Federal com todos esses recursos e os municípios são fracos.

Mas onde vive o povo brasileiro? É nos municípios, ninguém mora na União ou no Governo Estadual: nós moramos sempre nos municípios, e esta deve ser a grande bandeira da próxima campanha, lembrar a importância básica do município que vem sendo esquecido. As autarquias, que são criadas através de Decretos, Decretos-leis, Regulamentos e Portarias, são acessórias, têm uma vida efêmera! A Constituição não se refere a nenhuma dessas organizações, mas desde o artigo 1.º a Constituição Brasileira se refere ao Município como base da vida pública brasileira. No artigo 10 e no artigo 15 retoma o tema para firmar a autonomia do município, mas isto está sendo esquecido e os nossos Prefeitos e Vereadores se transformam em obedientes pedintes do Poder Público Federal e Estadual, agradecendo quando vão de chapéu na mão pedir as benesses daquelas organizações que, na realidade, estão trabalhando com o dinheiro que foi tirado dos próprios municípios.

É preciso inverter esta ordem. Uma reforma tributária que assegure ao Município os recursos de que ele precisa para realizar as suas tarefas, a participação de toda Comunidade na solução dos problemas municipais, pois nós estamos ameaçados de ter o desenvolvimento mar-

cado pela figura: "Gigante com pés de barro", "árvore com raízes fracas".

É preciso fortalecer o Município, se quisermos promover o desenvolvimento autêntico de nossa terra.

Esta a grande tarefa que está cabendo, agora, a todos os brasileiros. Nas eleições de 15 de novembro, vamos deixar de lado as questões pessoais e secundárias. Vamos fazer desta campanha não um jogo de vaidades, de ataques pessoais, de ofensas retalhadoras, mas fazer desta campanha a oportunidade de uma grande obra de educação política, esclarecendo toda a população, conscientizando todo o povo brasileiro sobre este perigo que ameaça o nosso crescimento.

Se não houver uma tomada de consciência, se os Prefeitos não reivindicarem e lutarem pelo respeito a que suas Prefeituras têm direito nós iremos continuar vendo o esmagamento do Município e o fortalecimento catastrófico dos centros, que passarão a dirigir à distância, não para o Brasil, mas muito mais para o exterior.

Para que o nosso desenvolvimento faça-se para dentro do nosso próprio País é preciso que o Município reivindique, e notem os Senhores que isto não constitui novidade. O Município tem sido a grande cidadela da Democracia no Brasil, pois as Câmaras de Vereadores, os antigos Conselhos sempre foram eleitos pela população.

Os Municípios brasileiros, as Câmaras de Vereadores têm sido a grande cidadela, repetimos, da Democracia e da Liberdade e têm escrito páginas magníficas de nossa História.

Como exemplo, podemos citar a nossa Independência. Quando o Imperador deu a sua famosa resposta (que foi a antecipação da Independência): "Diga ao Povo que fico", esta resposta foi dada à Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, que em nome das Câmaras de Vereadores de todo o Brasil, falava em nome do povo brasileiro, pedindo ao Imperador que não fosse para Portugal, pois comprometeria, com esta atitude, a obra da Independência.

Itu, Olinda, São João Del Rei, foram cidades que plasmaram a nossa História. Os Municípios têm sido, realmente, o sustentáculo de nossa vida pública.

Por isto é importante restaurar o sentido municipalista. O MDB deve fazer do Municipalismo a sua bandeira na campanha eleitoral deste ano.

Municipalismo ou Centralismo!

Nossos adversários defendem a centralização de poderes, de recursos e de atribuições; nós defenderemos a autonomia municipal, certos de que só assim defenderemos o desenvolvimento autenticamente brasileiro.

Esta, meus amigos, a bandeira que deixamos, bandeira que está sendo construída pelo trabalho dos Parlamentares, no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras de Vereadores, onde, em nome da Liberdade, cada um dos Representantes do Movimento Democrático Brasileiro luta bravamente pelos propósitos de que falamos aqui.

Em 15 de novembro é preciso que o MDB surja como aquele grupo de homens que no Brasil chamou para si a tarefa de defender o Município Brasileiro, garantindo as raízes da nossa História e a possibilidade do autêntico desenvolvimento de nossa terra.

Sem Município desenvolvido não há Nação desenvolvida, porque nenhuma corrente é mais forte do que cada um dos seus elos, e os elos e as bases do Brasil são os Municípios.

Vamos lutar com independência e com coragem contra a centralização, contra o esvaziamento dos Municípios e fazer dos nossos Municípios a base vital do nosso desenvolvimento!

Companheiros, nossa luta continua!

Unidos, venceremos!

Muito obrigado!

(Palmas)

DEBATE

O SR. PRESIDENTE — (Deputado Alceu Collares) Vamos passar a algumas perguntas, porque não pode haver debate sem a participação do Plenário.

Deputado Tancredo Neves, V. Exa. diz que a Oposição é democrática e legal, que o Governo é de exceção. Mas uma coisa não será a negação da outra?

Pergunta do jornal "O Estado", de Florianópolis.

O SR. DEPUTADO TANCREDO NEVES — Eu acho que uma contradição é a constatação de uma realidade, e daí a beleza e a grandeza da negação.

O SR. PRESIDENTE — Uma seria a negação da outra?

O SR. DEPUTADO TANCREDO NEVES — Eu estou dizendo que não existe negação e nem contradição. O que existe é a retratação de um quadro de realidade. A Oposição se comporta democraticamente, e o Governo, valendo-se dos instrumentos de exceção ao seu alcance, age, muitas vezes, dentro de regime de excepcionalidades, permitindo-se realmente atos de autoritarismos discricionários. Esta é a realidade do quadro brasileiro.

Não existe a negação. O que existe é que a Oposição, não obstante todas as dificuldades, está convencida de que está realizando um grande papel a serviço do Brasil, que é realmente o de levar o Governo a atender as imposições da consciência democrática nacional e devolver ao povo aquilo que lhe pertence, que é o Poder.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE — Ainda para o Deputado Tancredo Neves. Para se decretar o fim do regime de excecão no País, com a

conseqüente constitucionalização, qual, no seu entender, é o caminho mais estratégico: a transformação do atual Congresso em Constituinte, ou é a eleição especial de uma Assembléia Nacional Constituída?

Pergunta do Dr. Osvaldo Macedo, do Paraná.

O SR. DEPUTADO TANCREDO NEVES — Dentro de uma lógica política, a convocação de uma Constituinte seria, sem dúvida, o caminho mais indicado. Mas, políticos que somos, somos também realistas. Sabemos que não existe condições no País, neste momento para a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

A posição do MDB, em face deste problema, é que a reforma da Constituição, parcial ou total, deve ser feita pelas regras fixadas até agora, ou seja, através de Emendas à Constituição que se processe de acordo com os itens fixados na próxima Constituição.

Defendendo esta tese, o MDB, na realidade,defende a sua posição. Porque para se fazer a reforma da Constituição dentro das regras nela prevista, a participação do Movimento Democrático Brasileiro é imprescindível, pois que, sem a nossa participação na constituição do "quorum", nenhuma Emenda Constitucional terá condições ou poderá ser aprovada. O MDB recebe com apreensões as notícias que de quando em vez circulam, da transformação do atual Congresso numa Assembléia Constituinte. Porque aí as decisões seriam tomadas por maioria absoluta, e o MDB poderia ser marginalizado deste processo de reforma constitucional.

O SR. PRESIDENTE — Ainda outra pergunta para o Senhor Deputado Tancredo Neves:

"O MDB já ofereceu à Nação um Projeto Político-Econômico-Social?"

O SR. DEPUTADO TANCREDO NEVES — A última Convenção Nacional do Movimento Democrático Brasileiro tomou esta decisão. Autorizou à Comissão Executiva Nacional elaborar um projeto de modelo econômico e social para o Brasil. E a Comissão Executiva Nacional, de posse desta delegação da Convenção Nacional, incumbiu o Instituto Pedroso Horta para elaborar e acertar as bases deste projeto, e o eminente Presidente do Instituto Pedroso Horta, que é o nosso prezado Colega Deputado Alceu Collares, já nomeou as respectivas

comissões que, neste instante, já estão colhendo os elementos, levantando os dados, fazendo as necessárias projeções e prospecções, para desincumbir-se do seu trabalho. Tenho impressão que, dentro em breve, o MDB estará em condições de apresentar à Nação um modelo político - e econômico-social, como alternativa aos que estão em execução.

O SR. PRESIDENTE — Uma pergunta ao Senador Franco Montoro:

O Senhor defende ou condena a participação do Presidente da República na campanha eleitoral da ARENA?

Não é assim nos Estados Unidos? Esta participação do Presidente não representa aprimoramento da Democracia?

Nos Estados Unidos a Oposição tem direito a usar os meios de comunicação?

O SENHOR SENADOR FRANCO MONTORO — A pergunta, de certa forma, já sugere resposta.

É uma opção que o Presidente tomou: sair à frente do seu Partido para fazer a campanha. As Liderenças da ARENA dizem que esse é o caminho dos Estados Unidos, porque lá o Presidente está percorrendo, também, o território nacional, fazendo a sua própria campanha.

Nós respondemos da seguinte maneira: levem a comparação até o fim. Nos Estados Unidos existe uma Lei chamada... "Time", em tempo igual. Toda vez que o Governo fala, a Oposição tem direito ao "tempo igual" para debater o que o Governo afirma.

(Palmas)

Se o Presidente fala, deveria assegurar...Aceitamos a comparação com os Estados Unidos, mas gostaríamos que ela não ficasse pelo meio. É preciso levar a sua justa comparação às suas últimas conseqüências, assegurando, portanto, à Oposição, o direito de debater e rebater aquilo que ele faz. O que não se pode admitir é que ele faça campanha e transforme-a num monólogo realizado pelo próprio Governo.

O SR. PRESIDENTE — Ainda para o Senador Franco Montoro.

"Se os Municípios são exauridos em seus recursos pela União, de tal forma que esses recursos só retornam à origem em menor escala, sob a forma de empréstimos, pode ser considerada justa a limitação de endividamento imposta pela Resolução do Senado Federal?

Ass. Dr. Osvaldo Macedo — Paraná".

O SENHOR SENADOR FRANCO MONTORO — A posição dos Municípios é a de que eles devem reivindicar, não sob a forma de empréstimos, porque no fundo eles estão solicitando aos órgãos governamentais, Caixa Econômica, Banco Nacional de Habitação e outros organismos, dinheiro que saiu do próprio Município. O nosso ponto de vista é mais fundamental: é de que se deve aumentar a arrecadação do próprio Município. O limite fixado pela Resolução 62 foi um limite fixado pelo próprio Governo.

A Constituição estabelece que, cabe ao Senado, estabelecer limites globais desse endividamento. Qual é esse limite? O Governo achou que devia ser 70%, e pela sua maioria e com o protesto do MDB, aprovou essa Resolução. Mas o próprio Governo não está respeitando esse limite e freqüentemente chegam ao Senado pedidos de empréstimos maiores. Um deles, e está aqui presente o Deputado que representa a cidade de Jundiaí: esta cidade pedia um empréstimo de Cr$ 420.000.000,00 — é a soma da dívida desta Prefeitura, de acordo com dados do Conselho Monetário. Só de correção monetária, isto significa Cr$ 120.000.000,00, por mês. A arrecadação do Município é de Cr$ 100.000.000,00. Então ela tinha que gastar um pouco mais do que a própria arrecadação, só para pagar a correção monetária e, positivamente, seria um contra-senso. Esse tipo de municipalismo nós não desejamos.

O SR. PRESIDENTE — Ainda pergunta para o Senador Franco Montoro:

"Se a Lei Falcão, proibindo a presença dos candidatos dos Partidos nas Rádios e Televisões, o faz também com referência a presença dos Executivos, Ministros e Secretários?

Ass. Deputado Meneses Lima".

O SENHOR SENADOR FRANCO MONTORO — A pergunta é uma crítica que eu subscrevo inteiramente, mostrando esta inqüidade que nós precisamos tornar clara. Nós, que só temos acesso ao Pro-

grama Partidário — e lá só pode se colocar a fotografia — não podemos falar, enquanto o Governo está usando horário nobre, todos os dias, para fazer propaganda daquilo que realiza. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE —

Pergunta dirigida ao Senador Franco Montoro:

"Se o MDB tem uma mensagem especial a ser dirigida, principalmente, ao jovem universitário, à mulher brasileira, qual o conteúdo da mesma?

O SR. SENADOR FRANCO MONTORO — É evidente que a mensagem do MDB se dirige a todos os brasileiros mas, de uma forma particular, à juventude, porque ninguém, mais do que ela, deseja a modificação, a liberdade, a movimentação, o dinamismo. E ela está, a cada momento, cerceada na sua liberdade; cerceada no seu estudo, na sua censura, nos seus meios de comunicação, enfim, em tudo quanto é necessário para que ela encontre o seu caminho.

Temos uma série de sistemas de ensino que são elaborados pelos órgãos governamentais, mas quem sofre é o aluno; ele é o primeiro interessado num bom ensino, na apresentação de problemas e de soluções que digam respeito à nossa realidade.

Ninguém mais que o jovem sente essa falta de liberdade; essa direção que se quer impor ao País e, principalmente, à juventude. Os mais velhos podem se acomodar; a juventude, não!

É por isso que é impossível compreender um jovem fora dessas idéias que o MDB prega.

(Palmas)

Pergunta: "Não lhe parece que as bandeiras teriam um significado maior se o seu suporte fosse dirigido a uma ideologia ou, quando não, à formação de uma verdadeira família política e não somente uma diferenciação de temas?

O SR. SENADOR FRANCO MONTORO — Essa pergunta revela uma preocupação da maior seriedade, e acho que a resposta a essa pergunta é dada por este Simpósio.

Esta família de unificação de idéias e de pensamentos se dá pelo debate, pelo esclarecimento, pelo estudo. E foi com este objetivo que se criou o Instituto de Estudos Políticos "Pedroso Horta". E este Simpósio visa, com a apresentação desses pontos de vista, com os esbates que estão se travando, a formação de um pensamento comum. É através da experiência, através da vivência conjunta que se pode alcançar uma mentalidade conjunta.

Pergunta dirigida ao Senador e ao Deputado Federal Tancredo Neves: "os Senhores falam em Democracia para um País. Como explicam que, por uma decisão de cúpula partidária, contrariando uma decisão do Conselho do Instituto de Estudos Políticos "Pedroso Horta", se tenha transferido de Brasília para Florianópolis este Seminário? Não seria esse um pobre exemplo do exercício da Democracia interna do Movimento Democrático Brasileiro?

O SR. SENADOR FRANCO MONTORO — Ao contrário!

Esta é uma manifestação do espírito democrático que anima o Partido. Brasília é o centro de todos os nossos debates políticos, das nossas reuniões e as que ali se realizam já se rotinizaram. O Partido decidiu caminhar de encontro às bases e não ficar apenas neste Simpósio que hoje realiza nesta encantadora Florianópolis. Iremos realizar novos Simpósios em todas as Capitais e importantes cidades do País. É que o MDB não deseja emparedar-se dentro do oficialismo de Brasília, como Capital política da Nação.

O MDB deseja ir de encontro ao Povo, mesmo porque não tememos o debate.

(Palmas)

Pergunta dirigida ao Deputado Federal Tancredo Neves: "Em protesto contra a Lei que impede o uso do rádio e da televisão na campanha eleitoral de 15 de novembro seria permitido, ou não, se colocasse um esparadrapo na boca, nas fotos, no momento da sua apresentação na televisão, nos candidatos que assim desejassem proceder?

O SR. DEPUTADO FEDERAL TANCREDO NEVES — A legislação que estamos votando, a chamada "Lei Falcão", parece-me que acolherá uma Emenda, que subordina novamente a execução da promoção da campanha eleitoral à Justiça Eleitoral. Não me parece que a Justiça Eleitoral concordaria com esse tipo de propaganda.

Pergunta dirigida ao Deputado Federal Tancredo Neves: "A inevitável vitória do MDB, em novembro próximo, vai lhe dar condições de ser Situação daqui há pouco. (Tomara!) No seu entender, qual vai ser a reação das Forças Armadas:

a) Extinção dos atuais Partidos Políticos e a conseqüente criação de novos?

b) Extinção pura e simples dos Partidos Políticos e a ascensão definitiva do poder totalitário?

c) Uma nova faceta revolucionária, rasgando a atual Constituição?

d) Entrega do Governo, ao MDB?

O SR. DEPUTADO TANCREDO NEVES — Evidentemente que ninguém de nós pode prever o que poderá acontecer daqui a um ano daqui a cinco meses ou nove meses. Política, no Brasil, até o dia de amanhã, é difícil a gente prognosticar. Mas temos convicção de que as eleições, uma vez realizadas, elas consolidam uma situação e as decisões são sempre acatadas.

Este é o ensinamento das nossas tradições democráticas.

(Palmas)

INTERLOCUTOR — Ainda, Senhor Deputado Tancredo Neves, existe uma rua, em Florianópolis, chamada Felipe Schmidt. Parte dela foi deixada para uso do público, mas por ela ainda passa o carro oficial.

Isto é privilégio ou abuso do Poder?

O SR. DEPUTADO TANCREDO NEVES — Infelizmente não conheço os problemas de Santa Catarina, mas o interpelador pode encaminhar a pergunta à Câmara de Vereadores da Capital, onde temos bravos Vereadores que poderão esclarecer o assunto.

INTERPELADOR — Ao Senador Franco Montoro: "O Governo Federal vem concedendo isenções tributárias a mercadorias exportadas que vão diminuindo, gradativamente, as arrecadações municipais.

Os atuais critérios de transferência de receita do ICM e o Fundo

de Participação dos Municípios não estão ferindo os preceitos constitucionais e atingindo drasticamente a autonomia municipal?

O SR. SENADOR FRANCO MONTORO — Não há dúvida de que, em conseqüência dessa centralização, está havendo um abuso cada vez maior. Os Governos Estadual e Federal procuram transformar os municípios numa espécie de dependência da administração estadual e, em conseqüência, estão desrespeitando, com freqüência, a competência tributária dos municípios, que atualmente possuem.

O MDB tem lutado neste sentido, e deseja dar uma informação que é oportuna para a campanha municipal.

O Fundo de Participação dos Municípios, no ano passado, deu 20%; posteriormente 10% e, por último, 5%. Apesar de tudo, foi sendo cada vez menor.

Pois bem, a primeira Emenda Constitucional apresentada pela Bancada do MDB, no Senado, foi no sentido de volver, aos municípios, a quota de participação de 10%.

A primeira reação da Maioria foi contrária, mas a pressão, a princípio, foi tal que o próprio Governo acabou concordando com uma Subemenda para devolução gradativa; então passa-se de cinco para seis, de seis para sete, até chegar-se, em cinco anos, à devolução antiga.

Mas a vitória deste ponto — que foi do MDB — (o que precisa ser lembrado) — a Emenda foi do MDB, no Senado, sendo seu primeiro subscritor o Senador Marcos Freire, se transformou numa Emenda Constitucional que vai dobrar a capacidade de arrecadação dos municípios.

Ainda achamos pouco, mas é um fato concreto obtido por iniciativa do MDB.

INTERLOCUTOR — "Senador Franco Montoro, que acha a Lei e sua aplicação, da Lei 5692? V. Exa. considera a Educação um bem de consumo ou um investimento? O nível e a estatização do ensino superior distribuição de bolsas favorecendo os mais ricos. O que V. Exa. pensa a respeito? E sobre o grave problema das Faculdades não reconhecidas?" (Terezinha Carneiro, de Lages).

O SR. SENADOR FRANCO MONTORO — Aí há um elenco de perguntas sobre o assunto. Mas a todas elas tem uma base que é muito importante destacar. Ela pergunta: a Educação, é consumo ou investimento?

Eu tive oportunidade de publicar um trabalho que todos conhecem, "Para a Democracia Queremos", um levantamento estatístico, no Brasil, por onde se verifica que os investimentos para a Educação deram, em 1970, um rendimento que era de 30%, o dobro do maior investimento na esfera industrial.

Os investimentos na Educação têm um rendimento maior.

Deveria ser objeto de um investimento prioritário pelo seu resultado até econômico e, principalmente, pelo seu aspecto humano.

A Educação é a primeira das necessidades.

Não há, dentre os aspectos de nosso desenvolvimento, nenhum tão importante como o da Educação.

Se nós mantivermos uma população com educação, com esclarecimento, com formação e com competência para promover o nosso desenvolvimento, ficaremos eternamente na dependência de outros que venham tentar fazer o nosso desenvolvimento.

Não existe nenhum sistema de vasos comunicantes que permita que um País vá desenvolver outro. Sempre que isto se der, nós estaremos numa posição de subdesenvolvimento.

Por isso, sem responder a cada um dos itens relativos ao caráter elitista da nossa educação, que existe, inegavelmente, sem levar em conta os aspectos dos insucessos da última reforma do nosso ensino médio, nós podemos dizer, que a preocupação pela Educação é uma dessas quatro bandeiras que foram apresentadas o que é, realmente, fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Alceu Collares) — Ainda para o Senador Franco Montoro:

"A importação de tecnologia é o preço que pagamos para termos condições de desenvolvimento.

O País paga caro pelo "royalties" que importa.

Como se explica, então, que nossos melhores técnicos são levados para o exterior?

Se somos, pelas palavras do Presidente da República, um País do futuro, como se explica que não se dê condições de trabalho para os técnicos obrigando-os a se transferirem para outros Países, uma vez que aqui não se lhes dá condições para desenvolverem sua técnica?

Será que o que pagamos ainda não é suficiente para desenvolvermos, aqui mesmo, nossa própria tecnologia?

Desse modo, qual seria a razão da precipitação do Presidente, no presente?"

O SR. SENADOR FRANCO MONTORO — No fundo, esta pergunta é uma reafirmação da tese que nós sustentamos.

Apenas, na primeira parte, parece que entenderíamos que somos contra qualquer importação de tecnologia.

Claro que não! A tecnologia, como ciência e cultura, em qualquer parte do mundo onde se faça uma descoberta que seja útil, ela deve vir para nós.

Mas, o que nós precisamos ter, é senso crítico no aproveitamento desses dados científicos ou tecnológicos. Algumas dessas tecnologias são necessárias e úteis, outras, não correspondem às nossas necessidades.

Aliás, hoje é um dado tranqüilo e é uma das críticas que se faz a esse aspecto negativo da atuação das empresas multinacionais, é que para elas é muito mais interessante trazer a tecnologia da sua própria matriz, correspondendo ou não às nossas necessidades.

Além disso, nós só estamos pagando "royalties" e assistência técnica por patentes, uso de marcas e de tecnologia em assuntos que não têm a menor importância para nós, como em matéria de sabonetes, dentifrícios, cigarros e uma série de outras utilidades, ou inutilidades, em que domina a tecnologia estrangeira.

A segunda parte da pergunta é a reafirmação da importância da tecnologia brasileira e esta referência à chamada "fuga de cérebros"

Muitos são os cientistas brasileiros que estão trabalhando no exterior. São levados para o exterior porque não encontram aqui um clima suficiente de ambiente de trabalho e de remuneração que permita fazer aqui esta investigação.

Esta é aquela bandeira que falávamos da luta por uma tecnologia nacional contra o colonialismo cultural e tecnológico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Alceu Collares) — Pergunta ao Deputado Tancredo Neves:

"O Senhor justificou a transferência do Simpósio para Florianópolis como uma busca das bases, mas omitiu o fato de que a decisão não foi discutida democraticamente, uma decisão de cúpula, isto é, ditatorial ou democracia interna, ou antes, um recuo do MDB, face ao programa da Universidade Nacional de Brasília?

Aqui, repete a mesma pergunta: A escolha de Santa Catarina para sede do Simpósio teria sido uma decisão democrática?

TERCEIRA CONFERÊNCIA

O SR. PRESIDENTE — A Direção Nacional do Instituto Pedroso Horta se congratula com o novo órgão que surge — órgão de colaboração do Diretório Regional de Santa Catarina —, na convicção de que nós, efetivamente, nos transformaremos numa verdadeira usina de idéias para o Movimento Democrático Brasileiro, contando com a colaboração de todos os Parlamentares, na esfera federal, estadual e municipal, recolhendo experiências, buscando, efetivamente, ser os intérpretes fiéis dos anseios populares.

Nossos cumprimentos à Diretoria do Instituto Pedroso Horta, de Santa Catarina, e os nossos votos de muito êxito na sua tarefa, que é de alta responsabilidade na hora presente que vivemos.

Tenho o prazer, agora, de passar a palavra ao nosso Senador, Roberto Saturnino. (Palmas).

O SENADOR ROBERTO SATURNINO — Senhor Presidente, autoridades presentes, meus Companheiros de Congresso, Deputados Estaduais, Companheiros de Santa Catarina e de outros Estados, aqui presentes.

Para fazer a ligação do tema do nosso Seminário com o tema econômico, pode-se dizer que em todo modelo econômico há, implícita, uma dimensão de liberdade. Dimensão esta maior ou menor, de acordo com as características desse modelo.

Eu não me estou querendo referir aos contornos, às diretrizes do regime político que preside a implementação do modelo econômico. Não! Eu estou querendo me referir, precisamente, às características intrínsecas do modelo econômico, que podem ter uma dimensão, maior ou menor, de liberdade.

Esta dimensão tem dois vetores principais. Em primeiro lugar: um grau de independência maior ou menor que o modelo confere à eco-

nomia nacional perante outras economias. Isto é, o grau maior ou menor, de liberdade que o modelo econômico confere à economia nacional no tomar de decisões a respeito dos seus destinos, dos seus objetivos fundamentais. Isto de um lado!

De outro lado, o outro componente ou outro vetor que caracteriza essa dimensão de liberdade, que é o grau, maior ou menor, de satisfação das necessidades básicas dos cidadãos da Nação, conferindo a estes cidadãos, por conseguinte, um grau, maior ou menor, de liberdade, para obter ou satisfazer os seus anseios, as suas aspirações e obter a sua realização individual, de acordo com os seus respectivos projetos de vida.

Então, há um componente — digamos assim — de espera, de âmbito nacional, que é a liberdade daquela economia para tomar as suas próprias decisões perante as influências que ela sofre de outras economias; e há aquela dimensão que diz respeito ao próprio indivíduo que, uma vez satisfeito nas suas necessidades básicas, terá um maior grau de liberdade para a sua realização individual.

O que se observa no Brasil de hoje é que esses dois componentes são ambos muito reduzidos, isto é, por conseguinte, a dimensão de liberdade, resultado desses dois vetores, no caso brasileiro, diante do modelo adotado nos últimos anos, vem sofrendo uma redução nítida, e é o que nós temos procurado apontar, combater, pregando uma mudança, uma alteração das linhas gerais dos contornos desse modelo, no sentido de nos dar uma maior dimensão de liberdade.

Quanto ao primeiro componente, isto é, aquele que diz respeito à liberdade do País, à liberdade da Nação, a um maior grau de independência da economia nacional em relação às outras economias que sobre ela, fatalmente, influem, ela está reduzida, a meu ver, por três razões principais:

1.º — Uma abertura da nossa economia excessiva em relação ao que seria natural, no caso do Brasil.

2.º — Um grau de endividamento excessivo e crescente a que a nossa economia vai sendo levada, exatamente pelas conseqüências da política adotada.

3.º — Um grau de prioridade muito baixo que o modelo atual

atribui ao desenvolvimento tecnológico em geral. Isto para não falar no desenvolvimento cultural, que é algo de mais amplo ainda.

Resumidamente, vamos ver cada uma destas três razões de redução daquele primeiro componente da dimensão de liberdade do nosso modelo.

A questão da abertura maior ou menor da nossa economia em relação ao exterior: um País como o Brasil é um dos poucos privilegiados, que são capazes de sustentar um processo de desenvolvimento com um grau de autonomia, de autarquização, digamos assim, muito elevado.

É um privilégio das chamadas economias continentais, que têm simultaneamente, os dois fatores imprescindíveis a este grau de economia maior, que são: grande extensão territorial, com grande abundância de recursos naturais de toda a ordem e grandes populações capazes de constituir mercado suficientemente forte para sustentar o processo de desenvolvimento.

Como eu disse, pouquíssimos países no mundo pode-se apontar como exemplo: os Estados Unidos, a União Soviética, a China e, dificilmente, talvez a India, porque, passando daí, já uma dessas condições não será mais satisfeita.

O Canadá, por exemplo, é um País de grande extensão territorial, com recursos naturais abundantes, mas lhe falta a população capaz de dar a base para um mercado realmente poderoso para sustentar um processo de desenvolvimento. Outros Países, como o Japão, ao contrário, tem a grande população, tem um grande mercado, mas lhe falta a base da constelação de recursos naturais, sendo necessário desenvolver um relacionamento com o exterior extremamente aberto!

Bem, esses países de economia continental têm possibilidade de um autodesenvolvimento, de um desenvolvimento voltado para si mesmo, muito maior do que os outros. Ora, tendo esta possibilidade, deve explorá-la ao máximo.

É claro que ninguém vai sustentar a tese da autarquização total, isto é, da barreira, do isolamento, da independência absoluta, porque isso é uma quimera inatingível! Sempre um ou outro recurso natural é escasso naquele país, por maior que seja a sua diversidade de recursos.

Mas, se um país tem possibilidade de se desenvolver com sua base interna, não há razão para abrir a sua economia propositalmente, como objetivo a ser alcançado, de vez que esta abertura introduz, necessariamente, um coeficiente de instabilidade, de vulnerabilidade, porque se um país se abre excessivamente ao exterior, ele, conseqüentemente, está se abrindo aos riscos inerentes a uma depressão importada, de uma quebra no seu processo de desenvolvimento, resultante de uma recessão internacional ou do aumento do preço internacional de dois ou três produtos realmente estratégicos, que é o que se deu em grande parte, em relação ao Brasil e vários países do mundo do hoje. Isto é, por que abrir, deliberadamente, a nossa economia além daquilo que é realmente necessário, além daquele grau de abertura que é necessário, que é imprescindível para o nosso desenvolvimento.

Francamente, não encontro explicação racional nem política para isso. O nosso chamado coeficiente de abertura, que é medido por uma relação entre o valor total das exportações e o valor total do produto interno bruto, no caso brasileiro, historicamente, situou-se ao redor de 6% que, por uma coincidência facilmente explicável, é, mais ou menos, a relação que se observa nos Estados Unidos.

Na União Soviética, essa relação deve ser bem mais baixa ainda, por razões de natureza política, mas no caso dos Estados Unidos, dentro do mundo ocidental, esta relação de 6% coincide com aquela que havia no Brasil, historicamente.

Pois bem, a partir da política de abertura deliberada — "exportar era a solução" —, por que exportar era a solução, se havia solução no mercado interno, a solução autônoma? Mas, por uma política deliberada, característica do modelo implantado, abriu-se esta economia nacional ao exterior e este coeficiente, relação entre exportações e produto bruto, dobrou a soma de 6%, à coisa de 12%, que é o nível em que anda hoje: uma exportação de 9 e meio bilhões de dólares para um produto bruto de 75 bilhões de dólares, isto é, mais ou menos, 12%; dobrou, por conseguinte, esse coeficiente de abertura. Por quê? Trata-se da teoria das vantagens comparativas de trocas: um país se especializa na produção de determinada mercadoria para a qual ele tem maior vocação e, com essa especialização, troca mercadorias com outros países que têm vocação para aquele outro tipo de produto. Isso é muito lógico e muito racional e está nos tratados, mas se seguir também uma base racional.

A experiência demonstra ser o incremento da produtividade mais rápido no setor secundário do que no primário.

Agora, implantar-se politicamente, isto é, por uma decisão política, um modelo que é voltado mais para o exterior, como um dos objetivos, como uma das prioridades definidas politicamente — "exportar é a solução" —, sem nenhuma base racional e levando, ao contrário, a irracionalidades crescentes e gritantes, ao ponto de, hoje, por exemplo, para mantermos o ritmo de exportação condizente com o modelo que foi adotado, ter o país que subsidiar as suas exportações, ter que subsidiar, por conseguinte, o consumo de outras nações.

O esforço de exportações do Brasil hoje é de tal natureza que, além das isenções fiscais que se dão aos exportadores, se dá créditos dos outros impostos e se dão, ainda, financiamentos a juros subsidiados, a juros negativos, juros de 8% a.a. sem correção monetária. Por conseguinte, nós estamos subsidiando pesadamente as nossas exportações. O que significa isso? Estamos subsidiando o consumo de outras nações. Então, o Governo resiste à idéia de subsidiar o consumo dos brasileiros, mas está subsidiando o consumo dos americanos, dos europeus, dos asiáticos, dos africanos e de outros povos.

Que racionalidade tem isso? É claro que alguém vai dizer — e os Líderes do Governo têm dito isso freqüentemente, — que estamos diante de uma situação em que, ou subsidiamos a exportação desta forma, ou vamos cair numa situação de insolvência. Está certo, eu reconheço, isso, no momento, diante do quadro a que chegamos por erros, por uma decisão política de abertura do nosso modelo econômico em relação ao exterior; chegamos a uma situação que, realmente, hoje, temos que fazer um esforço de exportação e digerir esta irracionalidade de negarmos o subsídio ao nosso povo, para dá-lo a outros povos.

Mas, devemos também ter como objetivo a operação das diretrizes deste modelo, de modo a que essa irracionalidade vá diminuindo paulatinamente, até terminar, até que possamos subsidiar os brasileiros e não o consumo de outros povos.

O Senhor Ministro da Fazenda tem, repetidas vezes, insistido na tese de que "um dólar a mais na exportação é mais importante para o país do que um dólar a menos na importação".

Esta tese já é muito discutível em situação normal, tratando-se de economia continental — como é o caso do Brasil —, pois se temos a

possibilidade de desenvolvermo-nos com um grau de vulnerabilidade menor, então esta tese não é verdadeira.

Todas as teorias de comércio internacional — tratando-se de economia continental — não apresentam esta particularidade e seriam suficientes para sustentar esta tese.

Agora, se ela é discutível em situação normal, na situação atual, quando cada dólar a mais que nós estamos exportando está carregando subsídios da Nação brasileira ao consumo de outros povos, então esta tese passa a ser absurda.

No entanto, o Senhor Ministro da Fazenda não perde oportunidade para dizer que "um dólar a mais na exportação é mais importante que um dólar a menos na importação".

Diante do quadro atual, ao qual chegamos levados pela adoção de um modelo aberto, excessivamente aberto, diríamos até, não há como fugir. Mas é preciso procurar as formas de alterar este modelo.

Quais as formas?

Justamente substituindo as importações, pois o que há até bem pouco tempo atrás, era considerado heresia, hoje é defendido pelo próprio Governo que, em documentos oficiais, já menciona a importância do mercado interno, embora — ao nosso ver — O Governo esteja restringindo-se apenas a declarações de intenção e não esteja tomando medidas eficazes para o alargamento deste mercado interno e para nos livrar, ou pelo menos aliviar, este grau de dependência a que fomos levados pela implementação do seu modelo econômico.

— Diziamos nós — recapitulando — referindo-nos à primeira dimensão da Liberdade, que é o grau de independência da economia em relação a outras economias, que esta dimensão tinha dois fatôres principais:

1.º — Pela excessiva abertura;
2.º — Pelo excessivo grau de endividamento a que chegamos.

O Ministro da Fazenda declarou publicamente, em entrevista concedida aos jornais de domingo último — se não nos enganamos — que chegaremos ao fim deste ano com um deficit de transações correntes da

ordem de cinco bilhões de dólares. Transações correntes incluem balança comercial, isto é, exportações menos importações, somada à balança de serviços, onde saem os juros pagos ao exterior, as viagens de turismo, fretes, seguros, etc.

Somando o deficit comercial, que o Ministro da Fazenda calcula que seja da ordem de um bilhão e duzentos milhões de dólares, com o deficit previsto para a balança de serviços, que é da ordem de três bilhões e oitocentos milhões de dólares — também previsão do Ministro — chegaríamos a um deficit nas transações correntes da ordem de cinco bilhões de dólares neste ano de 1976.

Achamos que esta previsão do Senhor Ministro Mário Henrique Simonsen é otimista. Realisticamente, ficaríamos com um deficit entre cinco bilhões e meio de dólares a seis bilhões.

Ao nosso ver, o Ministro está sendo otimista tanto na estimativa de exportações, que ele acha que vai chegar à casa dos nove e meio a dez milhões de dólares, quanto nas importações, que ele acha que não vai chegar aos onze milhões de dólares.

Mas nós sabemos que os pedidos de licença para importação já entregues à CACEX, com um horizonte de prazo até o mês de agosto, já somam dez bilhões e oitocentos milhões de dólares. Por conseguinte, já muito próximo, até ultrapassando aquilo que eles pretendem que seja o total para o ano todo.

Bom,eu acho que é uma estimativa otimista. Em todo caso, vamos aceitar esta estimativa otimista para nos livrar, pelo menos, desta acusação de excessivo pessimismo.

Bom, cinco milhoes de dólares, deficit de transações correntes, balança comercial mais balança de serviço. Mas tem ainda aquela cotazinha, chamada conta de capital, que entra no balanço de pagamento e que reflete exatamente o balanço entre entrada e saída de capital. As entradas são os capitais de riscos de financiamentos. Capitais de riscos, é estimativa do próprio Governo, é algo como um bilhão de dólar. Saídas, amortizações, estas não há como fugir a elas, não há estimativa pessimista ou otimista, há o dado da realidade. É algo como dois bilhões e duzentos milhões de dólares, mais ou menos.

Isto é, então, saídas de amortização menos entrada de capital de

risco, têm, pelo menos, mais um bilhão de dólares, por mais favorável que sejam os ingressos de capital: um deficit de um bilhão de dólares vamos ter na conta de capital, sem falar nos financiamentos. Os financiamentos são exatamente, aquela rubrica que vai cobrir, então, este deficit acumulado, os empréstimos.

Deficit total acumulado, cinco bilhões de transações correntes, mais um bilhão de conta de capitais. Total, seis bilhões de dólares.

Isto é o que tem que ser acrescido ao nosso endividamento no corrente ano, para equilibrar o nosso balanço de pagamento! Porque a única forma é esta, ou então diminuir as reservas. Mas as nossas reservas cambiais, que já estão na ordem de treze e meio bilhões de dólares, o próprio Governo se declara impossibilitado de reduzi-las ainda mais porque elas constituem aquela garantia mínima que os banqueiros internacionais exigem para continuar dando os seus créditos, os seus financiamentos ao País.

Se não podemos diminuir as reservas cambiais, não há como fugir ao acréscimo de endividamento externo da ordem de cem milhões de dólares por ano. É uma conta matemática, não há como fugir, aceitando-se as premissas, as estimativas otimistas do Ministério da Fazenda.

Bem. Se nós fechamos o ano de 1975 com um endividamento de vinte e dois bilhões de dólares, e somamos seis bilhões de dólares, vamos chegar a vinte e oito bilhões de dólares de endividamento no fim de 1976.

Eu soube que o Ministro da Fazenda, ontem, dirigindo-se a uma cadeia de televisão, disse que o deficit chegaria no máximo a vinte e seis bilhões de dólares. Não sei como, eu estou fazendo a conta na base das suas previsões publicadas na Imprensa, a menos que ele esteja prevendo uma redução de dois bilhões de dólares nas nossas reservas cambiais! O que seria dramático, talvez mais dramático do que o acréscimo de endividamento correspondente.

Mas vamos ficar na hipótese mais favorável, dívida externa de vinte e oito bilhões de dólares, dívida bruta.

Qual é o serviço desta dívida? Juros e amortização num prazo pouco inferior, porque o prazo médio deste financiamento não chega a dez anos. Então, a amortização é algo como um pouco mais de dez por

cento ao ano. Juros um pouco mais de oito por cento ao ano, porque estamos pagando juros cada vez mais altos! Esta é que é a verdade. Cada empréstimo que levantamos no exterior, além da taxa normal de juros, que é a taxa que se aplica aos financiamentos obtidos por países em boa situação cambial, os Bancos Internacionais sempre aplicam uma sobretaxa, que é a sobretaxa de risco correpondente à situação cambial do país ao qual se destina o financiamento.

No caso brasileiro, em setenta e três, nós tomávamos empréstimos quase, praticamente, sem taxa de riscos; em setenta e quatro, começávamos a tomar com 1%, depois 1,25%, depois, em setenta e cinco, já passou para 1,5%; no final do ano, a 1,75%; no início deste ano, a 1,85%, e, agora, já estamos a 2%; no último empréstimo obtido até por uma entidade oficial, que é a Companhia Telefônica do Estado de São Paulo, já teve sobretaxa de 2,25%, isto é, taxa adicional por cima da taxa normal de juro correspondente ao risco de empréstimo para aquele país ao qual se destina.

Isto significa que a nossa chamada credibilidade no exterior, está caindo verticalmente, caindo quase que semana a semana, apesar de o Governo sustentar que a nossa situação, que o nosso crédito ainda é muito bom.

Eu fiz aí um parênteses. Eu estava fazendo um cálculo grosseiro do serviço da dívida de 28 bilhões de dólares. Então, tomando um pouco mais de 10%, correspondente a amortização e um pouco mais de 8%, correspondente a juros, isto é, tomando 20% ao ano, do serviço desta dívida, dívida de 28 bilhões, nós vamos ter uma despesa de 5 bilhões e meio de dólares, por ano, para fazer face aos compromissos correspondentes a esse endividamento de 28 bilhões, fora o fato de ter-se que considerar que essa dívida ainda vai aumentar, pois isso é uma previsão para o fechamento do ano de setenta e seis, mas em setenta e sete, muito provavelmente, logo no início, nós vamos ultrapassar a casa dos trinta bilhões de doláres. Mas, vamos ficar nos 28 bilhões.

Onde é que vamos arranjar saldo, em transações correntes, saldo em balança comercial para fazer face ao serviço da dívida de 5 bilhões e meio de dólares, por ano, a não ser recorrendo a novos empréstimos, a novos créditos, a novas dívidas para pagar dívidas. Isto chama-se endividamento crescente, endividamento em bola de neve, endividamento sem fim, porque é o contrair dívidas para pagar dívidas, pois não há como se fazer face aos compromissos assumidos.

Então, é esta a situação que eu considero dramática, aquilo que estamos vivendo nos dias de hoje, e, o Governo, ao que parece, ainda não tomou sentido dessa dramaticidade ou ainda não quer admitir a seriedade, a gravidade da situação, e continua a sustentar que as coisas vão bem, calculando... e acho que até nem calcula mais — até há alguns meses ainda calculava o chamado coeficiente de vulnerabilidade, de sustentabilidade — agora continua na base das afirmações, da declaração, dizendo que a situação é plenamente solvável.

O que estamos observando, entratanto, é que de mês a mês, de semana a semana este país caminha para uma situação de ter que enfrentar um pedido de moratória, um pedido de renegociação de nossa dívida externa. Muito bem. Isto pode vir até a acontecer, mas a que preço? Que concessões, para não dizer que entregas, nós vamos ter que fazer para obter essa renogaciação da dívida?

Se antes de enfrentarmos esta situação o avanço das multinacionais, do capital estrangeiro da nossa economia, já tem as dimensões que tem hoje, e que a meu ver são alarmantes, o que será depois, no momento em que nós tivermos que enfrentar essa negociação? Este avanaço, é evidente. Toda semana nós temos uma novidade. A novidade da semana passada foi a compra desta nossa Empresa, a "Bozzano", que parece não ter uma importância maior, pois é uma empresa de cosméticos, que fabrica creme de barba e outras coisas, mas acontece que era a maior empresa nacional do setor. Era a empresa nacional líder no setor de cosméticos. Pois bem! Passou para o capital estrangeiro; foi comprada por uma empresa multinacional. E assim, toda semana temos uma novidade, uma notícia de uma aquisição dessas de empresa nacional por capital estrangeiro. Na semana passada houve outra novidade, que foi a abertura das nossas Sociedades Corretoras, as Corretoras que negociam, em bolsa, os nossos títulos, setor em que era proibida a participação de capital estrangeiro — essa proibição foi quebrada — isto é: O Governo passou a admitir capital estrangeiro nas Corretoras que operam nas Bolsas de Valores do Brasil.

De concessão em concessão, isso vem ocorrendo antes mesmo de ter que enfrentar uma negociação de reescalonamento da dívida; isso tudo na base do atrativo do capital estrangeiro para poder ver a qualquer custo se equilibramos a nossa balança comercial.

No instante em que tivermos que enfrentar esse reescalonamento

— numa mesa de negociações — não saberemos que concessões o Brasil terá que fazer.

Por conseguinte, é uma diminuição séria e gravíssima nesta componente da dimensão de liberdade, que é a segunda componente a que me referi.

Com referência ao nosso grau de autonomia e independência na vida econômica brasileira, dizia eu que ela está reduzida por endividamento excessivo. A baixa prioridade, a falta de atenção que o Governo atribui ao desenvolvimento da tecnologia nacional, é o terceiro fator de redução no caso brasileiro.

Não obstante todas as referências que se encontram no 2.º PND e em outros documentos oficiais, e até mesmo em programas financeiros específicos, que existem, se constata o que acima dissemos.

Mas o fato é que iniciativas concretas, para o desenvolvimento de uma tecnologia nacional, ainda estão por vir.

O que se observa ainda, como sempre, é a cópia pura e simples da tecnologia estrangeira. Ainda esta manhã ouvimos o Senador Franco Montoro fazer referência ao caso da energia. O que se observa na chamada matriz energética brasileira é que mais de 80% da energia gerada no País provêm de duas fontes: combustíveis fósseis — petróleo e carvão mineral; setor de recurso natural de que o Brasil tem carência seríssima — e lenha, que até há poucos anos era um recurso do qual dispúnhamos em abundância e que é utilizado com baixíssima produtividade. É uma fonte de energia expressiva, de rendimento mais elevado se houvesse uma utilização mais racional.

Estas, portanto, as nossas duas fontes de energia e responsáveis por mais de 80% da energia gerada no País.

Então, por que tudo isso? Porque não se faz um esforço tecnológico adequado para substituição desses combustíveis fósseis por outras fontes, para que possamos produzir internamente e economicamente e, também, por um esforço de racionalização na utilização da lenha e do carvão vegetal, que é o seu sucedâneo?

No caso do petróleo, está surgindo agora o emprego do álcool. Esse interesse deveria ter partido já de 1973, porque o álcool substitui a

gasolina — e com vantagens — sob o ponto de vista técnico, o motor. Não quero nem falar na mistura, pois que a mistura de álcool à gasolina, até o nível de 20% — gasolina com álcool — é imediata, instantânea; não exige sequer ciência alguma.

Quanto à substituição integral, o motor movido totalmente a álcool — e há até um carro circulando, a álcool — ele apresenta várias vantagens: ele tem um índice de octanásea, suporta uma pressão muito mais forte nos pistãos do que a gasolina; tem um rendimento físico maior do que o da gasolina, embora tenham um poder energético um pouquinho menor. Em segundo lugar, ele não polui, e a gasolina tem um alto teor poluente.

Estas vantagens — vamos dizer — de natureza física trazem, também, as de natureza econômica; é que aos preços atuais do petróleo — e que nunca mais vão cair desse nível, simplesmente porque os países produtores tomaram consciência de que esta é a última oportunidade de valorizarem seu produto único de forma tal que eles consigam superar a barreira do subdesenvolvimento, antes que esse produto se esgote — então valorizaram, artificialmente e politicamente, o petróleo, mas nunca mais vão deixar o preço cair.

Pois bem, ao preço atual do petróleo, um litro de álcool sai mais barato que o litro de gasolina.

Então há uma vantagem econômica, também ao lado da técnica e física, e sobretudo, a vantagem de liberdade do Brasil, de autonomia, de um maior grau de independência, porque se não temos, até agora, descoberto jazidas de petróleo em abundância, temos a possibilidade de fabricar álcool, em abundância, por aquelas regiões a que o Senador Franco Montoro se referiu. Temos grandes extensões de terras, e apropriadas, para o plantio de cana, ou de mandioca que é, igualmente, outra fonte de produção de álcool tão boa quanto a cana; temos mão-de-obra em abundância, e até demandando emprego e a sua utilização, mão-de-obra subempregada, e temos, mais ainda, "know how" neste campo. Neste campo, produzido álcool — o empresário brasileiro sabe e está cansado de fazer isto há quatrocentos anos. Não precisamos importar tecnologia nem fazer investimento com qualquer empresa estrangeira, porque nós sabemos fabricar álcool.

Temos todas as condições para sermos um País altamente produtor de álcool. É uma solução que interessa a nós. Não interessa aos países

que têm de utilizar para obterem o produto, a batata-doce ou a beterraba. Aí, sim, o custo de produção do álcool já sairia bem mais alto.

O álcool é uma solução brasileira, brasileiríssima.

O Governo hesitou, hesitou e não acreditou na hipótese do álcool. Nós, do MDB — esta é a verdade — batalhamos muito no Senado e na Câmara, defendendo esta posição, tanto na Legislatura passada como na atual, principalmente, e só muito recentemente o Governo instituiu o programa do álcool, mas muito timidamente. Só há coisa de quinze dias atrás foram fixados os critérios de financiamento. Já havia alguns projetos aprovados, mas só agora foram fixados os critérios de financiamento pelo Banco do Brasil, quando isto já devia estar em pleno andamento, para termos uma produção de álcool a partir do ano que vem, mas não vamos ter. Só a partir de 1978 ou em 1979, porque essas usinas demandam tempo de construção, de instalação.

Assim como é o caso do álcool, é, também, o da madeira. Pelas mesmas razões por que a cana-de-açúcar e a mandioca encontram condições adequadas e propícias ao seu desenvolvimento, a árvore também. O ciclo de crescimento das árvores, no Brasil, é muito maior e muito mais rápido do que em outros países, onde a exploração florestal é tradicional, como na Noruega, Espanha, Canadá. O rendimento de energia da lenha ou do carvão vegetal, no Brasil, é muito maior, potencialmente, do que nos outros países de clima temperado, porque temos sol, temos insolação para desenvolvermos esta produção em grande escala. Já não quero nem falar na Floresta Amazônica, cuja exploração deve ser dirigida com muito cuidado. Mas quero me referir ainda à riqueza do Cerrado Brasileiro, o de Minas Gerais, de Goiás, imensas extensões de terras que servem perfeitamente para uma exploração florestal racional. Isto é, sem arrasar aquela mata do cerrado e fazer aquele carvão com fogo primitivo. Não, não é isto. E é o que está sendo feito atualmente, e assim mesmo há indústrias nossas, de grande porte, utilizando este carvão explorado irracionalmente da madeira. Mas eu quero me referir a uma exploração florestal racional, com um reflorestamento feito de forma estudada e racional. Defende-se aqui o aproveitamento integral da árvore, o corte da árvore em sua época própria. O aproveitamento total, não só do tronco, mas da ramagem e até mesmo das folhas, e a produção de uma grande gama de produtos: o carvão vegetal, a lenha mesmo, o alcatrão — que sai do processo de destilação da madeira, o metanol, que é um álcool também utilizado para

fins de combustível e que, dentro de uma exploração integral, sai a um preço perfeitamente equivalente ao álcool etílico, que é tirado da cana ou da mandioca. O alcool metanol ou etílico, a acetona e uma série de produtos químicos são extraídos da destinação, até as suas expressões gasosas, que podem ter também uma utilização imensa. A química da madeira pode ser para nós tão importante como a do petróleo, a petroquímica, na medida em que o preço do petróleo vai para as nuvens e o da madeira está ao alcance da nossa utilização.

O desenvolvimento de uma tecnologia, a química da madeira, com um aproveitamento racional, dentro de uma política de exploração florestal racional, é um potencial imenso que está aí e que não se concretiza, exatamente, porque falta uma prioridade maior ao desenvolvimento das tecnologias adequadas ao caso brasileiro.

Dei o exemplo da energia, mas poderia dar o exemplo de muitos outros setores. O que existe realmente é um quadro de importação cega. Não se critica a tecnologia estrangeira que, em muitos casos, não se coaduna com a nossa disponibilidade de recursos, mesmo em tecnologias economizadoras de mão-de-obra. São situações que não se coadunam, que não casam com a realidade brasileira. Portanto, o desenvolvimento de técnicas nos diversos setores industriais, nos diversos setores de construção, de técnicas adequadas aos nossos fatores de produção, é toda uma imensidão que está aí para ser desenvolvida com a cabeça, com a aplicação e com os conhecimentos científicos dentro da realidade brasileira. Mas isto requer uma política de defesa e um investimento realmente grande, como pagar equipes técnicas, para, no fim de dois anos, produzir aqueles equipamentos, aquelas condições adequadas à nossa realidade.

O que se observa, no entanto, é uma importação cega. Nós não temos empresas de engenharia industrial, isto não existe. Em qualquer projeto industrial, a engenharia é totalmente feita por empresas estrangeiras que, por desconhecimento daquilo que se fabrica no Brasil, ou por interesses na importação de equipamentos estrangeiros, na hora de especificá-los, fazem-se as especificações todas para a importação dos mesmos. E o resultado é que o potencial todo de equipamento que podia ser feito aqui no País, acaba sendo importado. A nossa pauta de importação de máquinas e equipamentos sobe verticalmente, enquanto muita coisa e grande parte disso poderia ser fabricado no País, se os nossos projetos industriais fossem feitos por equipes nacionais de engenharia industrial, que conhecessem a capacidade da nossa indústria

de equipamentos, que já existe, e que se especificasse, deliberadamente, "equipamentos nacionais". E com esse intercâmbio iria aperfeiçoando-se a nossa indústria de equipamentos para atender às especificações e, com isso, as nossas empresas de engenharia industrial iriam aperfeiçoando-se cada vez mais.

Isso exige uma política deliberada de investimento no setor de engenharia nacional ou para a constituição dessas empresas.

Isto, infelizmente, está no papel, eu reconheço que está no papel. Abre-se lá o segundo PND, com algumas páginas, talvez, sobre política de tecnologia, mas na realidade, pouco ou quase nada é feito de concreto para esse desenvolvimento nacional.

Esta é uma componente importantíssima da dimensão de liberdade a que me referi, do modelo econômico.

Eu diria mesmo que considero este o gargalo, a garganta fundamental, a garganta principal da saída do círculo vicioso do subdesenvolvimento econômico. É quando o País se desenvolve tecnologicamente, é quando o País fabrica sua tecnologia, é quando é capaz, não só de fabricar os seus equipamentos, mas de fabricar as soluções técnicas para os problemas econômicos que tem que enfrentar, que acaba rompendo a cadeia do seu subdesenvolvimento. Enquanto não for capaz disso, jamais romperá, porque qualquer esforço de desenvolvimento acaba resultando em crescimento, mais do que proporcional, das importações de equipamento, o que resulta numa enorme barreira no balanço de pagamento.

É o que acontece no Brasil e, generalizando, em todos os países da América Latina. É o eterno problema, crônico, do balanço de pagamento, ligado a qualquer esforço de desenvolvimento, que produz uma necessidade de importação de equipamento mais do que proporcional. Então, qualquer esforço esbarra neste muro do problema cambial, do problema do balanço de pagamento.

Somente quando rompermos a barreira tecnológica, só quando instalarmos no País uma indústria nacional de equipamentos, com tecnologia nacional, com engenharia industrial nacional — especificando os equipamentos adequadamente, para nossa realidade — só quando vencermos esta barreira, seremos um País não mais subdesenvolvido, e sim, um País plenamente desenvolvido.

Isto exige investimento! O Senador Franco Montoro, hoje, referiu-se aos investimentos em ciência e tecnologia que, em todos os continentes da América Latina, da África e da Ásia, somam, apenas, 2% do total do investimento em ciência e tecnologia, do mundo, quer dizer, 98% é realizado pelos Estados Unidos e pela Europa.

Numa situação destas, é claro que quem dita a técnica, quem comanda o desenvolvimento científico e a tecnologia são países que têm outras realidades que não as nossas!

Eu disse, de início, que esta dimensão de liberdade tinha dois vectores principais. Um, ligado referentemente ao âmbito nacional, ao grau de independência da Nação em relação às outras economias e, outro, que diz respeito ao próprio cidadão, ao próprio indivíduo desta Nação.

E é justamente a questão da satisfação desta necessidade básica do cidadão, para que ele possa ter a liberdade de escolher seus destinos, de escolher sua realização, de buscar sua realização individual, com um grau mínimo de liberdade, é exatamente esta possibilidade que concorre para a segunda componente da dimensão de liberdade, inerente a cada poder econômico adotado.

Eu disse que, no caso brasileiro, esta componente, este segundo vetor é muito reduzido, em razão da decisão política adotada, de implementar, o que nós, do MDB, evidentemente, condenamos!

Qual é o quadro que se tem, hoje, no Brasil, quanto a este problema da satisfação das necessidades básicas do homem brasileiro? Alimentação, vestimenta, habitação, serviços de saúde e serviços médicos, em geral, educação etc...

Qual é o quadro que observamos, quanto a esses aspectos?

Um quadro, todos sabemos, sem nenhum laivo de pessimismo, extremamente pobre! Esta é a verdade!

Quando analisamos o problema da nutrição, vemos que os índices são extremamente baixos, seja em teor de proteínas ou em teor de calorias! Nosso consumo médio de proteínas é extremamente baixo. Confesso não ter o número exato, de memória, da ingestão mínima diária de proteínas, mas creio seja em torno de 70 gramas, nível este

considerado o mínimo pelas organizações mundiais de saúde. E o nosso consumo é, em média, de 50 gramas por dia!

Mas também existe deficiência na ingestão de proteínas de origem animal. Nisto, então o Brasil está muito abaixo do recomendado. É verdade que no Brasil o feijão é grande fonte de proteínas, enquanto o preço dele não for muito além do que está. Muito brevemente, talvez, o brasileiro não possa comer o feijão. Enfim, ainda não dá para sustentar este mínimo de 50 gramas por dia, mas o índice de conteúdo protéico da alimentação é extremamente baixo! Conteúdo calorífico, a mesma coisa. Estamos bem abaixo dos níveis considerados mínimos para sustentar um homem de condições médias.

Este fato é, reconhecido pelo Governo? Sim, reconhecido pelo Governo! A prova é que existem pesquisas, ao que parece feitas com bastante cuidado, com amostras, com pesagem diária de alimentos, uma amostra bem feita, ao longo de todo o território nacional. As informações que temos são bastante vergonhosas para o nosso País. Os resultados dessa pesquisa não foram jamais publiçados. Mas o Governo resolveu instituir um programa e criou uma entidade, o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição. Estamos aguardando para ver os resultados deste programa que, até agora, continua nas declarações de intenções. Prioridade, ao nosso ver, traduz-se em alocação de recursos. Quando uma atividade é prioritária para um Governo, ele deve destinar recursos para a implementação de um programa. Enquanto isso ficar no papel, enquanto for criado apenas uma entidade, não se pode considerar, realmente, uma prioridade atribuída.

No tocante a outros itens do consumo essencial, do consumo básico, como vestimenta, por exemplo, qualquer inquérito que se faça irá revelar índices extremamente baixos. Aí está a dificuldade crônica com que se debate a nossa indústria têxtil. Há anos que é uma indústria que não se equilibra, exatamente por falta de consumo interno, de uma demanda interna. Não por falta de consumidores, pois temos cento e dez milhões de brasileiros carecendo de produtos têxteis, mas por falta de poder aquisitivo capaz de gerar uma demanda para esses produtos.

Em habitação, não vamos nem falar. O "deficit" habitacional, não obstante a ação do BNH, cresce ao invés de reduzir.

No que tange aos serviços médicos, acontece a mesma coisa,

apesar da propaganda do INPS. Basta ver as dotações orçamentárias do Ministério da Saúde. São verdadeiramente ridículas e traduzem exatamente isso: a baixa prioridade que o Governo atribui a esse setor.

Por último, a educação, que é outro item desse conjunto de necessidades básicas. É válido reconhecer o esforço do Governo em melhorá-la. Entretanto, basta comparar o crescimento que houve nas matrículas de nível universitário com o crescimento nas matrículas em nível primário e secundário para se ver que, nos níveis mais baixos, esse crescimento foi muito aquém do que se deveria esperar. Nos níveis universitários, o crescimento foi muito grande mas em termos de quantidade. Muitos podem responder a esta questão com mais conhecimento de causa do que nós. Mas o fato é que até mesmo neste último item, correspondente à educação, que é o grande esforço governamental, os resultados são muito pobres. Agora, o Senador João Calmon, da ARENA, vem apresentar uma Emenda Constitucional para inserir na Constituição um dispositivo que obriga o Governo a destinar ao setor, pelo menos 12% do seu orçamento. É um reconhecimento, dentro do próprio Partido do Governo, de que o atendimento, dentro deste item básico, está sendo considerado com uma prioridade mínima. Imagine-se os outros, se o Governo considera a educação o seu maior triunfo! Por conseguinte, estamos em grande atraso não apenas em relação a outros países, mas também em comparação com estágios anteriores do nosso desenvolvimento. Isto é o mais dramático!

Pelo menos o que se observa no que tange a todos estes itens correspondentes à satisfação das necessidades básicas do povo, é isto. Se os níveis de atendimento ficaram estagnados e a produção nacional cresceu de fato é porque houve na realidade um retrocesso em termos relativos.

Isto é o que resulta das características do modelo que foi implantado!

Cresceu a produção nacional, sobretudo a automobilística, principalmente de 1968 até 1973 numa taxa média de 30% ao ano, o que é verdadeiramente mirabolante. Cresceram obrigatoriamente os investimentos em vias de escoamentos, viadutos, túneis, grandes pontes que, às vezes, são obras faraônicas. Cresceu toda uma indústria sofisticada para atender a demanda deste grupo pequeno mas privilegiado de brasileiros, que concentra nas suas mãos a maior parte dos frutos do progresso econômico dos últimos tempos. Cresceu todo um comércio

sofisticado de venda destes produtos. Qualquer um que tenha percorrido o comércio de luxo de Ipanema, no Rio de Janeiro, ou mesmo em São Paulo, fica, às vezes, estonteado com a maravilha das mercadorias e das vitrines que se oferecem a este público privilegiado. Cresceu o turismo externo, que agora o Governo se viu obrigado a cortar. Realmente, um País onde as necessidades básicas são atendidas tão precariamente não se pode dar ao luxo de gastar, como o Governo declarou, provavelmente, setecentos milhões de dólares em viagens de turismo, este ano, para a Disneylândia, ou para compras na França, na Inglaterra. Esta disparidade é que traduz o absurdo deste Governo: enquanto uma pequena camada da população chega ao ponto de sofisticação de demandar artigos de luxo pelas lojas do Rio de Janeiro ou São Paulo, a maioria esmagadora, quase cem milhões de brasileiros, não consegue satisfazer as suas necessidades básicas com respeito a alimentação, a vestimenta, a educação e serviço médico.

Este é modelo que nós queremos denunciar, apontando as medidas capazes de corrigí-lo. É claro que a correção está num processo intenso e profundo de redistribuição da riqueza nacional. Como proceder a esta redistribuição? Existem quatro instrumentos principais capazes de produzirem eficazmente a redistribuição de renda neste País.

Em primeiro lugar está a política salarial. É claro que, em grande parte, esta concentração de renda se deveu a uma política salarial de arrocho implantada no País, a partir de 1964, a ponto de o salário real desgastar-se de tal maneira que o Governo atual foi obrigado a reconhecer que precisava modificar esta política e começou a dar alguns reajustamentos mais importantes nos níveis de salários mínimos, o que se refletem em todos os salários profissionais de maior nível. Apesar disto, a própria modificação deste item sem uma reformulação de todo o modelo está levando a política econômica do Governo a um impasse.

Duvidamos que, aos níveis de recrudescimento inflacionário a que chegamos, o Governo possa sustentar uma política de recuperação salarial, que seria o termo próprio, a partir do ano que vem porque a verdade é que os salários foram enormemente desgastados até 1975, quando houve o primeiro reajustamento razoável de salário mínimo. Em 1976, repetiu-se: vamos ver o que acontecerá em 1977. Duvidamos que o Governo seja capaz de continuar com o processo de recomposição salarial, porque a verdade é que, depois do último reajustamento, o recrudescimento inflacionário já comeu, se não a totalidade, pelo menos grande parte do último reajustamento do salário mínimo.

Achamos que a revisão da política salarial, é um dos principais instrumentos de redistribuição de renda, mas acreditamos que não é o suficiente, não tem o alcance que o processo de redistribuição está exigindo. Em primeiro lugar, porque, numa política de recomposição, o desgaste do salário foi tão grande, foi tão profundo a partir de 1974, que a recomposição também necessariamente demandará um certo tempo para ser implantada. Não podemos pretender restabelecer imediatamente os níveis salariais de antes dos primeiros anos sessenta, quando eles chegaram ao seu ponto mais alto, porque isto, da noite para o dia, provavelmente "quebraria" senão a totalidade, pelo menos a maior parte das empresas, principalmente das empresas nacionais, das médias e pequenas. E nenhum de nós, responsavelmente, pode desejar correr este risco. Então é preciso que realmente esta recuperação seja programada num prazo razoável, para não produzir um efeito desastroso sobre as economias das empresas. Seria apenas recuperação dos níveis reais vigentes dos primeiros anos sessenta, mais o aumento real correspondente a todo o crescimento de produto.

Se nós estamos ainda num esforço de recuperar o valor real dos salários dos primeiros anos sessenta, um esforço ainda maior teria que ser feito para elevar o nível de salário, até onde devia estar hoje, se o crescimento do produto, o crescimento da renda, fosse acompanhado por um crescimento na mesma escala, na mesma proporção dos salários. Era o que seria razoável esperar de uma política salarial justa. Ela é um instrumento importante, mas tem que ser dotada de uma programação de prazo razoavelmente longo e esta é uma das razões por que se trata de um instrumento que se satisfaça por si só.

Existe uma outra razão também por que a política salarial não é um instrumento satisfatório por si próprio. É que existe uma grande massa de trabalhadores brasileiros que não são atingidos pela política salarial, que estão à margem de qualquer providência englobada por uma política salarial. São os "bóias-frias", são "os biscateiros", são os pequenos comerciantes, os mascates, os semi-empregados. O Governo agora está publicando índices sociais e nesta publicação ele confessa que, da população ativa global do País, que é de cerca de trinta e cinco milhões de brasileiros, população chamada economicamente ativa, algo como vinte por cento, quer dizer, cinco ou seis por cento são desempregados declarados, mas uns vinte a vinte e dois por cento são trabalhadores com renumeração equivalente até meio salário mínimo. Ora, quem tem uma remuneração equivalente a meio salário mínimo evidentemente não tem um emprego; ele tem um "bico" aqui e ali, vive de

biscate no meio da rua; realmente não é um trabalhador atingido por uma política salarial justa Isto para não considerar outros dez ou doze por cento que estão classificados, também, como semi-empregados são aqueles que não chegam a trabalhar quarenta horas por semana. Em grande parte, suas atividades não estão classificadas, registradas, digamos assim, como atividades permanentes e, por conseguinte, estão à margem de qualquer providência ligada à Política Salarial.

A Política Salarial, além de ser um instrumento que deve ser movido com certa cautela, é um instrumento que não atinge a uma grande massa de trabalhadores brasileiros, como aqueles semi-desempregados ou marginalizados pelo mercado de trabalho.

Por essa razão, é preciso pensar em outros instrumentos de redistribuição de riquezas, entre os quais estaria, em segundo lugar, uma política de empregos, exatamente para absorver, no mercado de trabalho, essa enorme massa de marginalizados que está por aí. O Governo confessa a sua preocupação também em relação a esse problema. Nos documentos oficiais, no II PND, fala-se numa política de empregos mas, providência concretas, até agora estamos a esperar. É a tal história: seria a adoação de tecnologias mais adequadas à nossa realidade, mais adequadas à proporção fatores disponíveis que temos na nossa economia. Se temos, relativamente, pouco capital e muita mão-de-obra, precisaríamos de funções de produção que empregassem mais mão-de-obra e, relativamente, menos capital. Isso exige toda uma reorientação a que o Governo se declara favorável, mas não toma nenhuma medida capaz de implementá-la.

Outra providência que tem sido sugerida por nós, pelo MDB, e que o Governo se declara estudando pelo menos há dois anos, é a mudança da incidência dos encargos previdenciários.

Os encargos da Previdência incidem, hoje, todos eles, sobre a folha de pagamentos. Isto é, penaliza, fortemente, aquelas indústrias, aquelas empresas que empregam mão-de-obra mais intensivamente. É necessária a mudança da forma da incidência, sem alterar o total dos recolhimentos da Previdência Social. Ao invés de se aplicar os encargos da Previdência totalmente sobre a folha de pagamentos, que se estudasse uma forma de aplicá-los, pelo menos parcialmente, sobre o faturamento das empresas, ou mesmo, totalmente. A situação como que se inverteria. Quer dizer, aquelas indústrias que empregam mais quantidade de mão-de-obra, teriam vantagem em relação às indústrias mais

automatizadas, às indústrias que empregam menos fator mão-de-obra e mais fator capital.

Isto é viável, é factível, o Governo não contesta e se declara estudando o assunto, que ele considera também relevante. Está estudando, mas até agora não tomou nenhuma providência.

Há outro elenco de medidas capazes de absorver, em grande parte, ou, pelo menos, impedir que esse contingente de marginalizados cresça — porque ele está crescendo, essa é que é a verdade. As nossas grandes cidades estão cheias dessas pessoas semi-empregadas. Seria algo como uma Reforma Agrária, algo que fixasse, realmente, a mão-de-obra no campo, utilizasse a mão-de-obra mais intensivamente no campo, ao invés de aumentar as extensões, aumentar a concentração de terras e a expulsão de trabalhadores do campo que, em condições cada vez piores de vida, vêm às cidades em busca de algo melhor.

Deste modo, são medidas concretas que resultariam no aumento do emprego efetivo da mão-de-obra no Brasil. Nós ainda estamos por esperar, mas essa seria uma forma e muito importante de se conseguir uma redistribuição de riquezas no País.

Outro instrumento de redistribuição seria o nosso sistema tributário.

O conjunto de impostos em nosso País, apesar de constituir uma carga muito elevada, que é o cálculo de tributos por habitantes, é um sistema regressivo, ou seja, incide de maneira muito mais forte sobre as camadas de baixas rendas do que sobre as de altas rendas.

Por que isso acontece? Ainda hoje o Deputado Tancredo Neves fez referência ao assunto no seu discurso proferido neste manhã.

O que acontece é que a grande incidência de impostos indiretos, tipo ICM, IPI, grava, indistintamente, o pobre e o rico, fazendo com que a carga que pesa sobre as camadas menos favorecidas seja muito grande.

No caso do Imposto de Renda, que é um imposto direto por excelência, acontece que ele pesa muito sobre as empresas. Estas, por sua vez, transmitem esta carga tributária para o consumidor, também indistintamente, ou seja, tanto para as camadas mais ricas como para as mais pobres.

No caso do Imposto de Renda de Pessoa Física, apesar de, em média, muito baixo, é também extremamente favorável ao rendimento de capital e extremamente rigoroso em relação ao rendimento do trabalho. Como disse o Deputado Tancredo Neves, os ganhos de capital não são taxados neste País. O cidadão que tem uma fortuna em ações, não paga um tostão do que recebe de bonificação. Do que ele recebe de dividendos, paga apenas 15% na fonte e não entra no progressivo. Quer dizer, é um imposto extremamente barato para quem já é muito rico! O lucro imobiliário igualmente também não é taxado. O dividendo de ação ao portador tem uma série de incentivos. Além do mais, a própria pessoa física, depois de fazer o seu cálculo, de Imposto de Renda, ainda tem a possibilidade de utilizar os incentivos fiscais que o Governo lhe dá. O assalariado, que tem o desconto na fonte, não tem como fugir a ele, o que vem pesar, muitas vezes, no seu orçamento familiar ou pessoal. Então o que há é uma enorme distorção no Imposto de Renda. Por que não reformular este Imposto de Renda de Pessoa Física, taxando bens de capital, reduzindo, talvez, a indicência no caso de rendimento de trabalho e aprofundado o Imposto Progressivo? Por que este tem que parar em 50% da renda líquida? Por que o bilionário tem que pagar a mesma coisa que o apenas rico? Se o rico deve pagar mais do que o pobre, o bilionário deve pagar mais do que o apenas rico. Em todos os Países mais avançados, mais cultos, este Imposto de Renda chega até a 90%. Já não digo que cheguemos lá, mas pelo menos até uns 75%, como já foi. Isto seria tirar de quem tem realmente condições de pagar, que é a pessoa física de altos rendimentos, tributando os ganhos de capital, jogando no progressivo os ganhos de capital e não apenas, como acontece, os ganhos salariais.

Isto no que diz respeito ao Imposto de Renda. Mas existe ainda o Imposto de Herança que não há no Brasil. Em todo País avançado esse tipo de imposto é uma forma, senão de redistribuir, mas de impedir a concentração de rendas nas mãos de pessoas ou de famílias. É a forma de dividir essa concentração de alguma maneira e de dar ao Governo receitas para serem aplicadas em finalidades de natureza social.

Temos, no Brasil, um imposto de transmissão "causa mortis", que é um impostozinho ridículo de 2%. Não é progressivo, é muito baixo e só incide sobre os bens imóveis. Não sei porque o herdeiro de uma fortuna incalculável em ações não paga o imposto, enquanto uma viúva, que recebe apenas a casa onde mora, talvez seja até obrigada a vender a casa para pagar o imposto de transmissão que incide sobre bens imóveis. É claro que esse imposto deveria ser progressivo, co-

meçando baixo e subindo de acordo com o "montante" herdado e incidindo sobre todos os bens, inclusive sobre ações e títulos.

Outro imposto que eu acho que está muito aquém de onde deveria estar é o territorial rural. Pretendeu-se fazer uma Reforma Agrária neste País usando o imposto territorial. Foi criado o Estatuto da Terra, fez-se um mecanismo complicadíssimo para se chegar ao cálculo do Imposto Territorial Rural. Está certo, é um caminho que se pode explorar para se chegar a uma redistribuição de terra, gravando, realmente, a grande propriedade não utilizada ou até mal utilizada, de tal forma que o seu proprietário se veja forçado a dar à sua terra uma exploração altamente capitalizada e econômica ou então colocá-la à venda, o que produziria, num certo prazo, pelo acúmulo de oferta de terra, uma conseqüente baixa nos seus preços e a sua redistribuição. Ainda que não fosse a Reforma Agrária ideal, em termos de justiça social, seria uma forma de redistribuir terras através desse instrumento que é o imposto territorial.

Pois bem, esse imposto foi implantado. Foi reformulado depois de 1964, acho que em 1965 ou 1966, mas qual foi o resultado? Alterou alguma coisa a estrutura de redistribuição de terras no País? Não! Muito pelo contrário, parece que a concentração continua e o que está surgindo são gigantescas fazendas por esse País afora, com dimensões incalculáveis, em números estratosféricos e o imposto continua muito aquém de onde realmente deveria estar.

O Imposto Territorial Rural precisa ser revisto e penalizar, realmente, a grande propriedade mal utilizada. Não vamos taxar as propriedades de 50 ou 100 hectares, mas poderia-se até utilizar o sistema de "módulos" que o Governo imaginou, de modo a que, acima de 100, 500 ou 1000 módulos, digamos assim, seriam estabelecidas incidências progressivas cada vez mais altas e que realmente penalizassem as grandes propriedades pobremente utilizadas.

Enfim, é outro imposto onde há muito que tirar sob o ponto de vista de redistribuição de riquezas.

Por outro lado há impostos que eu acho que estão com uma incidência muita alta. É o caso, por exemplo, do ICM. Por que obrigar o povo a pagar o ICM (14% ou 15%) sobre o feijão, o arroz, o leite, a farinha de milho e outros produtos básicos da alimentação do brasileiro? Estes produtos deveriam ser isentos. Existem outras formas de

retirar impostos muito mais justas. O que se deveria fazer era uma reforma de tal maneira que se isentassem os produtos básicos da alimentação do povo brasileiro, e, ao mesmo tempo se aumentasse a incidência do Imposto de Renda de Pessoa Física, se criasse o Imposto de Herança, aumentassem a incidência do Imposto Territorial Rural nas grandes propriedades, enfim, mudassem toda esta estrutura, de forma que o sistema tributário se apresentasse socialmente, justo, progressivo, isto é, penalizando mais, retirando mais de quem pode mais e aliviando aqueles que não têm condições de contribuir.

Finalmente, o quarto instrumento de redistribuição de riquezas é o Governo assumir os encargos de serviços de alta essencialidade, ou seja, basicamente, os serviços ligados à educação e à saúde. Como dissemos, a prioridade atribuída a estes setores, prioridade concreta e traduzida em alocação de recursos, é muito baixa esta é a verdade. O Governo precisa atribuir mais importância, sob o ponto de vista financeiro, a estes setores. Precisa, também, melhorar a qualidade de atendimento médico à população brasileira, mesmo através do INPS, fazendo com que ele seja realmente um instrumento da saúde nacional. Além disso, a educação precisa ter o seu nível melhorado e a sua extensão mais abrangente para a camada mais pobre da população.

Alguém poderá afirmar que isto requer muitos recursos. Sim, é verdade que requer recursos! Mas, recursos existem! E podem ser adquiridos através de uma reforma tributária como a que nos referimos anteriormente. A questão é saber de onde tirar os recursos e onde os alocar. Para isso é preciso que, realmente, dentro de um planejamento, anote-se quais as prioridades e se faça incidir sobre elas os recursos captados.

Com estes quatro instrumentos pode-se realizar, num prazo razoável, uma redistribuição da riqueza nacional, de modo que o panorama que agora vemos tenham uma feição mais aceitável, mais civilizada e não seja este absurdo, que é a concentração de riquezas verificada no Brasil atualmente. Esta atitude fortaleceria este segundo vetor que dá o conteúdo de liberdade ao modelo econômico: a satisfação das necessidades básicas da nossa população.

Para não alongar mais, era isto o que nós queríamos dizer hoje a todos vocês. A luta do Movimento Democrático Brasileiro tem-se concentrado nestes pontos, no que se refere ao modelo econômico brasileiro. A razão disso é que estes são, realmente, os pontos importantes

em todo o problema, porquanto a redistribuição da riqueza e o aumento do grau de independência da economia brasileira em relação a outras economias têm sido os pontos fortes dos nossos debates e da nossa luta.

Agradecemos a atenção de todos e as perguntas deverão ser dirigidas à Mesa.

Muito obrigado! (Palmas)

DEBATE

Já está à Mesa uma pergunta que diz o seguinte: O que é Reforma Agrária e qual sua importância para o desenvolvimento econômico do Brasil e o que fez o Governo Revolucionário, em termos práticos, a respeito da Reforma Agrária?

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO — Bem: Reforma Agrária, como o próprio nome indica, é toda a reformulação da estrutura do setor agrário. Estrutura não só em termos de distribuição de propriedades, isto é, uma distribuição que atinja a um número muito maior de proprietários, que desconcentre, digamos assim, a propriedade, mas também uma reformulação num processo de aproveitamento da terra. Isto é, passando de uma estrutura que aproveita muito pouco em relação ao potencial desta terra, para uma outra que aproveite mais intensamente este recurso natural, que é o solo agricultável do País.

São estas duas linhas que definem uma Reforma Agrária. Resdistribuição da propriedade e reformulação dos métodos de trabalho da terra. O processo clássico de Reforma Agrária é a desapropriação das grandes propriedades improdutivas, e a distribuição desta terra desapropriada a famílias de agricultores, simultaneamente com uma assistência governamental para melhorar, para dar a estes pequenos agricultores condições de explorá-las eficientemente dentro de técnica razoavelmente aceitável.

Este é o processo clássico de Reforma Agrária. Desapropriação, redivisão das terras, que são entregues a trabalhadores que vão, efetivamente, lavrar a terra e dentro, concomitantemente, de uma assistência governamental, para que a utilização tenha um processo mais racional possível.

Os Governos da Revolução pretenderam realizar uma Reforma Agrária, não através deste processo de desapropriação, embora este processo seja possível e tenha até sido cogitado inicialmente, mas por razões que eu só posso interpretar como razões políticas, o Governo

achou que seria mais contundente, digamos assim, realizar uma redivisão de terras através do Imposto Territorial Rural. Isto é, taxando.

Elaborou, então, uma fórmula muita complexa para calcular o Imposto Territorial Rural, que varia de acordo com a extensão, varia de acordo com o percentual de utilização da terra, varia de acordo com as técnicas utilizadas, varia de acordo até com a qualidade da habitação que o proprietário dá aos seus colonos, enfim, uma série de variáveis dentro de uma fórmula complicadíssima que definiria o imposto a pagar. Aquele proprietário que tivesse grande extensão de terras, que aproveitasse mal estas terras, que tratasse mal os seus colonos, pagaria um imposto maior.

Seriam obrigados, ou a reformular os seus processos, ou, então, a vender parte de suas terras ou a totalidade delas.

Este era o objetivo da política do Governo da Revolução através, depois, do estatuto da terra. Ocorre que isto não funcionou, porque nem a estrutura de terra se modificou, continua extremamente concentrada, nem os processos, tanto de utilização das terras, como o de tratamento do trabalhador rural, se modificaram substancialmente. Isso prova uma de duas alternativas: ou que este caminho não é um caminho eficiente, não produz eficazmente uma reforma agrária, ou então o imposto, apesar de sua extrema complexidade, ainda está muito baixo. Razão pela qual a resposta que se pode dar é que, em matéria de reforma agrária os Governos, ultimamente, não têm feito praticamente nada.

O SR. PRESIDENTE — Há uma repetição de perguntas. Nós vamos tentar reuni-las em uma ou duas aquelas que tenham, efetivamente, ligação.

O Senador respondeu sobre reforma agrária e agora nos chega outra que, pensamos, já foi respondida.

Há uma pergunta sobre "O contrato de risco". "Se o Contrato de Risco não se constituiria numa abertura maior ainda para o capital estrangeiro e um comprometimento maior da economia nacional?"

O SENHOR SENADOR ROBERTO SATURNINO — Eu acho que sim. O contrato de risco é uma forma de permitir que capitais estrangeiros ingressem no setor de exploração de petróleo.

Ainda que o Governo insista em declarar que essa participação se limitará às atividades de pesquisa e que, na parte da exploração, o petróleo será todo da PETROBRÁS; ainda que, particularmente, nós tenhamos que dar um crédito à administração da PETROBRÁS, às equipes técnicas da PETROBRÁS, pois realmente tem técnicos, tem administradores muito amadurecidos e muito concientes do interesse nacional e da necessidade de defender a PETROBRÁS contra o assédio de capitais estrangeiros, ainda assim, nós temos que admitir que esses contratos de risco, na verdade, envolvem um risco enorme para o país, para a nossa autonomia econômica e até para a soberania nacional.

O fato é que áreas potencialmente petrolíferas, sendo exploradas por companhias de capital estrangeiro, por essas multinacionais, significa, em última análise, que alguma quantidade das nossas jazidas de petróleo será concedida. Com todos os artifícios que se possam fazer, no fundo é uma concessão que se pagará necessariamente em petróleo (não vamos acreditar que esse pagamento vai ser apenas do tipo de um contrato de serviço; não se faz um contrato de serviço como normalmente se vinha fazendo). No momento em que se passou do contrato de serviço para o contrato de risco, é claro que vai haver implicitamente concessões em termo de petróleo extraído dessas jazidas.

O petróleo é item de infra-estrutura; item de segurança nacional; item de grande importância que ultrapassa até o seu significado econômico.

Existe o significado político e o significado muito grande em termos de segurança nacional. Nós achamos que, apesar de termos uma certa cautela, pelos menos a de esperar os termos em que vão ser formalizados esses contratos, mesmo assim os condenamos e os consideramos fatores atentatórios aos interesses nacionais.

PERGUNTAS: 1.ª — "Referentemente às bases do modelo econômico brasileiro".

2.ª — "Para mudar a política econômica que dá ênfase à exportação, o Governo precisa adotar uma política de redistribuição equitativa de renda, pois com o baixo poder aquisitivo do povo não é possível ampliar o mercado interno. A seu ver, Senador, quais as razões que impedem essa mudança?"

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO — Estas perguntas já estão praticamente respondidas com a conferência que fiz há pouco.

PERGUNTA: "Como evolui a economia periférica para uma economia nuclear com fins exclusivamente pacíficos, está sendo construída no Brasil a primeira usina átomo-elétrica. O Senhor acha que, com a vinda desta usina, o Brasil atingiria o apogeu nesse setor de energia ou, para que isto aconteça, não se faz necessário a implantação de usinas átomo-elétricas mas, sim, de um maior aproveitamento de rios que, pelo que me parece, são abundantes no Brasil?"

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO — Essa questão da energia nuclear é extremamente importante. A política do Brasil até o ano passado era a da importação de usinas nucleares prontas para apenas acionarmos os botões e sem que tivéssemos maiores conhecimentos tecnológicos.

O MDB combateu frontalmente esta orientação do Governo. Está aqui ao nosso lado uma das figuras preeminentes do nosso Senado e empenhada no estudo daquela medida do Governo, o Senador Franco Montoro, que, na Câmara Alta, levantou este problema de forma corajosa, condenando aquela orientação que o Governo vinha adotando mas que finalmente acabou compreendendo e assinando aquele Acordo Nuclear com a Alemanha Ocidental.

Esse Acordo, entretanto, é um grande potencial para nós, mas apenas um potencial. É algo que poderá trazer um grande avanço ao nosso País, eis que não iremos mais comprar as usinas prontas. Teremos assim a possibilidade de participar da fabricação do equipamento dessas usinas; conhecer toda a sua tecnologia como, até, participar na produção do combustível. É um portal que está se abrindo para o Brasil em termos dessa tecnologia.

A pergunta dá ênfase ao aproveitamento das nossas outras fontes de energia: os rios, o sol; a energia direta captada; os nosso ventos, o nosso carvão mineral aqui de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Tudo isso são fontes de energia importantes e que devem ser aproveitadas ao máximo. Isto, entretanto, não nos livra da obrigatoridade de entrar na energia de fonte nuclear.

apesar de toda a abundância de energia de que dispomos, ela tem um horizonte de tempo definido; ela tende a esgotar as suas possibilidades, o que pode dar-se no fim deste século ou no início do outro. O fato é que nós vamos precisar, num tempo difícil de prever, desta fonte de energia nuclear.

E precisamente não apenas de importar as usinas prontas, mas dominar a sua tecnologia. Não apenas porque isto é importante sob o ponto de vista de energia, mas também, sob o ponto de vista do desenvolvimento científico e tecnológico do País. Porque o domínio dessa técnica, desse setor científico, é extremamente importante para todos os desenvolvimentos tecnológicos. As coisas devem ser colocadas nesses termos. É importante para nós e, agora, depois de uma insistência muito grande do MDB, especialmente do nosso Senador Franco Montoro, o Governo reconheceu que estava errado. Modificou a sua orientação, mas apenas abriu o potencial. Vamos ver se este potencial se concretiza e vamos nos aplicar na fiscalização dessa política, para ver se este potencial realmente se concretiza.

INTERLOCUTOR — Ainda complementando, não as perguntas, mas as respostas formuladas a respeito do problema, há uma outra vasada nos seguintes termos: "O rompimento do monopólio estatal para exploração do petróleo, pelo menos no Brasil, chamado "contrato de risco", já não teria sido conseqüência de pessoas espertas para a concessão de novos empréstimos e o rescalonamento da dívida externa?"

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO — Eu acho que sim. É uma opinião pessoal, não tenho comprovação do que estou dizendo, mas tenho convicção de que esta decisão do Governo foi tomada, não em função da necessidade que nós temos, urgente, de descobrir petróleo neste País. Porque este é também outro aspecto dos "contratos de risco". Ainda que estes contratos venham a surtir efeitos surpreendentes, espantosos, estes efeitos nós vamos concretizar num prazo, muito otimista, de quatro ou cinco anos. Mais provavelmente, dentro de seis ou sete anos. Porque o prazo para discussão, para assinatura dos contratos, para instalação das empresas, de início de operações, até a descoberta e o desenvolvimento do campo petrolífero, até que ele entre em operação, é realmente muito grande. Nós podemos calcular isto, seguramente, em cinco anos.

Se estes contratos fossem assinados hoje, só veríamos seus efeitos, provavelmente, dentro de cinco anos, prazo este que nos daria muitas outras possibilidades de resolver o nosso problema de energia através do álcool, por ser mais econômico que a gasolina, e, além do mais, dentro desses cinco anos, ou nós já entramos na moratória, já resolvemos por essa forma o problema gravíssimo da nossa balança de pagamentos, ou, então, já teremos ultrapassado esse problema, porque

o balanço de pagamento é um problema de hoje, da semana que vem, do mês que vem. Não é um problema que possa ser adiado para daqui a cinco anos.

Os "contratos de risco" só podem ter outra razão. Não podem ser — vamos dizer assim — uma imposição do nosso problema de balanço de pagamento. Ele é uma imposição de outra natureza. A meu ver, é aquilo que foi alegado pelo próprio Ministro da Fazenda, que chegou a ser publicado nos jornais da nossa Imprensa: os "contratos de risco" eram uma concessão necessária para que a credibilidade do País, no exterior, se mantivesse elevada.

O que quer dizer isso? "Manter a credibilidade do País" quer dizer manter a possibilidade de conseguir crédito, de se conseguir empréstimo. Então, em última análise, é uma exigência de Bancos, de banqueiros internacionais, para continuarem dando empréstimos ao País e, em troca, exigindo que o País abra o setor petrolífero, para exploração.

Não tenho provas disso. É uma opinião pessoal que estou transmitindo, mas é uma convicção baseada nessas evidências que acabei de referir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Alceu Collares) — Para descansar o Senador Roberto Saturnino, há uma pergunta feita ao Senador Franco Montoro: o MDB acredita na eleição direta para Governador, em 1978? Por quê?

Esta pergunta foi feita por um estudante de Direito.

Ainda outra pergunta: O MDB tem melhores condições do que a ARENA para realizar uma política econômica independente?

O SENADOR FRANCO MONTORO — Quanto à primeira pergunta, devo dizer que há uma resposta na Legislação vigente. As eleições, pela própria Constituição, serão diretas. O Governo afirma que elas serão, e nós não podemos e nem devemos descrer daquilo que a Constituição estabelece e da palavra do próprio Governo. Devemos agir e trabalhar para que a Lei seja respeitada e a Constituição cumprida.

Quanto à segunda pergunta, devo dizer que o MDB tem melhores

condições do que a ARENA para defender uma política econômica independente. Eu acho que quem assistiu à Conferência do Senador Roberto Saturnino teve a melhor das respostas.

Eu duvido que encontrássemos algum senador da ARENA capaz de fazer a palestra que ele fez, denunciando, com a clareza e independência como fez, e ao mesmo tempo com objetividade, os males da nossa política.

A ARENA tem padecido de um mal de nascença. A função dela é dizer "sim". Ela cultiva, não a independência, mas a dependência. Todas as medidas propostas pelo Governo, até mesmo aquelas que conflitam com asdeclarações de Líderes da própria ARENA, acabam sendo aprovadas, por unanimidade de seus membros. De modo que ela cultivou e talvez seja este o grande perigo, o grande mal que a ARENA tenha sofrido: ter ficado sempre na posição de dependência.

Nós dizemos com freqüência, como diagnóstico, desejando o bem da ARENA, que ela precisa ir para a Oposição, durante algum tempo, para ter essa independência e começar a cultivar e preparar-se com independência, para enfrentar os nossos problemas.

Não tenham dúvida nenhuma de que o MDB, muito mais do que a ARENA, terá condições de assumir a responsabilidade de dar ao Brasil uma linha econômica com a independência com que acabou de fazer, no fundamento da sua exposição, o Senador Roberto Saturnino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Alceu Collares) — Há várias perguntas pedindo ao Senador Roberto Saturnino que faça uma apreciação a respeito da decisão governamental que se relaciona com a privatização, ou com a defesa da empresa privada nacional.

O SENADOR ROBERTO SATURNINO — Esse tema quase dá um outra palestra, mas eu vou procurar resumir.

Existem setores da economia que são chamados de infra-estrutura ou setores básicos, onde, em primeiro lugar, se exigem grandes investimentos, grande densidade de capital e de tecnologia. Exige-se que a produção seja oferecida a custos relativamente baixos, porque são bens, são serviços largamente usados por todos os outros setores da economia nacional.

Exigem os chamados tempos de maturação, período de construção de implantação destes projetos, que é muito largo. Por todas estas razões, a presença do Estado nestes investimentos é necessária, porque o capitalismo privado ainda é incipiente e não tem a densidade de capitais e tecnologia capazes de cumprir aquelas exigências nestes setores básicos. Ao mesmo tempo, há uma série de oportunidades, noutros setores, de um retorno rápido, de modo que o capitalismo privado não tem possibilidade nem interesse maior em ingressar nos primeiros. Assim é que o Governo tem sido obrigado a tomar uma série de iniciativas, não por uma decisão de caráter ideológico, mas por uma imposição da realidade, porque a única alternativa, se não for a estatal, será o capital estrangeiro, a multinacional. Porque esta tem requisitos de tecnologia, pode esperar a maturação muito grande. Então, o dilema que se cria nestes setores básicos é quanto à iniciativa estatal e a presença da multinacional. Nós até diríamos que há, ainda, um aspecto mais importante — e esta tese é muito rica de aspectos.

É que estes setores de produção de energia, aço, fertilizantes básicos ou produção de matéria-prima para indústrias químicas são setores de monopolistas, só cabem a poucas empresas. Não há nestes setores, notadamente, uma liberdade de iniciativa, de livre empreendimento. São setores concedidos pelo Estado.

Ainda agora, por exemplo, no setor do cobre, o Governo está fazendo uma verdadeira licitação para conceder a produção de cobre a uma empresa estatal ou multinacional. Não vejo como uma empresa privada fazer um investimento da ordem de trezentos milhões de dólares. O fato é que este é um setor monopolizado. A produção de fosfato rochoso de Sergipe também é, automaticamente, uma empresa estatal quem fará.

Nestes setores ainda há um monopólio, não há concorrência: não há a livre iniciativa, onde se exige grande investimento de tecnologia, onde o prazo de maturação é muito grande e as possibilidades devem ser baixas para poder beneficiar todos os outros setores e aproveitar a matéria-prima desses serviços básicos nacionais. A alternativa seria a empresa multinacional. Então, todo este debate, entendemos, é um falso debate.

Se o Governo tivesse entrado na área da pequena e média empresa, onde realmente existe a economia, onde existe a concorrência e onde existe a liberdade de iniciativa, estaríamos nós, também, a dizer

que o Governo não deveria interferir. Mas, nestes setores básicos, não vejo sentido para este debate. A não ser que soubéssemos do interesse de empresas que gostariam de ter o monopólio desses setores, para dominar a base de nossa economia. Mas aí está tudo muito claro! O interesse nacional nestes setores básicos será bastante forte. Neste último documento que saiu do Conselho de Desenvolvimento Econômico, onde o Governo procura traçar linhas, ele implicitamente acaba reconhecendo isto!

No serviço básico de infra-estrutura o Governo tem que entrar, por esta razão.

Na produção de fertilizantes nitrogenados, também. E pelo mesmo raciocínio, pela mesma razão, naqueles setores de produção de matérias-primas de larga utilização a iniciativa estatal, pessoalmente, achamos que é um imperativo.

Não é isto que vai conduzir o País ao totalitarismo, absolutamente! A imensa quantidade de setores onde cabe a pequena e a média empresa vai continuar a existir e vai-se beneficiar por essa presença estatal nos setores básicos. O que pode conduzir à ditadura e ao totalitarismo não é a presença do Estado nos setores básicos. O que pode conduzir a isto é a desorganização. Quando é que os países fazem a opção pela ditadura? É quando há uma grande desorganização na vida econômica e, conseqüentemente, na vida política de um país. Perguntamos: houve estatização na economia alemã nos períodos que antecederam a Alemanha de Hitler? Não conheço. Houve estatização na economia russa nos últimos anos do tzarismo? O que houve foi uma enorme desorganização na vida econômica daqueles países.

Sob esse ponto de vista, a presença do Estado é um fator de estabilidade, contrário à possibilidade de desorganização que pudesse levar ao totalitarismo.

Esse avanço da estatização nos setores básicos é um fenômeno mundial: não é só do Brasil. na Inglaterra existe isso; na França também, na Itália, na Espanha e, nesses países, o regime político não conduz à ditadura. Muito pelo contrário, a idéia da democracia solidificou-se de tal maneira que até os Partidos Comunistas são obrigados a renderem-se à idéia democrática, concomitantemente com o avanço da presença do Estado nos setores básicos. O desenvolvimento econômico exige a presença da grande empresa e ela ou é estatal ou multinacional. Nesta opção, pessoalmente somos pela hipótese estatal.

O SR. PRESIDENTE — Há meia dúzia de perguntas sobre o crédito educacional. Resumindo: a educação é investimento a longo prazo para o País: então o Governo deve dar condições para o povo estudar. Com a implantação do crédito educativo, o Governo estará sangrando ainda mais o seu povo pois, ao se formar, o estudante deverá pagar ao Governo uma quantia que deveria ser arcada pelo mesmo. Gostaríamos de saber sua opinião sobre as possíveis vantagens concedidas pelo Governo a estudantes carentes de recursos.

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO — Nós nos consideramos sem condições de responder claramente esta pergunta. Não conhecemos em detalhes as medidas governamentais no setor de crédito. Por enquanto, achamos que está tudo no papel e o Governo está cheio de intenções nos seus planos e documentos oficiais. Mas preferimos aguardar a tradução dessas declarações em algo de concreto e neste campo, por enquanto, só conhecemos declarações e teorias em documentos.

O SR. PRESIDENTE — Por que o Governo não entrega parte da Previdência Social a empresas privadas competentes, melhorando assim a sua qualidade, dando liberdade de escolha para o contribuinte?

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO — Bem, achamos que previdência social e assistência social é uma tarefa típica de Governo.

Não há lugares neste setor para o lucro, o interesse da empresa privada. Achamos que a assistência social por definição é uma atividade não lucrativa e sim governamental.

O SR. PRESIDENTE — (Deputado Alceu Collares) Outra pergunta: "por que o MDB é contra a adoção de medidas que visem o controle do aumento populacional?"

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO — Este problema não é apenas brasileiro, mas atinge outros países que estão apavorados com o crescimento populacionao do mundo. Para nós, que temos espaços imensos a ocupar e que sabemos que, à medida que o nosso desenvolvimento concretizar-se e a nossa renda **per capita** aumentar, os nossos coeficientes de natalidade vão cair, como já estão diminuindo, não consideramos este um problema nacional e, por conseguinte, somos contra qualquer medida que venha a ferir tradições, tendências e sen-

timentos do povo brasileiro e que realmente não vão resolver problema nenhum, pois para nós não existe.

O SR. PRESIDENTE — O MDB de há muito defendeu uma restrição ao turismo externo. O Governo aplicou a restrição fazendo discriminação de classes. O MDB defende hoje o racionamento da gasolina sem especificar os critérios a serem adotados amanhã. Tem partido do MDB algumas vozes de apoio ao ensino universitário?"

Esta pergunta já foi respondida.

Outra: "O MDB não pode ser acusado de estar defendendo medidas discriminatórias ao apoiar medidas que não atinjam os ricos e super-ricos?"

O SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO — Dentro da nossa visão, achamos que não! O MDB tem defendido a tese de que nós precisamos tomar medidas severas, medidas até drásticas dentro da situação em que nos encontramos, para cortar os nossos gastos com divisas, para equilibrar a nossa balança de pagamentos. O racionamento de gasolina é um destes cortes. Mas insistimos em dizer que não é bastante, não! O que nós devemos é racionar todas as importações, é elaborar um Orçamento de Câmbio rigoroso e cumprí-lo à risca para evitar que o deficit continuado da nossa balança comercial leve a um endividamento que nos obrigue à concessão, à entrega de setores importantes da nossa economia.

Devemos racionar a gasolina. Acreditamos que se esta medida tivesse sido tomada logo em 1974 — defendemos isto em nossa campanha eleitoral, isto é, que o Governo devia tomar medidas restritivas ao consumo de gasolina — na época poderiam ser medidas menos drásticas, como limitar a velocidade de automóveis nas estradas, restringir a circulação de automóveis nos centros congestionados das cidades, medidas mais suaves que diminuíssem o consumo de gasolina. O Governo não adotou, resolveu conter o consumo via aumento de preço. Resultado: o consumo não se conteve como devia e a inflação disparou a níveis quase incontroláveis.

No quadro atual, achamos que as medidas de restrições terão que ser mais drásticas do que aquelas que deveriam ter sido tomadas em 1973 ou 1974. Alguma coisa tem que ser feita, não podemos continuar com este gasto de divisa.

O mesmo acontece com relação ao turismo. Não tem sentido, na situação grave em que nos encontramos na nossa balança de pagamento, continuar gastando setecentos milhões de dólares em viagens ao exterior. Tinha que haver restrições, sim. Achamos que a linha adotada pelo Governo foi uma fórmula infeliz em seu todo, desde a regulamentação, atribuindo funções de conceder isenção ou favor a uma pessoa, à forma de Decreto-lei, mas alguma restrição sobre os gastos com turismo teria que surgir, é evidente!

Temos que cortar todos os gastos com dólar. Temos que restringir onde for possível, devemos fazer um Orçamento de Câmbio, cortar onde puder e restringir ao máximo este gasto para nos poder livrarmos deste endividamento sem fim que vai nos levar a uma situação muito dramática.

O SR. PRESIDENTE — O Senador Franco Montoro pede que faça uma análise sobre a situação dos "bóias-frias"; com dados desta população e um paralelo destes com a Reforma Agrária!

O SR. ROBERTO SATURNINO — Já estamos com muito tempo de reunião para uma exposição sobre este assunto.

Achamos que a pergunta revela uma preocupação muito válida, porque hoje este é, talvez, o problema mais sério da família trabalhadora brasileira. No meio rural, a maioria dos trabalhadores está, hoje, em alguns Estados, representada pelos "bóias-frias". São aqueles que fazem o trabalho ocasional e não gozam de nenhum dos direitos que a Constituição assegura aos trabalhadores, não têm direito a férias, a descanso semanal, a previdência social, aposentadoria, em suma, são os párias do mundo do trabalho.

Há várias fórmulas que têm sido estudadas para resolver estes problemas, porque os "bóias-frias" são levados de caminhões para a fazenda para aquele trabalho, depois voltam como trabalhadores avulsos, moram com freqüência em baixo de pontes, em barracos, nas ruas, muitas vezes, e constituem uma mão-de-obra cada vez mais volumosa.

A fórmula para a sua solução tem variado: Na Câmara Federal, acaba de ser apresentado um projeto propondo que aquele intermediário, que é chamado "gato", funcione como empregador.

Há uma outra fórmula, que foi adotada numa categoria semelhan-

te, a dos arrumadores, que também eram contratados para carga e descarga de mercadorias e não tinham um meio de defesa. Neste caso dos arrumadores, fomos o seu representante em São Paulo e conseguimos, através de legislação, fazer com que, junto ao Sindicato dos Arrumadores, fosse constituída uma espécie de Cooperativa. Assim, formou-se essa comunidade de trabalho com que as firmas tinham que se entender. Através dessa contratação é que se faziam recolhimento dos encargos sociais. Para o trabalhador do campo, talvez seja esta a solução, uma das fórmulas lembradas num grupo de trabalho que se constituiu a nosso pedido e a conclusão foi essa: a de que o grupo Sindicato Rural deveria centralizar esse trabalho, de modo que os direitos sociais do trabalhador do campo ficassem assegurados mediante a contribuição para o Sindicato Rural, que consultaria, no caso, como empregador. Seria uma forma de evitar que milhões de trabalhadores rurais do Brasil tivessem preteridos os seus direitos.

Mas estamos vendo aqui uma pessoa que seria talvez a maior autoridade para falar sobre o assunto, que é o Deputado Federal Valter Silva, Assessor da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, que poderia talvez dar a sua contribuição a este respeito, pois que ele é o doutor nesta matéria.

O SR. PRESIDENTE — Concedemos a palavra ao Deputado Valter Silva.

O SR. DEPUTADO VALTER SILVA — Agradecemos a lembrança do nosso nome para dizer algumas palavras sobre o assunto.

Falaremos não tanto como Deputado Federal, mas como Assessor Jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, que é uma entidade de âmbito nacional que se tem preocupado com todos os problemas ligados ao meio rural, no que diz respeito aos trabalhadores rurais e ao problema dos "bóias-frias", aos trabalhadores avulsos, em algumas outras regiões do país chamados de "clandestinos", que é muito sério, também.

A única solução que a CONTAG tem apontado e nela tem insistido, desde a sua criação em 1974, é a realização imediata, urgente, de uma Reforma Agrária que pudesse resolver, em grande parte, esse e outros problemas ligados ao meio rural.

O Governo tem-se mostrado insensível a esse problema da Reforma

Agrária, apesar de ter sido a própria Revolução, logo no seu primeiro ano de implantação, quem tenha editado um Estatuto da Terra, que é uma lei avançada, em termos de Reforma Agrária, mas uma lei que não se aplicou, até hoje, em qualquer parte do País, a não ser de uma forma muito tênue. Pelo contrário, a não realização da Reforma Agrária tem contribuído para a fermentação do problema e o seu agravamento em todos os quadrantes do País.

Este problema do "bóia-fria", do avulso, do clandestino, que existe, sobretudo nas zonas canavieiras, já teve numa certa época um tratamento judicial. Colocado na Justiça, a Justiça do Trabalho, após um período grande de lutas, de dificuldades, as entidades sindicais dos trabalhadores rurais, que começaram a formar-se a partir de 1964, conseguiram impor uma jurisprudência no sentido de se considerar o intermediário entre o trabalhador avulso e a usina de açúcar — que era o caso específico —, como um "homem de palha", um "testa de ferro" e atribuir a responsabilidade dessas indenizações do tempo de casa e outros direitos trabalhistas sonegados como de responsabilidade da empresa verdadeiramente empregadora, isto é, da usina de açúcar. Leis posteriores vieram vulnerar também esta jurisprudência da Justiça do Trabalho e especialmente do Tribunal Superior do Trabalho. Hoje estamos, novamente, a braços com o mesmo problema, recrudescido em São Paulo, sobretudo, no Paraná, não sei se tanto aqui em Santa Catarina, mas em vários Estados da União.

Agora, o Deputado Guaçu Piteri apresentou um projeto, que é produto de uma recomendação aprovada num Congresso Nacional, realizado em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, repetindo um outro Congresso realizado em Natal, no Rio Grande do Norte, em que os trabalhadores rurais mesmo constrangidos, chegaram à conclusão de que somente a regulamentação do intermediário, do chamado empreiteiro entre o "bóia-fria" e o empregador, seria capaz de aliviar o problema, até que o Governo, realmente, através de uma decisão política, viesse a realizar uma Reforma Agrária tal qual foi preconizada no Estatuto da Terra. Em 1968, aqui no Brasil esteve uma Comissão da FAO, convidada pelo próprio Governo para estudar o problema agrário brasileiro. Este grupo da FAO chegou à conclusão de que o Brasil precisaria realizar, imediatamente, o assentamento de, pelo menos, duzentas e cinqüenta mil famílias, por ano, para, ao cabo de dez anos, ter um assentamento maciço que pudesse ampliar a oferta de emprego no campo, absorvendo, portanto, a demanda existente e formando um mercado de consumo interno que nos tirasse da dependên-

cia do mercado externo, a que nós estamos submetidos e sobre o qual o nobre Senador Saturnino Braga acaba de falar da tribuna, com ênfase, sobretudo com conhecimento de causa.

A formação desse mercado interno, de consumo, resultaria, também, em conseqüência, na elevação do "status" social do trabalhador rural e na sua liberdade, na independência política, no sentido de que ele estaria, ainda, ganhando estatura e dimensão para decidir dos destinos da Nação.

De sorte que o tratamento legal, tentado pelo Deputado Guaçu Piteri, será um tratamento paliativo mas é aquilo que o MDB pode fazer e oferecer como contribuição válida, extraída, sobretudo, de uma experiência apontada pelos próprios trabalhadores rurais, reunidos em sucessivos Congressos Nacionais.

Muito obrigado!

QUARTA CONFERÊNCIA

O SR. PROFESSOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Muito obrigado. Queria inicialmente agradecer as palavras elogiosas que foram ditas a meu respeito, com muito exagero. Ao mesmo tempo, quero desculpar-me porque a minha secretaria enviou esse "curriculum" tão longo, que é o "curriculum" que normalmente a gente manda quando está-se apresentando como algum candidato à Universidade.

Eu queria, não obstante já ter sido feita uma apresentação tão consubstanciada, tão benevolente, queria esta noite começar fazendo uma referência que talvez não fosse apropriada para um simpósio de tipo acadêmico-político, porque tem um pouco de ordem pessoal. Na verdade, tenho uma grande satisfação de estar aqui, em Santa Catarina, porque, há mais ou menos 20 anos da última vez que visitei Santa Catarina, e entre os meus trabalhos, como foi talvez mencionado aqui, o primeiro que fiz, a minha tese de mestrado foi sobre Santa Catarina. E realmente se, em algum lugar, comecei a tentar a entender o Brasil, foi por aqui, na Ilha de Santa Catarina e, especificamente, numa questão que ainda hoje me preocupa, que não se afastou muito daquilo que tem sido o tema das preocupações mais fortes que eu tenho, exatamente a análise do tema da escravidão e, depois, o negro, ou seja, a análise das populações pobres exploradas no Brasil.

E uma outra referência que eu queria também fazer e de igual forma, modestamente, falar do que fiz, ou, no caso, do que não me deixaram fazer, é que há um salto nesse "curriculum". Esse salto — é que eu fui Professor da Universidade de São Paulo até 1969, depois de 1969 fui aposentado. Eu tenho muito orgulho dessa aposentadoria. (Palmas.) Isso explica talvez a razão pela qual no meu "curriculum", um pouco involuntariamente, eu tenha sido mais um Professor no exterior do que no Brasil. Por isso, também, eu tenho uma enorme satisfação quando me são dadas oportunidades de discutir entre brasileiros os problemas que afetam o meu País.

Hoje, esta noite, o tema que me corresponde aqui diz respeito a

Liberdade e Desenvolvimento, claro que quase que se poderia dizer o que se quisesse sobre isso; no caso especifico nosso, não se deve dizer o que se quer, mas o necessário e às vezes só o possivel.

Eu não quero fazer nenhuma reflexão de tipo acadêmico, embora, por formação e vocação, não saiba falar senão também um pouco academicamente, o que não quer dizer que eu queira falar sem compromissos. Ao contrário!

Esse tema da liberdade e também o do desenvolvimento foi quase sempre posto em todas as sociedades e em todas as épocas. No que diz respeito às coisas que se criaram mais recentemente — e eu me refiro ao século XVI, ao século XVII e XVIII — já havia algo que é bastante contemporâneo no sentido da reflexão sobre liberdade e sobre o problema econômico.

A formação de uma ciência politica nasce de considerações que não são alheias àquelas que dizem respeito de forma mais direta à nossa realidade brasileira.

Vou me permitir fazer uma breve reflexão de tipo teórica — não para escapar da realidade brasileira, porque a ela voltarei imediatamente. Mas, fazendo um certo esforço, creio que se poderia dizer que o problema da liberdade, na tradição do grande pensamento clássico, das ciências políticas, tem pelo menos três vertentes importantes, e todas, a meu ver, atuais.

A primeira diz respeito à noção de liberdade jurídica.

Quando se pensa em liberdade, pensa-se em duas coisas fundamentais. Em termos mais genéricos, pode-se dizer que liberdade se define formalmente como ausência de restrições.

Ora, uma definição desse tipo de pouco serviria. Haveria que se pensar quais são os fundamentos da ausência de restrições. Há também aí, pelo menos, duas grandes vertentes para explicar isso. Uma — que não vou entrar em pormenores — diz respeito aos direitos naturais do indivíduo. A outra diz respeito à transformação desses direitos naturais em direitos positivos no estabelecimento de certas formas relativas a normas gerais, que devem valer para todos.

Possivelmente foi sob esta última versão que chegou até nós a idéia

do que seja a liberdade garantida pelo direito. Por trás da possibilidade dessa liberdade garantida pelo direito, e para que pudesse ter valor a famosa frase de Voltaire, de que a liberdade consiste em não se depender senão das Leis, há uma série de suposições.

As mais conhecidas dizem respeito ao fato de que é impossível pensar sobre o problema do direito e em liberdade assegurada pelo direito sem que se suponha pelo menos dois requisitos:

Um diz respeito à generalidade da lei: ou todos estão sujeitos à mesma Lei ou não há possibilidade filosoficamente de se fundamentar o direito.

Essa noção da generalidade da lei tem implicações bastante diretas. Uma delas diz respeito a que a lei não pode retroagir porque se a lei retroagisse ela alcançaria aqueles que atuaram antes que houvesse uma norma que coibisse a sua atuação.

A outra implicação dessa noção, de que a Lei Magna — à medida que a lei é geral — diz respeito ao fato de que se supõe a existência de uma certa igualdade. Não é possível pensar em lei geral sem que se suponha a noção de igualdade. Perante a lei todos são iguais.

Essas afirmações, que são bastante conhecidas têm algumas outras implicações. Se todos são iguais perante a lei, se a lei supõe a generalidade, se a lei não pode retroagir, a condição necessária para que isto ocorra supõe também a existência de uma separação entre os Poderes, senão o arbítrio castraria o valor da lei. É preciso que um setor da sociedade legisle e outro o execute. Por conseqüência, essas afirmações, quase que postulados da filosofia do direito, não têm que ver especificamente com o capricho de pessoas que querem uma distinção entre quem legisla ou quem administra, quem executa ou quem obedece. Isto, de longa data, diz respeito à mesma forma de pensar da possibilidade de qualquer lei.

Se não se parte desse pressuposto filosófico, não se entende o que seja um estado de Direito. Estas condições, repito, foram fundamentais no desenvolvimento de todo o mundo moderno.

Por quê? Foram fundamentais como condição da liberdade. Portanto, parti da idéia de liberdade. Mas elas são fundamentais, vistas de

outro aspecto, também. Para alguns filósofos, na verdade, preexistindo a idéia de lei, dava a idéia de um conjunto de indivíduos.

Nesta altura da evolução do pensamento ocidental, um filósofo chamado Locke pensou em termos mais diretos na relação que havia entre a propriedade e a lei, entre a propriedade e a liberdade. Nesta altura, para ele, a lei regia o conjunto de direitos, cujos sujeitos eram aqueles que possuiam alguma propriedade. Esta idéia é que serviu para fundamentar depois a idéia de Estado, porque o Estado surge como uma necessidade de regular os limites da vontade ancorada na propriedade e transformá-la em vontade geral, em lei para todos.

O Estado nasce da pena dos pensadores considerados, como Hobbes, favoráveis ao Estado Forte, nasce com a possibilidade e a necessidade de se pôr um marco soberano para impedir que os homens, nos seus próprios interesses, ferissem a posssibilidade da existência de uma generalidade da igualdade.

Isto é o que fundamentava a existência do Estado.

Mas é óbvio que esta formulação pode ser analisada sob vários ângulos, e há uma outra corrente de opinião a respeito da noção de propriedade: chegou-se à formulação de alguns elementos menos abstratos do que aqueles a que me referi no início.

Embora não se limitasse a recalcar a importância de um estado de Direito para garantir a liberdade, e como esse estado de direito e essa liberdade estava fortemente alicerçada na idéia de propriedade, tentaram mostrar que é impossível se dar um passo adiante no pensamento filosófico sobre a liberdade.

Nessa altura passa-se muito mais para uma visão — não quero citar autores — muito mais próxima, uma visão nascida de Montesquieu, Marx, e que se formula sobre o que se compreende, o que acontece, o que é bom, para se ter noção da necessidade e se entender o mecanismo das coisas, compreender o que acontece e porque acontece.

Portanto, além da imperiosa necessidade de uma filosofia, em termos mais absolutos, da necessidade do Direito, haveria de se fazer um esforço para entender o processo histórico pelo qual se constituem certas necessidades, como se fundamentam e como funcionam, e, a partir daí, se fazer a crítica da própria noção abstrata de liberdade, quando

amparada pelo estado de Direito. Repito: o Estado de Direito, mesmo no pensamento daqueles que tentaram fundamentar a necessidade da liberdade — no conhecimento da necessidade, não se exclui, apenas se amplia e se reedifica.

A terceira vertente importante desta análise do que sejam os fundamentos da liberdade diz respeito a que é impossível pensar a liberdade sem o elemento coletivo. Este elemento coletivo quer dizer que é impossível pensar a liberdade sem que se considere, também, a participação ativa daqueles que vão ser os sujeitos dessa liberdade.

Eu diria que nestas três vertentes que simplifiquei enormente, que se constitui o fundamento, o cerne mesmo, do pensamento moderno, sobre o que seja liberdade e seus fundamentos, se resume o que a humanidade pode ter de mais elaborado a respeito da liberdade. A liberdade requer um estado de direito por razões expostas aqui. A liberdade requer que se conheça a necessidade para que se possa entender o funcionamento dos mecanismos que são capaz de tolhê-la; que a liberdade requer a existência ativa de uma participação por parte daqueles que vão ser os sujeitos das leis que vão estar sustentando a possibilidade de um estado de direito e dos limites impostos, portanto, tanto ao arbítrio, como à vontade de cada um.

Estes são, digamos assim, os fundamentos mais gerais do pensamento político a respeito da liberdade. Nos escritos de Montesquieu, que foi um dos clássicos desse pensamento, existe uma expressão que nos permite passar desse plano mais filosófico sobre a liberdade, para um plano que é mais subjetivo, mas que não deixa de ter sua importância.

Montesquieu vai dizer, a uma certa altura, que o medo faz o sentido das ditaduras e as sustenta.

Subjetivamente, a liberdade, portanto — nós partimos de Montesquieu, significaria que todos aqueles mecanismos são essenciais para que se pudesse criar uma sociedade na qual o medo estivesse ausente. A liberdade é a ausência do medo; a liberdade é o conhecimento da necessidade.

Eu creio que se nós partirmos desses dois pontos que acabei de me referir agora: que "liberdade é a ausência do medo" — subjetivamente

— e, que "liberdade é o conhecimento da necessidade" — objetivamente — e, para que o medo esteja ausente e para que a necessidade se conheça, se impõe a existência de uma ordem jurídica, nós estamos dentro daquilo que é mais atual em termos do nosso próprio problema brasileiro.

Nós aqui temos medo, nós aqui não sabemos o que ocorre, nós aqui não temos um estado de direito. (Palmas) Ora, se nós aceitarmos isso, se nós aceitarmos, também, que na verdade existe em toda esta formulação uma espécie de contraponto permanente entre a força e a razão; se nós aceitarmos, realisticamente, que o poder requer a força e que o poder, nas sociedades modernas, impõe o monopólio da força, através do Estado, a dialética permanente entre a força e a razão requer um certo esforço, nas nossas sociedades, para que se possa limitar as possibilidades de arbítrio, para que se possa determinar quais são os limites da responsabilidade de quem manda e de quem obedece.

Deixamos, entretanto, agora, essa formulação, essa introdução que fiz, um pouco acadêmica, para tentar fazer uma reflexão de ordem um pouco mais sociológica do que de filosofia, a respeito da liberdade, da filosofia política para vermos em que situação nos encontramos e se nós aceitamos os pressupostos dos quais parti, nessa posição.

Qual é o problema fundamental, deste ângulo, quando nós encaramos uma situação concreta, como a situação brasileira.

Evidentemente que é impossível deixar de reconhecer que a condição formal necessária para a possibilidade de existência de um Estado sem medo, de uma situação em que a comunidade não tenha medo e possa enfrentar seus problemas sociais e conhecer de suas necessidades, o ponto fundamental é o restabelecimento de um estado de direito. Isto é um ponto de partida óbvio e necessário. E traduzido no caso brasileiro. Com o AI-5 não existe possibilidade de liberdade! (Palmas.) Isto é óbvio. Mas, às vezes, o que é óbvio é importante que se repita. É importante que se repita e é importante que se diga, quase "ex-cátedra", como tentei fazer esta noite, que ainda mesmo em termos da pura filosofia política é impossível pensar na possibilidade da existência de liberdade, quando existe um instrumento que limita o estado de direito! Politicamente, por conseqüência,a tradução de um pensamento liberal, que é a filosofia, no caso, os fundamentos liberais da filosofia política impõem a extinção do AI-5, a existência do "habeas-corpus", a existência daquelas condições fundamentais que fazem com

que todos os homens sejam iguais, pelo menos perante a Lei! (Palmas.) E a situação em que nós vivemos é a situação que é um exemplo imediato, evidente, oposta àquelas condições que qualquer filósofo do Século XVIII ou do Século XVII já pregou, que não é possível legislar "ad-omnes", não é possível legislar com o fim de atingir uma só pessoa. E aqui nossos direitos não são iguais!

Eu, pessoalmente, não tenho os mesmos direitos de qualquer um cidadão brasileiro! E a reflexão deve ir sempre num vaivém. Não existe uma liberdade abstrata. A liberdade é aquela em que se incorpora a proteção direta de cada cidadão brasileiro! E nós não podemos pensar, nem em termos puramente de uma posição liberal, que exista um mínimo de condições, atualmente, para que se possa manter os supostos mais gerais da liberdade no País!

Quando nós deixamos os supostos mais gerais da liberdade no País que, repito, têm conseqüências imediatas sobre cada um de nós e passamos a ver os outros supostos da liberdade como conhecimento das necessidades, nós vamos ver imediatamente que na situação em que nós nos encontramos, no Brasil, existe tampouco a possibilidade de que os vários grupos sociais façam qualquer reflexão a respeito de suas próprias necessidades.

Portanto, ainda atendo-me ao Século XVIII, a situação em que nós vivemos é de uma total incompatibilidade com o mínimo, que hoje está na moda chamar, de desenvolvimento político. Uma situação em que não há a menor possibilidade de que as pessoas, os grupos sociais possam, sequer, formular seus problemas sociais!

Não existe condição, porque a tradução imediata disto é: qual é o peso do sindicato na vida brasileira? Qual é o peso das associações profissionais na vida brasileira? Qual é o peso das comunidades na vida brasileira? Qual é o peso dos municípios, se se quiser, na vida brasileira? Qual é o peso de qualquer uma das organizações da sociedade civil na vida brasileira? Todas as funções inerentes a este tipo de organizações foram suprimidas e assumidas por um estado, que se burocratizou de uma maneira acentuada e que definem nem sequer à moda literal da generalidade da Lei, mas segundo os caprichos particulares daqueles que detêm, não pelo direito, mas pela suposição, os elementos de definir o que deve ser bom e o que deve ser mau para os vários grupos da sociedade.

E nós passamos ao terceiro ponto aqui levantado, o ponto que diz respeito à participação da cidadania nas decisões. Então, a situação torna-se ainda mais complicada, porquanto não existe, tampouco, mecanismo algum que estabeleça de forma definitiva quais devam ser as possibilidades da mobilização dos grupos sociais em defesa daqueles mesmos princípios que devem reger a relação entre eles. Ora, se nós dermos um passo mais adiante nessas reflexões e deixarmos de lado o aspecto puramente de consideração entre os requisitos teóricos e a experiência prática que, evidentemente, não correspondem, e formos intervir no que ocorre na sociedade brasileira, vamos ver que a situação de liberdade e desenvolvimento no momento presente é dramática!

Pediríamos licença para fazer umas reflexões um pouco além da conjuntura. A conjuntura é sombria, com alguns pontos de esperança mas, deixando de lado o fato de que aqui estamos num Instituto que pertence a um dos Partidos existentes, deixando de lado a coação e o fato de que existem eleições, de que existem re-interpretações sucessivas de limites da liberdade, como ainda agora esta Lei relativa ao debate político; deixando de lado o fato de que existe arbítrio contra a pessoa, de que existe a violência física em nosso país, o Ato 477, enfim, todos esses temas que nós conhecemos e que estão perturbando o funcionamento da sociedade brasileira; pensando um pouco mais em termos de visão "macro" sobre o nosso país, sobre o Estado, no Brasil: o que aconteceu nos últimos vinte ou trinta anos neste país? Isto também é óbvio, ele se transformou radicalmente!

A taxa de urbanização é muito rápida no Brasil, há processos rápidos de transformação e o peso da economia urbana é crescente na economia nacional, os mecanismos de vida na cidade têm um peso cada vez maior; todos sabem o que está acontecendo no campo, uma grande camada de trabalhadores rurais se evade para a cidade, enfim, nós temos um outro país!

Este outro país não é fruto de 1964, não é fruto de 1968, é fruto de todos nós; é fruto de um trabalho efetuado há muito tempo. Neste país existem certas características que são bem conhecidas por qualquer pessoa que tenha noção de sociologia. É um país no qual os meios de comunicação aceleram-se violentamente; é um país no qual as expectativas dos níveis da educação aumentam dia a dia. É um país no qual a preocupação com a saúde dos filhos cresce, onde existem esperança, movimento. Nós não estamos num país que se caracterize pela estagnação. Nós não estamos num país marcado por uma sociedade que

pudesse ser comparada a uma sociedade de castas ou de extrema miséria, como na África ou na Índia. Existem, no Brasil, áreas de extrema miséria, mas existe, também, nessa sociedade, um movimento que vai noutra direção. É um país que tem vontade, e ela se percebe a cada momento, na vida universitária, nas eleições, por esse mesmo fato que estamos todos nós aqui esta noite tentando discutir um tema que diz respeito a algo mais permanente para a sociedade brasileira e para todos nós, enfim, é um país que tem uma sociedade dinâmica, um povo em permanente estado de tensão porque quer mais e melhor.

Assim sendo, como é possível solucionar os problemas deste país não aceitando aqueles requisitos mínimos e básicos que a própria teoria liberal a respeito da vida pública já havia proposto? Como pensar que é possível continuar resolvendo os problemas deste país lutando, a cada nova conjuntura contra toda a armação institucional que nos rege? É possível pensar que, a cada resultado eleitoral, reflexões um pouco apressadas sejam feitas, justificações um pouco apressadas sejam feitas, para multiplicar os partidos por dois, por três, para acabar com todos eles, para refazer como dizia o Vice-Governador de São Paulo, uma democratura que realmente é uma idéia que produz riso, que outra coisa não pode produzir, ou seja, como é possível pensar em solucionar os problemas que são de fundo, que são de base, em termos de uma retórica? É impossível. E essa impossibilidade se traduz não por uma análise apenas, se traduz concretamente, se traduz pelo fato de que, apesar de tudo e sejam quais foram as medidas que venham a ser tomadas por eventuais governantes de quaisquer partidos, começa a existir uma cidadania que se impõe, que tem vontade e os governantes não tomam consciência desse fato.

Continuamos a pensar aqui que estamos num País que pode ser regido por mecanismo de tipo tradicional ou que nas decisões de pequenos círculos as grandes questões da Nação possam ser solucionadas, sejam elas de que natureza forem, econômicas, políticas, sociais.

Pensa-se, ainda, que isto aqui é um País em que, com meia dúzia de idéias apressadas, versadas numa linguagem semitecnocrática, propondo soluções que são evidentemente inviáveis, solucionam qualquer questão.

Eu creio que esta é a questão de base da Democracia brasileira e a questão da liberdade. A questão da liberdade, a questão da Democracia, no caso brasileiro, não se impõe simplesmente por meia dúzia,

ou talvez alguns milhares de brasileiros, apenas porque têm amor a certas teorias que estejam a propagar. Ela se impõe porque o próprio modo pelo qual a nossa sociedade está-se rearticulando exige um nível de organização política e exige um grau de flexibilidade que não pode mais continuar sendo pensado como se nós estivéssemos antes de 1930, ou que agora, então, em vez de fazermos eleições a "bico de pena", porque não é possível mais fazê-las, vamos controlar a opinião, porque assim negaremos a televisão ou negaremos a possibilidade de que alguns de vocês se expressem. É um ledo engano, é um terrível engano, e digo que é terrível engano não digo com o júbilo de quem pudesse estar torcendo para que o partido, que me parece no momento ser o do Governo, tivesse uma derrota. Não é um ledo engano porque levará a essa derrota, é um ledo engano porque isso nos demonstra que nos faltam estadistas, fato que acho lamentável. Nós estamos numa encruzilhada da nossa vida em que seria muito útil para o Brasil que houvesse estadistas do outro lado. Poderíamos evitar situações extremamente graves que podem ocorrer neste País, por falta de uma visão de mais largo prazo e por um oportunismo de "meia tigela", que tenta resolver problemas que são fundamentais como se fossem problemas absolutamente secundários, com espertezas, com declarações de tipo coronelístico. Não quero me referir a nenhum Líder do Governo, mas é óbvio que, com esse tipo de solução de antes de 1930, é impossível sequer enfrentar os próprios filhos da própria Casa.

Então o problema nosso não é mais um problema simplesmente de pensarmos em termos de uma facção, não se trata do MDB, não se trata simplesmente da opinião pessoal de cada um de nós, não se trata de um intelectual que não está ligado a nenhum partido e que, por amor a uma filosofia abstrata, propõe uma desorganização. Não se trata disso, o Brasil, não precisa, não depende de grandes planos salvadores, não há grandes planos salvadores. A verdade é evidente, está na esquina, só não entendemos isso se não se traduzir esta verdade em atos efetivos por parte daqueles que podem tocá-la. Esta verdade evidente um dia explode e pode explodir de uma maneira não construtiva para todos nós. Não construtiva para todos nós porque, como eu disse, a política é uma relação entre direito e força e quando se colocam situações polares entre o direito e a força, a História sempre mostrou que a força ganha.

Todo o esforço daqueles que querem construir uma Nação, uma sociedade, sabendo que a política é uma relação entre direito e força, é tentar controlar essa força por alguma expressão de direito. Ora, se

não tivermos a grandeza de entender essa encruzilhada em que estamos, e se não formos capazes de pensar, não em 1976 ou 1978, e os que mais longe pensam, pensam em 1978. Mas em 1980, em 1990, em 2000, se pensarmos, realmente, em termos de um comprometimento sério, vamos ver que a necessidade desta liberdade é uma necessidade que tem que estar absolutamente jungida, absolutamente colada à necessidade do conhecimento das condições sociais, da necessidade de um povo que é um povo carente e que já sabe que é carente.

Se existe algum escândalo na vida brasileira, talvez do porte que possa prejudicar seriamente algum desenvolvimento futuro, é o fato, também, de que da mesma maneira que as soluções estão — eu diria — ao alcance da mão em qualquer esquina, em qualquer conversa de botequim, as soluções técnicas, para que não exista carência, também são disponíveis. O que se reveste de escândalo na sociedade não é o fato apenas de que nós estamos privando de liberdade a alguns, embora isso seja suficientemente forte para que protestemos. É o fato, também, de que, além de privar de liberdade a alguns, nós estamos privando dos elementos fundamentais, da necessidade fundamental da sobrevivência, a muitos. Este problema, o problema que nós vivemos numa sociedade que tem a potencialidade de solucionar uma economia, que tem a potencialidade de solucionar muitos dos problemas fundamentais e, não obstante, estarmos bloqueados até no encaminhamento desses problemas, porque não temos a liberdade, algum dia nos será cobrado de uma forma bastante mais dramática do que aquela em que estamos vivendo hoje. Quando me refiro a isso, me refiro, também, a coisas simples. Assim como na formulação clássica da teoria política a respeito da liberdade existiam alguns pré-requisitos que mencionei, entre os quais o da igualdade, hoje, esta igualdade se impõe como uma condição fundamental para qualquer passo adiante. Nós não podemos mais, num País como o nosso, continuar obscurecendo o fato de que, por trás desta falta de liberdade para alguns, existe a opressão social e econômica para muitos e que esta opressão social e econômica está baseada na existência de um sistema que mantém desigualdades que são gritantes. Qualquer pessoa que tenha o mínimo de conhecimento — e eu creio que, hoje, a maioria dos brasileiros já tem — a respeito dos modos pelos quais se dá o processo de crescimento entre nós, sabe perfeitamente que existe mecanismos que reforçam a desigualdade. Qualquer análise comparativa entre o Brasil e os Estados Unidos mostraria — eu me refiro aos Estados Unidos, um país rico — que a disparidade salarial numa empresa brasileira é extremamente maior que a disparidade salarial numa empresa americana. Em qualquer estudo que

seja feito no Brasil — e há estudos feitos — se vê que a relação entre o salário do que menos ganha e o salário do que mais ganha, numa empresa, é de 1 para 100. Isto é inaceitável! Isto é inaceitável e com este tipo de mecanismo não há possibilidade, realmente, de que se possa encaminhar qualquer solução para a Democracia brasileira, porque Democracia — como eu disse aqui —, as garantias de liberdade impõem não só a condição de generalidade, mas a solução de igualdade. Qual a solução que se tem pensado para este problema? Que tipo de proposição, que tipo de encaminhamento de algum conjunto de políticas capazes de alterar, em benefício de 50% mais pobres do País tem sido tentada pelo Brasil?

Eu não quero negar esforços existentes. Vou dar um exemplo: no Brasil criou-se o FUNRURAL, que é o fundo de previdência dos trabalhadores do campo. Este foi um passo importante! Entretanto, quem paga o FUNRURAL? O FUNRURAL é o exemplo, talvez, dos raríssimos mecanismos de Previdência Social no Brasil que tem ainda um certo caráter redistribuitivo, ou seja, que não é regressivo em termo de renda. Quando se faz um estudo — e houve quem o fizesse — vê-se que o FUNRURAL é pago pelos trabalhadores da cidade, ou seja, a distribuição de renda é feita pelo trabalhador da cidade e pelo trabalhador do campo. Estes são os mecanismos que estão por trás do tipo de sociedade no qual vivemos. Não estou propondo aqui nada que seja substancialmente diferente do que algumas sociedades capitalistas democráticas européias ou americanas, mesmo, já conseguiram. Nem sequer isso nós podemos colocar! Por quê? Evidentemente que há muitos Deputados, muitos Senadores, muitos intelectuais, muita gente que se preocupa com essas questões. Muitas soluções foram propostas. Umas melhores, outras piores. Não está aí a questão, mas sim em como nos falta um terceiro elemento constitutivo de um Estado de liberdade, ou seja, a participação, sem a qual essas medidas não podem caminhar.

Não existem exemplos históricos de sociedades que se transformem sem que aqueles são beneficiários potenciais das medidas transformadoras tomem um papel ativo na transformação da sociedade. Enquanto não houver uma possibilidade de uma ativação da sociedade, as boas intenções morrerão em decretos-leis. Não haverá possibilidade efetiva de se transformar, em benefício dos que mais necessitam, qualquer aspecto relevante da vida brasileira. Qualquer problema que se encare, como, por exemplo, da angústia, esbarra não com a falta de conhecimento tecnológico ou tecnocrático; não com a falta de boa von-

tade, mas com o fato de que nós temos que discutir o próprio estilo de desenvolvimento no qual estamos ancorados, ou seja, é impossível tentar solução de certos problemas urbanos sem que se enfrente o problema que qualquer pessoa na esquina sabe qual é: O preço e a valorização da terra!

O Estado atua, o Estado melhora as condições de certas áreas da cidade; os benefícios dessa atuação são controlados exclusivamente por aqueles que detêm a propriedade da terra sem pagar impostos. Isso não é nenhuma proposição de cunho extremadamente transformador, mas conservadora, que, creio, encontrou eco no Prefeito de São Paulo. Uma proposição que, mesmo em países em regime de dificuldades políticas, como na Colômbia, foram tentadas. Não me estou referindo à chamada Reforma Urbana, que é algo mais complicado. Estou-me referindo a algo muito simples: a existência de mecanismos impositivos que transfiram das mãos de particulares, pelo menos, parte da valorização da terra provocada pela inversão pública.

Diante desses problemas, o que se vê? Vê-se precisamente o oposto! Vê-se que muita gente se deixa levar por argumentos a respeito de que ainda é preciso coibir a presença do Estado, passando parte deste para mãos particulares, como se isso fosse algum passo adiante em alguma coisa, e como se isso fosse um mecanismo para garantir alguma coisa. Não é verdade! Esquecem-se aqueles de juntar que, primeiro, a liberdade da propriedade do século XVII — se referia a outros proprietários, que não são os de hoje. Não se trata de proprietários que controlam um grande mercado, mas do pequeno proprietário, de alguma forma.

Em segundo lugar, esquecem-se de que essa mesma proposição do século XVII foi criticada no século XVIII e XIX pela sua iniqüidade, e voltam a propô-la como se fosse um passo adiante, como pré-condição para a liberdade o açambarcamento em mãos privadas de parte do setor público. Com que argumento? Com que base moral? Por que não propor então que aqueles que trabalham nas empresas do Estado e que demonstram sua capacidade gerencial — posto que as empresas do Estado cresceram tanto — se transformem eles próprios em proprietários das empresas?

Qual é a razão pela qual se trata de diminuir a força do Estado, pois é um mecanismo de diminuição, se criariam outras formas de sociedades? Evidentemente, não estou propondo isso aqui, mas estou

somente levantando a questão em termos filosóficos, se assim o quiserem, para mostrar que, se o problema é diminuir o monopólio por parte do Estado — ponto com o qual concordaria — é preciso ver o entender que este monopólio não se substituiria, simplesmente passamos a outro monopólio, o do privado.

O problema de controlar o monopólio do Estado, que é um problema sério, diz respeito, outra vez, ao problema do controle político.

Quem controla este Estado? Não diz respeito pura e simplesmente a passar de umas mãos para outras, ambas oligopolíticas? Não há nenhum fundamento possível em termos de filosofia política que garanta isto como argumento. E menos ainda quando se quer apresentar este argumento como se ele servisse de base para o fundamento de uma democracia. Democracia não se fundamenta nisso, mas se fundamenta na ativação da sociedade e na participação da base da sociedade no controle das decisões políticas.

A questão fundamental, como conseqüência, está ao assumirmos a contemporanidade do Brasil, ao nos darmos conta de que existe um País aqui que se move que tem vontade, e quando eu digo um País eu me refiro a um povo que tem vontade e tem informações, trata-se de fazer criar os mecanismos que permitam que esse povo, com a informação de que disponha, possa formar seus pontos de vista. Não há possibilidade alguma de se pensar em liberdade e em democracia, se não enfrentarmos o problema fundamental, que é o problema da opinião, isto é, da formação das correntes de opinião.

Um partido, dois partidos, três, quatro, não importa. Importa é saber — mesmo se fosse um — se há tendências e se essas tendências, em vez de serem a expressão apenas da vontade burocrática manipulada pela cúpula dos partidos, possam refletir a base de uma sociedade, possam refletir o que há de vida, de insatisfação, de criação de novos desejos na sociedade. Quanto mais partidos, melhor, se forem partidos capazes de expressar as raízes da sociedade.

Tem cabimento, entretanto, propor as mudanças de regras de jogo, ameaçar com a formação de três ou quatro partidos, só porque em 74 se pode perder uma eleição ? Obviamente que não! Uma coisa é a discussão séria, para valer, da concepção do que seja sociedade brasileira, da concepção do que seja política, da concepção da neces-

sidade de os grupos sociais terem um controle de decisões; outra coisa são as manobras das democraturas, das tiradas de bolso sobre a criação de mais partidos do alto do poder.

Esse tipo de solução já não serve mais. Isso é uma coisa tão simples e tão elementar que é incrível que ainda se tenha que repetir. Esse tipo de solução não resolve nada se não abrir talvez um espaço para uma nova conjuntura e uma nova crise mais adiante.

Creio que é de todo evidente que existem alguns problemas de base que são mais importantes do que pequenos problemas de esperteza político-eleitoral. Entre os problemas de base, quero mencionar um que me parece, no caso brasileiro, ter uma importância acentuada e diz respeito ao seguinte:

Em toda a concepção do que foi a evolução da história do pensamento político e da história de formações políticas do mundo moderno, a partir do desenvolvimento das economias de mercado e capitalistas, a noção de lei e da generalidade da lei, da igualdade como suposto é indispensável para calculabilidade econômica. Foi assim que ela nasceu na medida em que havia uma economia de mercado. Este processo sofreu transformações acentuadas no mundo moderno, que, como todos sabem é um mundo que está baseado na existência das grandes unidades de produção econômica, que são oligopólicas. Isto se acentua ainda mais em países como o nosso que passaram praticamente de um estágio de desenvolvimento econômico relativamente débil a um estágio mais avançado, já sob o impulso das grandes unidades de produção econômica.

Não é assim nos Estados Unidos. O peso da **General Motors,** da **Esso,** de qualquer uma das grandes empresas americanas, não desaparece mas sofre uma espécie de efeito de retardamento pelo colchão que existe nos Estados Unidos, composto de milhões de empresas muito ativas em vários setores. Aqui não é assim! Aqui nós estamos mais diretamente sujeitos às influências das grandes unidades de produção, quer privadas quer públicas.

A resposta, como todo mundo sabe, para um processo crescente de estrangeirização da economia, foi o crescimento de um setor público da economia brasileira e um fortalecimento crescente do Estado. Se há uma característica real na vida brasileira, esta é a de que o Estado cresceu, cresceu mais e mais.

O que é o Estado, entretanto? O Estado sempre foi, desde que ele se constituiu, uma relação de denominação. Mas uma relação de denominação que, pelo menos numa certa época, pelo seu próprio fundamento econômico e burguês, exigiu um mercado, e exigiu até certo ponto, uma referência à Nação. Quando se lê algo a respeito do Estado, em geral se lêem os capítulos sobre o Estado Nacional, o Estado-Nação.

Eu me pergunto se nas condições de vida contemporânea, e, especificamente, na condição brasileira, nós estamos diante de um Estado-Nação ou se nós estamos diante de um processo no qual o Estado se distancia da Nação? Este é o problema de base.

Nós temos um Estado cada vez mais ativo, cada vez mais forte. Será que temos uma Nação cada vez mais forte? Não se pode pensar em Nação sem pensar em povo. A grande Nação supõe a idéia de povo. Será que no caso brasileiro nós estamos diante de uma situação em que, neste Estado que cresce, que se expande, que se reacionaliza, que constrói, projeta, tem ideologia, controla e por aí vai, existe dentro dele, alguma idéia a respeito de povo?

O problema de democracia se coloca, e a sua relação com o desenvolvimento é exatamente neste momento e neste ponto. Nós estamos construindo uma realidade política baseada no Estado. Este Estado está baseado na empresa, a privada e estatal, da qual retira os impostos, e através da qual valoriza os capitais que aí estão. Entretanto, não estaremos num momento em que há o risco de uma espécie de descolamento entre o Estado e a Nação? Este Estado tão forte não é capaz de permitir que qualquer problema da Nação, isto é, do Povo, possa ser discutido, mesmo o mais elementar? O problema da organização sindical, o problema do estudante, o problema da mulher? Outro dia foi confiscado o jornal "Movimento". Por quê? Porque discutia o problema da mulher no Brasil! É possível um Estado com uma armação tão forte aparentemente, que não tem a capacidade de absorver qualquer problema da Nação? E será que não são problemas desta natureza que deveriam levar os nossos homens de Estado a pensar na liberdade e na democracia como pré-condição para possibilidades existentes do Estado-Nacional? Como condição necessária para que este descolamento não ocorra, para que se possa obturar este hiato cada vez maior entre aqueles que estão no leme do Estado, pensando que estão no leme da Nação, e a Nação que está aí de costas para o Estado? Não é preciso ter muita sofisticação para perceber no Brasil, que isto

ocorreu? Para perceber que existe um país real e um país que não é legal, mas que é ideal do ponto de vista daqueles que estão montados nele?

Esta é uma situação bastante grave, ao meu ver, e que deveria merecer uma consideração mais atenta de todos que dela se ocupam de um ângulo que não seja puramente da conjuntura, que não seja puramente de vencer o dia de amanhã, mas em termos do que se chama os objetivos mais permanentes do Brasil. Deviam estar mais atentos a este processo que está ocorrendo a cada dia diante de todos nós.

Eu acredito que proposições, que análises, deste tipo, repito, só me parecem de uma obviedade absoluta e deveriam estar muito mais na motivação daqueles que pensam na política do Brasil a mais largo prazo do que qualquer outro tipo de consideração.

O que se vê é a persistência de um velho ideal elitista. Não quero fazer exposições eruditas, mas todo mundo sabe que existe um amplo pensamento brasileiro a respeito da nossa idiossinerasia elitista. Existe um pensamento brasileiro que tem uma raíz corporativista tradicional. Este pensamento penetrou profundamente nas nossas elites e as nossas elites não crêem no povo. O problema de democracia é que aqui existe uma elite articulada para defender os seus próprios interesses, capaz de influenciar o Estado mas desconexa com respeito ao povo e desconfiada dele.

Este é o problema da democracia. O problema real da democracia é que a democracia, nas condições de hoje, supõe todos aqueles argumentos que adiantei no início da exposição e supõe a ativação deste povo para controlar os mecanismos estatais, para controlar os mecanismos de decisão, para controlar as eleites. As elites não crêem que este povo seja capaz disso. E não se surpreendem quando perdem. Sempre atribuem a sua derrota a maquiavelismos, a conjunturas, a crises de petróleo, a crises disso ou daquilo, ou supõe sempre que existe uma insidiosa ideologia estranha ao nosso povo, que penetrou nele. (Palmas.) Não percebem que isso que eles pensam que seja uma insidiosa ideologia estranha é a própria vida cotidiana que está se revelando e rebelando a cada momento. Este é o problema fundamental desse descompasso que existe entre uma elite que é cada vez mais pedante e tecnocrática que pensa que pode conter o processo histórico, em termos da proposição de temas para o dia de "são nunca" diante de uma situação real, em que existe um povo que toma consciência crescente pelo rádio, pela televisão, pela imprensa. Este é um outro equívoco fundamental

daqueles que pensam, nas sociedades modernas, que o povo é incapaz de selecionar, na mensagem que recebe, aquilo que é mistificação daquilo que é seu interesse. Esquecem-se de que esse povo cria os seus canais de informação esquecem-se de que esse povo tem capacidade de julgamento. E de que se ele não tem, às vezes, é porque tem medo, e medo com razão, quanto à possibilidade de afirmar o que ele crê e o que ele pensa. Mas toda vez que esse povo tem alguma possibilidade de afirmar aquilo que ele crê, que são os seus interesses, e que ele tem confiança em que, ao afirmar, não vai ocorrer um processo coercitivo insuportável, ele afirma. Essa é a realidade brasileira. Não é a realidade de um povo que não sabe o que quer, de um povo apático que foi inventado pelos teóricos da "direita"

Houve todo um pensamento, toda uma elaboração do pensamento político brasileiro de "direita", que inventou a existência de um povo apático, ignorante, mal informado.

É verdade que existe o analfabetismo, é verdade que, em condições extremas de miséria, o povo é facilmente vítima do contrôle político. Mas não podemos esquecer que esse controle se dá, também, porque existe um outro mecanismo muito efetivo, que é o mecanismo da coerção direta. E todas às vezes que é possível, pela lei, pelo Direito, controlar essa coerção direta, brota um pensamento que é popular e um pensamento que não necessária e totalmente está despistado daquilo que são os interesses do povo. Não obstante e, às vezes, não só a "direita", pensa-se que o povo é incapaz de saber quais são os seus próprios interesses, que o povo não tem consciência. Consciência não é alguma coisa que brote do céu, que cai e que ilumine a cabeça de alguém, não é isso. É o exercício cotidiano dos interesses de cada qual e a tentativa de entender a necessidade à qual está sujeito. Isso é que é consciência. Isso não se faz pela palavra de iluminados, isso só se faz pela experiência concreta, humilde, diária de cada um.

Há um engano tremendo que caracteriza as nossas elites, não só as nossas: a de pensar que é possível, através da criação dessa espécie de cultura de ilusão, que se manifesta pela propaganda, pela televisão, enfim, que é possível, ao fazer a propaganda de um estilo de vida que é dos milionários, dar a ilusão ao povo de que ele participa desse estilo. Não dá! Dá, talvez, a expectativa de que, pelo menos, se tem educação, escola para os filhos, mas há também a consciência da desigualdade; a consciência de que existe uma diferenciação muito grande entre aqueles

que aparecem todos os dias matraqueando as vantagens de um terceiro automóvel entre a fila sofrida dos que lutam por tomar um lugar num ônibus do subúrbio e, às vezes, caminhando a pé para contrabalançar o preço alto do ônibus.

Essa é a situação real do País. Esta situação não se resolve — repito — através de planos mirabolantes, nem políticos nem econômicos.

Ela só pode se resolver na medida em que formos capazes de mobilizar aquelas forças que já estão presentes no País. Este não é um País morto; não é um País de apáticos; não é um País de alienados. É uma ilusão alguém pensar assim. Este é um País, sim, de oprimidos! (Palmas.)

Se, em algum momento, os partidos políticos, os líderes, as forças mais avançadas tecnologicamente do País tiverem consciência — e muitos a têm, da situação atual que vivemos —, a solução não está em pensar na fórmula mágica do dia de amanhã.

Não existe plano institucional que nos salve de um momento para outro. Isto é uma ilusão; é uma impostura. Não existe possibilidade alguma de pensar em modelo qualquer. Os modelos são todos conhecidos. O importante é que os problemas também são conhecidos; e são conhecidos os de cada pessoa que os vive. O importante não é a formulação de metas; o importante é o caminho; o importante é o processo; o importante é a capacidade que tenhamos de mobilizar as pessoas para que digam o que querem e para que possam cada vez mais e digam cada vez mais.

Acredito que é este o sentido de Simpósios como este — e eu deliberadamente não quis fazer referências situações conjunturais porque sei que existem nesta Mesa pessoas muito mais capacitadas do que eu para discutir os problemas conjunturais. Acho, entretanto, que devemos fazer um esforço, na medida de cada um, para tentar equacionar os problemas que estão perneando o conjunto das nossas sociedades. E é preciso cortar os nós górdios. Não há Democracia sem movimento real de participação popular. (Palmas.) Não há estado de direito que possa subsistir quando as desigualdades sociais são de um para cem. Essas formulações são simples mas básicas.

Num País como os Estados Unidos, como a Inglaterra, como a

França, existem desigualdades — e por toda a parte do Mundo. Entretanto, existem as forças de contrapeso; existe a possibilidade política articulada e baseada na existência de um direito positivo e na existência de mecanismos de coação que inibem a ampliação das desigualdades de tal maneira que, pelo menos, as forças que não estão nas condições de privilégios tenham condições de discutir com aquelas. Este é o problema da Democracia.

Democracia não é simplesmente votarmos no dia das eleições. A Democracia é problema de se constituir em sociedade, e grupos capazes de exercer as funções de contrapeso. E' aqueles que têm privilégios tenham que levar em consideração a existência da força organizada, daqueles que não os têm.

Não existe possibilidade de darmos um passo real na Democracia se não fizermos com que a imensa maioria da população dos assalariados participe organizadamente da vida política e possa discutir, não em **ad stato,** como eu comecei aqui, as razões de Montesquieu ou de Hobbes mas o que é uma coisa muito simples, o pão nosso de cada dia.

Que possa discutir o salário no fim do mês; que possa ter a capacidade de barganha e que não seja obrigado a tragar a pílula tecnocrática que, através de uma equação, se resolve, de uma maneira adequada, a participação de cada um no bolo por melhores salários.

Este é o problema da Democracia traduzido na vida cotidiana; este é o problema de uma Democracia que, sem excluir, e incluindo majestosamente as necessidades de Estado de Direito, não estanque nele. Entendo que para que esse estado de Direito se efetive em proveito do País, requer também a organização das forças sociais deste País, para que as situações de privilégio sejam contidas e, quanto possível, controladas.

Era o que desejava dizer.

(Palmas calorosas)

DEBATE

Perguntam alunos da 4.ª fase do curso de Ciências Sociais da UFSC: "O projeto sobre a regulamentação do sociólogo, no Brasil, foi aprovado em 1.ª discussão. O que o senhor acha? O sociólogo terá chance de contribuir neste processo de mudança, no Brasil?"

O SR. PROFESSOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Vou responder rapidamente.

Acho que a aprovação foi um passo importante. Em outra época se poderia pensar que melhor fosse não regulamentar profissões. Mas se se mantivesse este ponto de vista, seria somente em detrimento dos sociólogos, porque as outras profissões da área social estão regulamentadas. Em segundo lugar, se não se regulamentou, antes, a profissão de sociólogo, foi porque se tem a desconfiança de que os sociólogos são críticos. Não é desconfiança, é verdade!

Não pode haver um sociólogo digno deste nome que não seja crítico. Crítico não quer dizer faccioso, não quer dizer que seja um mistificador. Eu gosto disso; é o homem que tenta mostrar os mecanismos reais de uma sociedade. Tem que ser crítico. Naturalmente uma sociedade do tipo da nossa tenta evitar a existência de sociólogos. Neste momento parece que a Câmara dos Deputados aprovou o projeto, em 1.ª discussão, que foi um passo adiante, e tomara que seja aprovado de forma definitiva.

Quanto ao papel do sociólogo em fazer essa mudança, este papel, qualquer grupo social ou intelectual, a meu ver, deve ter consciência de que a sua capacidade efetiva de ajudar essa mudança é limitada.

A mudança — conforme ficou mais ou menos implícito no que disse aqui esta noite — depende das forças sociais reais, depende da capacidade que elas têm de propor seus objetivos, de se mobilizar e de se organizar. Neste limite, entretanto, a função crítica do sociólogo me parece que ajudaria bastante a que todos nós entendêssemos, de qual-

quer dos lados, os aspectos políticos brasileiro e quais são os problemas que estão em jogo...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa está na expectativa de outras formulações que estão sendo recolhidas. (Pausa.)

O SR. PROFESSOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Eu creio que, provavelmente, alguns aqui sabem que escrevi, com colaboradores, livros sobre as eleições de 1974. Livros técnicos, livros de análise eleitoral, mas não foi por razões técnicas que escrevi, foi porque eu achei que o ano de 1974 marcou, eu acho, uma fase muito importante da vida política recente, no Brasil.

Não que o MDB, no passado, não tivesse levantado bandeiras de luta. Eu creio que o Senador Franco Montoro me corrigiu uma vez, para me mostrar que o MDB, desde o início, foi uma reação no momento em que havia uma maioria enorme dando a impressão de que constituiria uma base para um só partido e o MDB, desde o seu início, portanto, tentou formular uma alternativa nas condições possíveis, na época.

Entretanto, depois de 1974, houve um fato, me parece que novo. Este fato novo é que essa alternativa que era deslumbrada por alguns, se transformou em força social e política. Teve o apoio, ou seja, o MDB teve a capacidade de levantar certas palavras de ordem, que sensibilizaram uma parte importante do eleitorado, a sua maioria.

Esse fato é significativo; portanto, eu acho isso muito importante.

Uma conseqüência imediata, a meu ver — me corrigirão aqueles que têm a prática política constante —, foi que a possibilidade de se resolver o problema institucional brasileiro pela via da institucionalização de uma espécie de PRI mexicano, desapareceu.

A partir de 1974, a chamada "distensão", teve que virar democratização, ou nada. Não foi mais possível manter a ilusão de uma abertura de tipo paulatino, por intermédio da qual havia somente um partido capaz, realmente, de ganhar. Essa ilusão tecnocrática, da qual não esteve isento um colega meu, dos Estados Unidos, Professor Samuel Huntintong, da Universidade de Haward, que foi politicólogo, consultado, várias vezes, aqui. Esqueceram-se todos de uma questão: a oposição ganhar! Não estava nas previsões. Não houve previsão de que

a oposição ganhasse. O sistema estava montado com a idéia de que haveria, permanentemente, uma situação em que só um partido ganharia e a oposição seria o partido, sim senhor!

Isto foi, a partir de 1964. Desapareceu essa alternativa.

No momento em que o MDB passou a correr o risco de ganhar, inviabilizou a possibilidade de institucionalização de uma espécie de PRI.

Por quê isso? Se as pessoas que detêm o leme do País, na sua parte política, pensassem, como disse aqui, um pouco mais com sentido de Estado, com um pouco mais, talvez, até mesmo de erudição, imaginassem, vissem como se formou um partido como o PRI, no México, veriam que seria impossível à ARENA ser outro PRI.

É muito simples. O PRI, hoje, é um partido governamental. Chama-se: Partido Revolucionário Institucionalizado. Contradição nos termos. Isso de contradição nos termos, no Brasil estamos cheios. Não teria importância. Mas por trás dessa contradição nos termos, Revolução Institucionalizada, há uma outra questão que não é uma contradição nos termos. É que ele nasceu de uma revolução. Quer dizer, o PRI, é verdade que se transformou no grande partido de governo, mas nasceu de uma revolução com aspiração social e incorporou massas da população. O PRI tem um setor sindical, tem um setor camponês, tem um setor industrial, quer dizer, o PRI realmente agrupa parte da sociedade mexicana.

Não é o caso brasileiro. O partido que seria o candidato a PRI é PRÉ. Nunca chegou a ser partido. Nunca chegou a lançar raízes na sociedade. Nunca, muito menos ainda, foi capaz de sensibilizar-se para as aspirações dos grupos à base da sociedade brasileira.

Como seria possível imaginar uma evolução política, no Brasil, semelhante à do México? Só mesmo a falta de imaginação política.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Alceu Collares) — O modelo político brasileiro é o mesmo da maioria das Nações Sul-Americanas, imposto de fora?

Nós todos sabemos que existe, hoje, no mundo contemporâneo, processos. E os processos políticos se universalizam! Nós não estamos

mais numa época em que possamos dispensar cada País, independentemente um dos outros. Entretanto, não creio que se possa fazer uma derivação direta e dizer que o regime que existe aqui é o mesmo dos outros países ou que tenha sido imposto dos de fora. Há uma espécie de dialética entre os de fora e os de dentro. Há muito de contribuição local! Há muita perversão nossa, que acentuou linhas, caricaturou certos traços, foi se perpetuando! Nã creio que tenha sido uma pressão externa que tivesse criado o modelo chamado "brasileiro"! Se este modelo é o mesmo dos outros países, não necessariamente, vamos ser claros, — e é muito difícil para alguém como eu, que é formado, treinado em academia e na universidade, não dizer as coisas como acho que são! O nosso regime é militar demais!! (Palmas.) Este regime de base militar existe em vários países da América Latina! E nesses regimes de base militar é claro que existem pontos semelhantes! Entretanto, há um regime militar no Peru, há um regime militar na Argentina, no Uruguai e no Brasil! E vários outros mais! Quase que só há regimes militares!

O regime militar do Peru, embora formalmente tenha, na medida em que é regime militar, pontos de semelhança com os outros regimes militares da América Latina, tem, entretanto, política social bastante diferente do regime militar do Chile. Põe em prática o poder econômico diferente. Basta dizer que eles são militares para caracterizá-los? Claramente que não. É preciso saber a que parte da Sociedade este regime se dedica. Qual é o movimento dele? Que forças estão por trás dele?

Então, nos atendo ao nível puramente institucional da forma do regime, o Brasil é um regime de base militar, com dois partidos. E aqui, então, vou repetir algo que disse, há algum tempo, no Rio de Janeiro, numa conferência, sobre a peculiaridade do nosso regime. Eu disse de brincadeira, mas traduz alguma verdade. Nós damos nossa contribuição ao totalitarismo no Mundo! (Risos)

Pois bem! É que os regimes autoritários são regimes que tendem ao unipartidarismo. E no Brasil esta tendência também existe! Só que é da Oposição! (Risos). Nós estamos criando o regime autoritário, cujo maior partido é o da Oposição! E isto que eu digo de brincadeira, é um problema real. É um problema real e que também mostra os limites deste autoritarismo, em vários sentidos. É um problema efetivo, grave. É um regime incompletamente autoritário! Não estou alegando a violência dele, não estou alegando às arbitrariedades dele, não estou alegando

o abuso contra os direitos humanos que existiu nele etc.. Refiro-me às suas características políticas.

Ora, não é a mesma coisa o que ocorre no Chile, onde os partidos todos foram postos para fora e onde, naturalmente, impera uma política econômica ditada numa certa direção que lá pretende-se semelhante à política brasileira. E na verdade não o é! No regime chileno todo o setor estatal está sendo destruído. No Brasil, creio, existe um aumento do setor estatal da economia. Quer dizer, é preciso ter um pouquinho mais de flexibilidade para o que ocorre na América Latina, nestas comparações entre os regimes, mesmo quando se alude à base deles como tal ou qual, militar ou democrático. Isto não basta. É preciso fazer a análise de cada situação concreta e ver quais são os poucos que se colocam em cada um desses regimes!

O SR. PRESIDENTE — Levando-se em econta que a dívida externa se estende a uma taxa de 19%, que haja equilíbrio entre exportação e importação, com tal taxa de 19% não será quase possível alcançá-la ou que só isto dê para o equilíbrio do balanço do pagamento?

O SR. PROFESSOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — A pergunta é de ordem econômica e nós não somos economistas; em todo o caso, podemos fazer algumas elaborações sobre o assunto. Evidentemente, se é possível, sob algum ângulo firme, criticar o que ocorreu na política brasileira, parece-nos que a questão, em se tratando de dívida externa, principalmente no passado, merece reparos óbvios. A questão mais óbvia não é que alguns problemas não foram encarados há três ou quatro anos, quando eram evidentes. De alguma maneira, o Governo Geisel herdou o peso da irresponsabilidade, a época do milagre em que se anunciava aos quatro ventos que tudo estava resolvido no Brasil quando era óbvio que os problemas estavam aí postos. Continuou-se a fazer uma espécie de "alegria" com a dívida externa, não se deram os passos necessários quando já se sabia, depois de 1973, que existia a contração do mercado mundial, não se deram os passos necessários para aprofundar o processo de produção do Brasil. Depois da crise mundial, a herança do Governo Geisel é muito pesada.

Pensa-se hoje que no passado havia mais capacidade de imaginação. Nós não concordamos com isso. No passado havia mais facilidade real, que não foi aproveitada no momento oportuno. No momento não existe essa margem de manobra para que as políticas sejam redirecionadas.

Nos Estados Unidos, como todos sabem, existem certos órgãos universitários, para-universitários, oficiais, oficiosos, que se dedicam a fazer uma espécie de diagnóstico permanente das várias economias nacionais do mundo. Eles são credores dessas economias, são supridores de equipamento industrial, etc. etc. A preocupação, lá, quanto à dívida brasileira não é muito grande.

A pergunta que colocam é a seguinte: pode o Brasil pagar, no futuro? Como se responderá? Tem capacidade de exportação? Para o credor, o cliente é indispensável. A função do banqueiro é dar créditos; então se os conseguimos estamos desempenhando a nossa parte. A dúvida do banqueiro é saber se a médio prazo o cliente vai pela moratória, pelo "buraco" ou não. Então a pergunta dele é sempre a mesma: vai ter saúde econômica este país, no futuro, para pagar? Se vai, damos mais dinheiro; se não, damos também um pouquinho, porque já estamos a ele amarrados. Há uma espécie de dialética de senhor e escravo, em que o senhor acaba escravo do escravo! Aqui também, banqueiro acaba na dependência do cliente. Isso é o miolo da economia internacional, dita em forma muito simples.

A resposta que obtive nessas universidades dos Estados Unidos é que a capacidade exportadora do Brasil é boa. Eles pensam em soja, em minério de ferro, enfim, não se colocando a questão, que é a da transformação da economia brasileira, transformá-la numa economia mais auto-suficiente, mais capaz, apesar de alguns ortodoxos dizerem que nenhuma economia é auto-suficiente. Mas é como aquela história: alguns são mais iguais que outros; algumas são mais auto-suficientes!

Em que sentido digo isso? É muito simples. Qual é o miolo fundamental da existência de uma situação de independência economicamente? Como é que a gente pode dizer que uma economia é dependente?

Economia é dependente quando ela não é capaz de gerar dentro dela própria os mecanismos de financiamento de acumulação de capitais e de invenção tecnológica. Isso é que é uma economia dependente basicamente. Não ter isso significa não ter um setor de bens de capital.

O ponto de vista de alguém que pensa em Brasil em termos de seu real desenvolvimento, tem que pensar o Brasil não só exportando matéria-prima, minério de ferro e soja, porque isso não nos leva a essa independência, mas, em essencial, o Brasil produzindo equipamentos,

aumentando sua capacidade de poupança interna, o seu reinvestimento interno, criando os seus mecanismos financeiros próprios. É claro que vai continuar ligado ao mercado internacional, todas as economias são ligadas ao mercado internacional, até socialistas aos capitalistas, todas são ligadas, mas o modo de ligar é que é a questão. O modo de ligar é que é decisivo. Neste ano, no caso da dívida externa, a gravidade dela não é tanto o fato de que nós não possamos pagar. Eu quase diria que infelizmente vamos pagar, mas problema é como vamos pagar. Vamos pagar mantendo a nossa estrutura de exportação tradicional como produtor de matéria-prima, ou vamos pagar transformando a nossa economia e produzindo bens industriais, aumentando os salários dos nossos trabalhadores (porque o nosso salário é diferencial), vamos pagar nos desenvolvendo realmente, ou vamos pagar nos desenvolvendo da maneira com que se desenvolvem os países que são dependentes? Está é que é a verdadeira questão:

O SR. PRESIDENTE — Algumas perguntas têm fundamentalmente uma ligação muito grande e nós vamos formulá-las.

O Professor Fernando Henrique Cardoso, sendo possível, vai responder e se o fizer posteriormente nós repetiremos uma a uma.

— Como o Senhor denominaria a alienação política no Brasil presente?

Para que se consiga participação política do povo, que tipo de estratégia se poderia adotar a curto, a médio e a longo prazo, por parte dos grupos conscientes?

Como organizar as forças sociais, se são reprimidas as manifestações e eles são donos das forças repressivas e se a força vence o direito, então como é que fica?

Como se explica na atual conjuntura a existência do partido da Oposição, que seja opção de Governo?

Na atual situação, é viável caracterizar-se Partido da Oposição?

O SR. PROFESSOR FERNANDO CARDOSO — Uma pequena série de perguntas cruciais. Se eu pudesse responder a tudo isso, o Deputado Ulysses Guimarães ia ter medo de mim. (Risos.) Mas vamos tentar um pouco.

Em primeiro lugar, eu acho que a gente tem que afastar um pouco a idéia de que existem algumas pessoas conscientes e outras que não o são. Eu já formulei isso de uma maneira mais simples anteriormente. É claro que os graus de consciência são variáveis, mas eu tenho muito medo das formulações elitistas. Eu sei o que o povo precisa, eu não sei o que o povo precisa.

E eu acredito que isto é um vício de nossa formação, o de pensar que nós podemos comer de idéias e substituir a prática real.

Eu acho que nessa matéria temos que aprender e não ensinar. Quer dizer, realmente acredito que uma das coisas importantes nós fizemos para transformar este País: é nós próprios aprendermos que nós sabemos pouco sobre o que o povo é e quer. É claro, com isto não estou resolvendo o problema da alienação, que é um problema real. Um problema real que nos atinge. Porque o que não tem muita razão de ser é perguntar pela alienação só do povo. A alienação é nossa também, é minha, como é de cada um em particular. Nós também estamos sendo submetidos aos mesmos processos de propaganda, aos mesmos processos de ideologização. E ideologia não é uma pura idéia. Ideologia é um modo de viver. E nós todos estamos aqui vivendo de um certo modo e este certo modo que nós vivemos nos separa do povo.

Não estou, com fórmula mágica, querendo resolver esta questão, que é uma questão real, não se resolve de um momento para o outro. Estou aludindo a ela para dar um pouco mais de sentido de humildade a nós mesmos, à nossa pretensão de podermos encaminhar soluções. Eu acredito que, para que estas soluções se encaminhem, como eu formulei assim, de uma maneira geral, é preciso ativar a sociedade civil, ativar a organização das forças sociais. Como é que se faz isso?

Isso se faz através dos Partidos, isso se faz através dos Sindicatos, através da Igreja, através da Universidade, através da Imprensa, através de cada novo jornalzinho que surge, isso se faz através de coisas que são pequenas. Mas não há um mecanismo mágico, só assim é que se faz isso.

Podemos, sem força, fazer isso?

Eu disse, que aqui existe uma tensão entre o direito e a força, a razão e a força. Essa tensão não se elimina. Não há nenhum regime que se possa manter pela pura força. Só quando há crise de Estado. Então,

a pura força resolve, numa crise de Estado. Depois, não! Imediatamente, é preciso ter uma ideologia, uma imagem para dizer que a força não é o que está justificando o regime. Esse é o famoso problema, em termos exatos, da questão da legitimidade, ou, se quiserem em termos precisos, da hegemonia. Não quero traduzir em linguagem de teórico mas, enfim, este é o problema a que eu aludo, quer dizer, todos os regimes têm uma espécie de tensão entre a força e a razão.

Não se pode eliminar a razão completamente, tem-se que justificá-la, tem-se que apelar-lhe, tem-se que mascarar, se mais não fosse.

No caso nosso, aqui, sejamos bem claros, nós não estamos numa situação limite. Nós não estamos numa situação em que prevaleça só a força, não é verdade isso! A situação é muito mais complicada do que isso. É uma situação diferencial, contraditória, de repente a força desaba sobre uma pessoa, um grupo, uma parcela. Mas isto aqui é uma sociedade muito complicada, muito grande, muito complexa. Não é uma sociedade controlável dos botões de Brasília. Não é assim. A coisa é mais complicada! Não se consegue controlar uma sociedade desse tipo, mesmo por que é uma sociedade urbana de massa, capitalista e industrial. Para ser controlada, de alto a baixo, requer fascismo. O que é que eu refiro como fascismo? Requer um Partido e uma mística. Se houvesse um Partido e uma mística, talvez sim. Então, eu não falaria em público. Eu teria medo! E o nosso medo é relativo em situações como esta, não é verdade? (Risos.) Pode ser! Mas arrisca-se! Ou seja, não é uma situação limite, nós não estamos vivendo numa situação limite, não enganemos. Não é uma Democracia, não é uma situação ideal, mas não é uma situação limite, não é uma situação em que não seja possível fazer alguma coisa. Não é uma situação em que os grupos não possam se organizar. Não é uma situação em que o controle venha de alto a baixo, não é assim! É uma situação onde há uma certa possibilidade de jogo, uma certa possibilidade de caminhar.

É isto que fundamenta, sem que eu caia em contradições formais, a minha análise. Eu acho que tenho de ser realista e dizer as coisas tais quais elas são.

O SR. PRESIDENTE — O Senhor falou em organizar as bases. Em que medida o MDB e os recuos do MDB — vide cassações, nota de apoio à viagem do Presidente Geisel — pode oferecer ainda essa possibilidade ou mesmo está interessado nesta proposta?

O PROFESSOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Eu não tinha respondido, na outra série de perguntas, a algo mais especificamente sobre Partidos na Oposição, não Partidos etc. etc.

Não quero entrar — sou convidado do MDB — em detalhes sobre isto. Eu acho que o MDB é um movimento. A noção de Partido é uma noção mais complicada. O MDB não é um Partido, sociologicamente falando. Não é um Partido, é um Movimento que abriga várias tendências e que ganhou uma força de Oposição num dado momento.

É isso que fundamenta estar eu aqui, onde se discutem temas que são importantes para o Brasil. Acredito que, diante de situações concretas, o MDB tenha posições diversas. Não acredito que isso seja mal! Não tenho medo da diversidade, acho-a necessária! Porém, necessitamos de uma maturidade suficiente para manter uma união na adversidade, frente a inimigos maiores.

Não há política quando não se tem noção de força, valendo também, na estratégia militar!

É importante saber algumas coisas básicas: Qual é o inimigo principal? Quem não tem conhecimento de qual é o inimigo principal, e quem não tem noção da correlação de forças, quem não sabe que, quando o inimigo principal é muito forte, é preciso unir para poder lutar, não pode fazer política! Faz ética! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE — Fazer uma análise sobre a contribuição do movimento estudantil num país onde não há condições democráticas de participação. Fazer um paralelo da participação estudantil antes e depois de 1968. É o que pedem.

O SR. PROFESSOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Como já disse, estou afastado da Universidade. Até 1968 eu estava na França, quando então voltei para O Brasil. Pude, até certo ponto, comparar com o movimento que vivi na França. Foi uma experiência bastante rica, do meu ponto de vista, capaz até de ter influenciado muito algumas das minhas percepções sobre a sociedade contemporânea.

Em 1968, acredito que havia uma margem de liberdade para o movimento estudantil, que era bem maior no Brasil, antes do 477 e do AI n.º 5. Foi uma mudança radical mesmo, que alterou não só a vida

estudantil, mas a vida brasileira. Até 1968, talvez houvesse uma visão um pouco idílica com relação, aos inimigos principais, e uma noção, talvez, de força inadequada.

Eu me impressionei muito quando voltei ao Brasil depois de vários anos de ausência, em 1968, porque a Universidade vivia um mundo que parecia irreal. Era o mundo da pura liberdade. Eu já tinha visto isso na França, mas lá era diferente. As condições gerais são diferentes, as condições legais são diferentes, e o movimento francês foi muito particular.

Citarei um só exemplo: nos muros da França não havia nenhum slogan sobre lutas de classe, imperialismo, exploração social. Eram outras as questões! Eles nem percebiam isso. Mas eu, como brasileiro, professor do famoso líder do Movimento, aluno meu, tinha acesso direto a todos eles, sabia o que eles sabiam, que era pouco, e via o tipo de movimentação deles.

Eles não se propunham algo muito diferente de uma espécie de raízes libertárias, anárquicas — não no mau sentido — mas no sentido filosófico. Era uma crise em que se criticava não a situação de uma classe, os mecanismos de acumulação, nada disso, mas os efeitos da civilização industrial. Os grandes temas eram a liberdade, liberdade de emancipação da mulher, liberdade sexual, e várias outras formas de liberdade, para nós absolutamente distantes da nossa prática.

Quando de volta ao Brasil, chego à Universidade e ela também era como uma ilha da Sorbonne, só que a ilha da Sorbonne se prolongava na sociedade francesa e, num dado momento, Paris toda entrou naquele mesmo clima. Foi uma época de rara beleza, esteticamente e socialmente falando, em que toda uma cidade como Paris discutia nas ruas durante toda a noite, os problemas da vida cotidiana. Eram estes os problemas!

Aqui, na Universidade, em 68, estávamos no pólo oposto: discutiam-se e se propunham as grandes soluções para os problemas nacionais, dos trabalhadores do campo, enfim, vivíamos numa verdadeira esquizofrenia; enquanto lá se pensava que o mundo todo era o da policultura, aqui se pensava que o mundo era o mundo de pura infra-estrutura.

Não quero com isto diminuir a importância destas coisas, quero

dizer apenas que se vivia na Universidade como numa ilha de liberdade. Depois de 68 se viu que esta liberdade era ilusória, também aqui. Não somente o Estado, mas a própria Sociedade era muito mais acanhada do que se poderia imaginar e não haveria um passo possível entre 68 e o que estava sendo proposto.

Depois de 68 veio o AI-5. Então, vejamos. Houve uma espécie de corte dramático. Agora não se vive mais no sonho mas se vive numa realidade em que as palavras têm custo que às vezes é físico. Isto é um problema que pesa. Então, acredito que todos nós medimos mais. Acredito que o movimento estudantil também mede mais. Estou muito longe, porque o fluxo de informação entre a Universidade e a vida diminuiu, a barreira repressiva aumentou e é preciso formar melhores Professores. Mas o fato concreto é que tem mais gente lendo nas Universidades. Isto não é fruto da ação de Governo, isto é fruto de uma sociedade que se desenvolve, de um povo que se desenvolve, de demandas que crescem. Acho, então, que o movimento estudantil também está aumentando as suas demandas.

Já disse uma vez no Rio Grande do Sul, não acredito que seja legítimo um ex-professor ter a pretensão de imiscuir em liderar estudantes. Está equivocado. Não é por aí que a coisa vai. Os estudantes têm que formular, eles próprios, os seus problemas, as suas demandas e tentar encaminhar as suas soluções. E se pedem a nós conselhos, é com que autoridade? Liderança? Não, não somos estudantes! O que nos podem pedir é responsabilidade nas nossas esferas específicas, e a solidariedade que se possa ter é interesférica e não misturando-nos todos, como se todos os "gatos fossem pardos".

Eu repito, para mim, é condição fundamental, para entender a sociedade contemporânea e a possibilidade de sua democratização, aceitar a adversidade e a responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE — Em 1974, demonstrou-se que o bipartidarismo artificial, no seu nascedouro, é capaz de consolidar-se desde que ocorra a rotatividade no Poder. Há uma outra pergunta ligada a esta.

V. Exa. falou sobre a democracia interna entre os Partidos como fundamental, que os Partidos Políticos reflitam tendências, que não sejam manipulados pela vontade burocrática da cúpula partidária. O MDB possui duas correntes claras e ideologicamente definidas; os

moderados e autênticos. Como acha que deve ser a convivência ideal entre esses grupos?

O SR. PROFESSOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Bem. Com relação ao bipartidarismo, eu acho que, se em condições de democracia, com condições etc, a sociedade brasileira requer mais do que dois Partidos. Estes dois Partidos não refletem a gama dos aspectos políticos, as tendências ideológicas e os interesses das sociedades brasileiras. Depois, agora, neste momento, falar em mais de dois Partidos, é simplesmente manobra política. Simplesmente manobra política para fortalecer o Partido do Governo.

Agora, no futuro, eu acredito que precisa haver uma pluralidade de tendências de Partidos. Com relação à convivência entre grupos dentro de um Partido, acredito que isto é realmente um problema que alcança o cerne da concepção que se possa ter do que seja democracia.

Aqui há um denominador comum, no MDB, imagino. É este que foi formulado. Está-se contra a existência de uma ordem excepcional. É um movimento que se propõe à redemocratização. Se estes dois grupos autênticos e moderados concordam neste ponto, este é o fundamental, na conjuntura atual. Mantêm os dois grupos as divergências submetidas a esta concordância básica. Além do mais, eu acredito que não haveria outro recurso. Fazer o quê? Seria uma política suicida. Portanto, não estou querendo acabar com as tendências. Eu, se fosse membro, Deputado do MDB, seria autêntico, mas isso não quer dizer que deva haver um predomínio de uns sobre os outros. Porque não há condições reais. Quer dizer, os moderados refletem uma parcela importante da sociedade brasileira, que se opõe a um regime excpecional. E como tal; estão dentro de uma mesma corrente política.

O SR. PRESIDENTE — O que o Senhor acha da participação feminina na política brasileira? Uma palavra de incentivo às mulheres presentes.

O SR. PROFESSOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — A par disso, eu acredito o seguinte. Acredito que o problema da mulher, num País como o nosso, vai ter uma velocidade muito maior do que se imagina. Porque um País como o nosso, repito, de peso industrial e urbano e que já está baseado num sistema de comunicação bastante amplo, inclusive internacionalizado, qualquer um que tenha experiência de vida, na Europa ou nos Estados Unidos, sabe que é impossível manter

uma situação de discriminação com relação às mulheres, e nós ainda a mantemos. Está muito enraizada. Isso não é uma acusação a ninguém. Está enraizada em cada um de nós. É muito difícil não ser assim. Enfim, cada um vive o seu tempo e o seu passado, até certo ponto.

Mas do meu ponto de vista, como sociólogo, eu diria que esse é um problema fundamental. Se nós quisermos, se um movimento for realmente democrático no Brasil; ele tem que dar também condições às minorias. Ora, as mulheres são a maior minoria do mundo porque elas são mais numerosas do que os homens. Então, um Partido que, por qualquer motivo, não tome em consideração a maioria, pratica uma contradição total. E eu acredito, nesse sentido, que haveria muito que caminhar porque a participação da mulher ainda é muito reduzida, considerando-se que, nos anais demográficos, a mulher é maioria sempre. Por outro lado, qualquer pessoa que tem filha moça sabe que hoje em dia não é mais questão de querer, não pode ser assim.

O SR. PRESIDENTE — Sabemos que houve uma expansão do ensino superior no Brasil, em termos quantitativos, dando oportunidade também às classes mais pobres de ingressarem na Universidade gratuita. O que acha o Conferencista a respeito da tentativa de retornar o ensino pago por via direta ou indireta pela bolsa reembolsável? Não será um retrocesso?

O SR. PROFESSOR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO — Bem, com relação ao ensino pago, eu sempre fui contrário a essa tendência, desde que lecionei na Universidade, quando se discutia a matéria, porque os argumentos a favor nunca me persuadiram. Aqui queremos citar o argumento forte. O argumento forte é que o ensino é de elite, o ensino universitário. E sendo um ensino de elite, o melhor é que se faça através de um imposto indireto às classes poderosas. Talvez isso seja uma base real para discussão, mas, em geral, essa discussão não visa a isto. Essa discussão já se torna outra. Deveria estabelecer um mecanismo de controle sobre a Universidade. No Brasil, levantar questão do ensino pago não é algo que tenha justificativa.

QUINTA CONFERÊNCIA

O SR. JORNALISTA CARLOS CHAGAS — Meu caro Alceu Collares, Senhores integrantes da Mesa, relevem a um jornalista não ter o dom da oratória.

Assim, os conceitos que aqui expressarei, pretendo lê-los.

Imprensa, em sua concepção real, encontra-se umbelicalmente ligada a três valores essenciais: democracia, liberdade e responsabilidade. Por certo existem jornais, jornalistas, meios de comunicação e até avançada tecnologia em países e regimes onde não vigem, temporária ou definitivamente, um ou nenhum desses valores. Imprensa, assim, neles não haverá, mas apenas ficção de imprensa, rótulo de imprensa ou meia-imprensa, para sermos condescendentes. Jamais imprensa em sua integralidade, como o desejamos.

Tome-se o que acontece nos países comunistas, onde imprensa real não há, mas apenas simulacro de imprensa, pois não só vídeos, microfones e impressoras estão a serviço do Estado: lá, a própria notícia é mais um agente à disposição dos detentores do poder, ou seja, é omitida, desvirtuada, torcida e forjada todas as vezes em que se choca com a estratégia oficial. Vale o exemplo de outros regimes e de outras situações, ainda que gradualmente se estabeleçam diferenças. E cito desde logo os exemplos de lá para podermos chegar aos de cá. Porque meias restrições, ou algumas restrições, nos levam à mesma conclusão: apenas com democracia plena, liberdade plena e responsabilidade plena é que se pode desenvolver uma imprensa real.

Liberdade é o poder de um indivíduo, uma entidade ou um grupo social poder agir de acordo com sua própria determinação. Significa o poder de fazer tudo aquilo que não é legalmente proibido, de agir sem impedimentos. Liberdade constitui valor uno e indivisível, isto é, liberdade não pode ser partida em pedaços ou distribuída em doses homeopáticas. Liberdade é mais ou menos como honra: ou se tem ou não

se tem. Se alguém possui meia liberdade, ou semi-liberdade, no fundo não possui liberdade alguma. Para efeitos didáticos, no entanto, costuma-se rotular vários tipos de liberdade. A liberdade de ir e vir. A liberdade de credo religioso ou de fé política. A liberdade de pensamento. A liberdade de associação e a liberdade de reunião. A liberdade de trabalho.

Há uma liberdade, que é a que nos diz respeito mais de perto, hoje, que a Constituição define como a prestação de informações independentemente de censura, que mais comumente chamamos a liberdade de imprensa. Esta, no dizer de Rui Barbosa, é a mais importante das liberdades públicas, uma vez que sem ela todas as outras prerrogativas do meio social e da pessoa humana, ou seja, todas as outras liberdades perdem o seu sentido de realidade. Mais claramente, se o meio social ou se a pessoa humana, quando cerceados em qualquer uma de suas liberdades, não dispõe da liberdade de protestar, não dispõe da liberdade de criticar, de contestar, pela imprensa, o natural é que todos lhes desconheçam a lesão de direito! E o desconhecimento torna difícil, muitas vezes, até, impossível a correção das lesões às outras liberdades!

Democracia, por seu turno, é a forma de Governo em que os membros da sociedade agem como autoridade máxima na elaboração política ou são representados por um pequeno número de pessoas que, em seu nome, realiza esta elaboração. O termo "democracia" implica em certos princípios operacionais para sua concretização.

A participação de todos, na sociedade, deve ser igual!

Todo voto deve ter o valor de qualquer voto, tornando-se necessário, é evidente, estabelecer pelo consenso da maioria, e apenas da maioria, as condições para o exercício desse voto.

Associam-se à democracia, como conceito, os princípios, então, de liberdade, de justiça, de proteção do direito das minorias, de garantias individuais e império da Lei.

Democracia não exige, democracia repele quaisquer adjetivações, quaisquer rótulos. Portanto, quando ouvimos falar, seja nas democracias populares, seja nas democracias possíveis, seja nas democracias definitivas, democracias sociais e quaisquer outros rótulos, quaisquer outros adjetivos que se dêem à democracia, desconfiamos, porque se

quer, com esses **rótulos** e com esses adjetivos, é descaracterizar a democracia. É apresentar meia democracia, semi-democracia, ou seja, democracia alguma!

Responsabilidade, por sua vez, è a obrigação que têm indivíduos ou entidades, detentores de cargos públicos ou de funções voltadas para o interesse do meio social, de prestar contas do exercício de suas atividades e impedir que elas se tornem prejudiciais ou contrárias àquele interesse.

Responsabilidade fundamenta-se na Lei e nos costumes. Representa a medida exata que cada um, para agir ou deixar de agir, tem presente maior no interesse coletivo. Vejam bem, a atual Constituição brasileira, apesar de espúria, nas suas origens, pois editada por uma junta militar, apesar disto, apesar de suas falhas, de seus defeitos, a atual Constituição brasileira preserva integralmente os conceitos de democracia, de liberdade e de responsabilidade.

Seria enfadonho, aqui repetirmos os artigos da Constituição, que se referem a estes três princípios. O 153, por exemplo, que define a liberdade de imprensa. O art. 1.º, que define a democracia, dizendo que todo poder emana do povo; o art. 86, que fala da responsabilidade.

Liberdade, democracia e responsabilidade, vale a pena repetir, integram o conjunto de princípios caracterizados pela atual Emenda Constitucional n.º 1, que, apesar de espúria, cristaliza esse princípios.

Acontece, porém, vivemos no Brasil de hoje um período **sui generis**. Antes que chegasse a época dos falsos milagres, nós vivemos, durante quase quinhentos anos, a época do verdadeiro milagre brasileiro: o milagre da nossa unidade. Durante quase quinhentos anos portugueses e brasileiros construíram a unidade nacional.

Enquanto se desmembrava numa série de nações a América espanhola, o Brasil manteve-se uno, indivisível, integral! Isto foi, realmente, um milagre!

Muito bem. Aquilo que os nossos ancestrais levaram quase quinhentos anos construindo, o atual regime brasileiro parece ter distorcido, ter relegado a um mero fato do passado, porque não vivemos hoje, mais, a realidade de um Brasil uno e indivisível. Vivemos a realidade de dois Brasis.

Um, este Brasil que vimos, da Constituição, que, apesar de espúria, consolida a democracia, a liberdade e a responsabilidade.

Outro, no entanto, o Brasil da opressão, o Brasil da repressão... (Palmas). O Brasil do arbítrio, o Brasil do Ato Institucional n.º 5! (Palmas).

Notem bem, se a Constituição define, garante, preserva esses princípios, existe sobre a Constituição um instrumento que repele cada um desses princípios, um instrumento que transforma cada cidadão e todo um meio social num objeto passivo de seus governantes, um instrumento que retira de nós toda ou parte da liberdade, que retira de nós toda ou parte da democracia, que retira de nós, toda ou parte da responsabilidade! Pela letra do Ato Institucional n.º 5, o Governo pode tudo. Negando e subvertendo a essência do direito, fica o Poder Executivo, pelo seu próprio arbítrio, ou seja, sem responsabilidade alguma perante a Nação, fica o Poder Executivo autorizado a sufocar a democracia e a liberdade. Pode o Governo, pelo Ato Institucional n.º 5, fechar o Congresso e as Assembléias, cassar mandatos e suspender direitos políticos, intervir nos Estados e Municípios; afastar de suas funções os membros do Poder Judiciário; legislar como se Legislativo fosse; confiscar bens; fechar Universidades, punir estudantes, extinguir a liberdade de associação e de reunião e (aqui o problema nos diz mais de perto) pode censurar a correspondência, as telecomunicações e a Imprensa!

Vejam bem os Senhores: duas ordens jurídicas, uma constitucional e outra arbitrária; dois regimes: um democrático, ao menos teoricamente, e outro de exceção; duas realidades, uma teórica e outra prática. Quase que poderia dizer, duas revoluções: uma permanente, aquela de Milton Campos, de Pedro Aleixo, de Juarez Távora, e ficarei apenas na citação dos mortos; outra, no entanto, expressa pelo processo revolucionário de exceção, expressa pelo Ato Institucional n.º 5, pela censura, pelo cerceamento à liberdade, à democracia e à responsabilidade.

Objetivamente, vamos permanecer na análise da Imprensa brasileira, na época atual, à luz da liberdade ou de sua falta.

Deixemos aos políticos o trato do regime à luz da democracia ou de sua falta e, aos juristas, o trato, o exame das Instituições à luz da responsabilidade ou de sua falta.

Não temos, hoje, liberdade de Imprensa no País. Por isso, o que temos, e mesmo instavelmente, periodicamente, são momentos de liberdade, são instantes de liberdade; é a semi-liberdade, o que não é liberdade alguma!

Mesmo assim, esta semi-liberdade não é extensiva a todos os órgãos de comunicação.

Procura-se, com a censura, que é o pólo oposto da liberdade de Imprensa, com a censura, que existe, ainda que tenha sido retirada, gradativamente, de alguns órgãos de comunicação, procura-se mistificar a realidade. Outro não é o objetivo daqueles que a determinam, ainda que possam alinhar mil e um argumentos em favor do que praticam. O direito à liberdade, por piores matizes que essa realidade apresente, não poderia ser negado a qualquer pessoa humana!

Esconder, turvar ou simplesmente dar ao meio social uma impressão errônea da vida de todos e de cada um, essa é a meta maior da censura. Em maior ou em menor grau, os detentores do Poder de Exceção, em todos os quadrantes, tanto lá como cá, pretendem impor um panorama que contraria os fatos maiores e menores da comunidade. Um panorama que aos fatos não corresponde.

Dificuldades econômicas, dificuldades sociais, dificuldades políticas são o carro-chefe daquele que lança mão dessa prática abjeta. A ele caberia resolver essa dificuldade; mostrá-la, inicialmente, à população e, pelo diálogo, pelo debate, pela contraposição de idéias, chegar a soluções possíveis, mesmo penosas mas que, nesse caso, seriam aceitas pela maioria. Preferem, no entanto, os detentores do poder, que lançam mão da censura, negar à opinião pública, negar ao meio social, à pessoa humana, o conhecimento dessas dificuldades. Como se por esse simples passe de mágica, pudessem superar essa realidade.

Lesões aos direitos individuais, constituem, da mesma forma, tabus para o cérebro da censura. Trata-se, no caso, de esconder a própria face. Como também possui o mesmo objetivo, a censura que impede notícias, a respeito de convulsões, querelas entre os próprios detentores do Poder de Exceção. Da mesma forma, notícias relativas aos seus erros, grande e pequenos, conscientes e inconscientes, daqueles acontecidos até de boa fé àqueles ditados pela corrupção. Tudo isso é negado pela censura.

Vale repetir o grau das aberrações da censura. Pode variar no calendário ou na Geografia, mas existe e é um só, determinado pelo mesmo germe que nega e subverte os princípios basilares de uma sociedade humana, princípios que deveriam ser apenas justos, naturais e livres.

Vamos agora à parte factual para melhor compreensão do problema, das dificuldades por que passou e ainda passa a Imprensa no Brasil. Faremos um pequenino histórico da realidade.

Democratizado o País em 1945, restabeleceu-se plena a Liberdade de Imprensa.

No Governo Dutra — e não vamos aqui analisar politicamente nenhum destes Governos, nem os anteriores, nem os atuais — manteve-se plena a Liberdade de Imprensa.

No Governo Getúlio Vargas, da mesma forma — e apesar de receber da Imprensa ataques desmedidos, ataques irresponsáveis, veementes, violentos, naquele Governo manteve-se plena, total e integral a Liberdade de Imprensa.

Seguiram-se aqueles episódios do Governo Café Filho, no retorno aos quadros institucionais vigentes, enfim, com a posse do Presidente Juscelino Kubitschek, manteve-se plena, total e integral, naquele período, a Liberdade de Imprensa, sem censura.

Assume o Presidente Jânio Quadros e manteve-se plena e total a Liberdade de Imprensa.

O Presidente João Goulart no Governo, primeiro o Parlamentarismo e depois o Presidencialismo, manteve-se plena, total e consciente a Liberdade de Imprensa.

Não estamos fazendo juízo de valores nem juízos políticos a respeito de qualquer um destes Governos.

Veio a Revolução, e vamos fazer justiça, o Presidente Castello Branco manteve, durante todo o seu período de Governo, plena, total e permanente a Liberdade de Imprensa.

Recordamo-nos que, quando da assinatura do Ato Institucional

n.º 2, havia naquela época, no Rio de Janeiro, um programa de debates políticos, uma mesa redonda onde se levavam Parlamentares, Ministros, Juristas, que conversavam com Jornalistas durante horas a fio sobre todos os problemas e, após assinado o AI-5, um novo instrumento de arbítrio, a direção da estação naquela época entende suspender, por sua livre e espontânea iniciativa, o programa e o Presidente Castello Branco, que assistia àquele, dirigiu-se ao telefone, ligou para a estação, falou com um dos responsáveis pela emissora e disse: "Eu faço questão que o programa não saia do ar. Faço questão que a Liberdade de Imprensa seja plena em meu Governo".

Não vamos discutir se outras liberdades foram cerceadas no Governo Castello Branco. Há que se fazer justiça: houve Liberdade de Imprensa.

Assumiu o Presidente Costa e Silva e durante o seu primeiro período de Governo manteve, também, a Liberdade de Imprensa. Havia, porém, naquele Governo, uma série de maus conselheiros, uma série inclusive de Ministros que pretendiam, desde o primeiro momento, decretar a exceção permanente, um deles era o então Ministro da Justiça, Gama e Silva, que andava com uma cópia de Ato Institucional no bolso e todos os despachos que tinha com o Presidente da República, pressionava-o. Para qualquer problema ele queria a edição do Ato.

Uma vez pediu ao Presidente Costa e Silva que decretasse a censura ao então "Correio da Manhã", do Rio de Janeiro, que o havia atacado em sua honra.

Vejam bem, o Presidente Costa e Silva talvez aprendendo a técnica de trazer coisas no bolso, puxou uma pequena fita de papel onde havia uma frase de Thomas Jefferson, na qual dizia: "Se fosse dado a mim ter jornais sem Governo ou ter Governo sem jornais, optaria pela primeira hipótese".

Esta era a determinação do Presidente Costa e Silva naquele primeiro período. No entanto, como Castello Branco, teve o Marechal também o seu "Waterloo", teve o seu dia de queda. Se poderia ou deveria ter resistido ou se não tinha condições para isso, não é o tema desta manhã. Assinou, no entanto, o Presidente Costa e Silva, o Ato Institucional n.º 5, este instrumento de arbítrio, de exceção e de opróbio que até hoje mantém, desde 13 de dezembro de 1968 até

agora, uma espécie de sombra negra sobre todos nós, a censura à imprensa e outras lesões a outras liberdades.

Vejam bem, apenas para concluir esta parte do histórico: o Presidente Costa e Silva empenha-se — depois de já haver assinado o AI-5 — na tentativa de redemocratizar o País e convoca uma comissão jurista, sob a Presidência do então Vice-Presidente da República Pedro Aleixo. Esses juristas preparam uma nova Constituição, tudo se encaminha para a edição desta nova Constituição, para a reabertura do Congresso, com o próprio Presidente dizendo: 'não quero passar mais à História apenas como um General sul-americano que golpeou as instituições, vou abrir. Daquela vez tive que ceder no AI-5, desta vez passarei ao meu sucessor o Governo democratizado."

Faltam sete dias, sete dias apenas para que a nova Constituição fosse editada e seria sem a presença do AI-5. Seus artigos das disposições transitórias diziam: "fica perempto, fica revogado o Ato Institucional n.º 5".

Muito bem! Faltava uma semana apenas para a edição dessa nova Constituição e para a reabertura do Congresso quando o País passa por um drama shakesperiano: adoece o Presidente da República, cai sem voz e sem movimentos, a um passo de novamente democratizar o País.

Sentindo que os movimentos lhe faltavam, sentindo que a voz lhe faltava, o Presidente pede ao auxiliar uma folha de papel e tenta rabiscar o nome, mas inutilmente. Já não saía mais a sua assinatura naquele papel em branco, a caneta lhe cai das mãos, ele chora copiosamente e dentro de poucas horas estava paralítico e sem voz.

Mais tarde, numa pequena e lenta recuperação, um de seus auxiliares, por gestos, por sugestões, tentou perguntar a ele o que representava aquilo, se ele queria realmente assinar naquele momento em que estava caindo a nova Constituição. Ele volta a um choro copioso e confirma, com um gesto de cabeça, que tentou até o fim assinar a nova Constituição e democratizar o País.

Vivemos então aqueles dias negros, aqueles dias perigosos da Junta Militar que se arvorou na dentetora do Poder e impediu a posse de um Vice-Presidente eleito pela Revolução, o Professor Pedro Aleixo.

Dias terríveis, dias com a Nação convulsionada, quase à beira da

Guerra Civil. Por uma eleição **sui generis,** assume então o Presidente Médici, diante de expectativa piores possíveis.

Sua Excelência, no entanto, vai à televisão e faz o seu primeiro pronunciamento à Nação. Um pronunciamento que surpreendeu a todos nós, otimisticamente. Vejam bem, eu passo a ler alguns trechos daquele primeiro pronunciamento do Presidente Médici: "Desse modo, ao término do meu período administrativo, espero deixar definitivamente instaurada a democracia em nosso País".

E mais, falando do diálogo que ele travaria com o País: "Será um diálogo travado sobre os nossos problemas, os nossos interesses e o nosso destino. Naturalmente esse diálogo requer universidades livres, partidos livres, igreja livre, imprensa livre".

Em outros trechos: "estarei atento a esse esforço de libertação em cada dia do meu Governo, não me deixarei iludir e nem iludir o povo chegou a hora de fazermos o jogo da verdade".

O País inteiro na depressão, era um pronunciamento importante. No entanto — e é importante que se diga, que se seja cáustico, que não se perdoe — em termos de Imprensa e em outros termos o que se fez: não foi o jogo da verdade, foi o jogo da mentira! (Palmas). O jogo da propaganda desmentida, o jogo das estatísticas manipuladas, dos dados torcidos, o jogo da euforia gargalhante, o jogo do falso milagre brasileiro, o jogo dos doze por cento do aumento do custo de vida, o jogo da autopromoçao, o jogo da mistificação, e, paralelamente a esse jogo, obviamente, o jogo da opressão, o jogo do arbítrio, o jogo das censuras.

Só se deu, ou só se tentou dar ao País, durante o Governo Médici, aquela impressão de que éramos uma ilha de tranqüilidade, uma ilha de paz, um conjunto de querubins: soltos no espaço, fora da terra, só se conseguiu ou só se tentou dar essa impressão ao povo, porque havia censura à imprensa, porque havia uma desmedida opressão aos meios de comunicação.

Foi o Governo Médici quem mais se valeu da presença física dos censores, da presença permanente dos censores nas redações de jornais, estações de televisão e de rádio. Como foi ele também o que mais se valeu da concessão de favores, de benesses, de empréstimos e até de concessões de canais de televisão, "àquelas empresas que bem se comportavam". É necessário que se fale, é necessário que se critique, é

necessário que se denuncie o máximo das nossas forças, até impiedosamente, tudo aquilo que aconteceu nos anos Médici: o opróbio, a vergonha, o embuste verificados naquele período não podem e não devem ser esquecidos nem perdoados! Quando nada, para que não se repitam no futuro, ou pelo menos, quando voltarem a se repetir, para que saibamos, todos, tudo aquilo que vai acontecer.

É necessário não nos esquercermos nunca ter havido um momento na vida nacional em que, pela intimidação, pelo suborno, pela prepotência e pelo arbítrio, pela subversão de tantos valores, de tanta mentira, aconteceu tanto engodo, tanto engano entre a nossa sociedade. Deu-se ao País, através de atos repressivos, de propaganda, de bajulação, a falsa imagem de felicidade, de prosperidade, de tranqüilidade

É preciso salientar, com justiça, que, empossado o atual Presidente, Ernesto Geisel, logo a Imprensa tomou conhecimento, ao menos, das suas intenções de desfazer aquela mistificação por que senão não poderia governar. Ou chegaríamos rápido ao céu, ou viveríamos, aqui na terra, os maiores problemas.

Tentou, o Presidente Geisel, de início desfazer aquele período da euforia gargalhante da mistificação. Para isso, ele só poderia agir liberalizando, gradativamente, a Imprensa, dando à Imprensa momentos de liberdade, instantes de liberdade, um pouco de liberdade, ou seja: dando à Imprensa aquilo que a Imprensa não quer.

É óbvio que é melhor termos momentos de liberdade, instantes de liberdade, um pouco de liberdade, mas o que queremos é liberdade plena garantida pelas instituições e esta só acontecerá, só poderá vir quando estiver revogado, quando estiver banido do País o Ato Institucional n.º 5.

Apenas em janeiro de 1975, interrompeu-se então, em parte (em parte apenas), a presença dos censores nas redações dos jornais. Vivemos, no entanto, ainda hoje, censurados. Órgão como a "Tribuna da Imprensa", órgão como revista "Veja" — até duas semanas atrás — como o semanário "Movimento", como o semanário "Opinião", como esse bravo "Correio de Itajaí", daqui de Santa Catarina. (Palmas), e, o que é pior para nós, como uma imensidão de pequenos jornais de províncias, de Municípios, de Estados, de que não temos conhecimentos, de que não sabemos mas que vivem sob a violenta pressão da censura. Esses órgãos ainda representam, ainda simbolizam tudo aquilo

que pretendemos porque não pretendemos meia liberdade ou semi-liberdade, liberdade para uns e não para outros. O importante é liberdade para todos.

Vamos agora à alguns exemplos práticos, para que se note o abismo, o que acontece no País e é censurado, o que acontece num País que não tem liberdade de expressão, a liberdade de comunicação, para que vejam o absurdo, o abuso que isto representa.

Vamos a alguns exemplos (exemplos que são mais do Governo Médici mas que também aconteceram no Governo Geisel e que ainda continuam acontecendo).

Acusado de pertencer ao esquadrão da morte, o então delegado Fleury, de São Paulo — creio que conhecido de todos — foi processado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Teve sua prisão preventiva decretada: Muito bem!

Toda a Imprensa, de todo o País, foi proibida de publicar qualquer referência à decisão do Judiciário, prendendo o Delegado Fleury. Não contente com isto (ele estava preso), o então Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, — o Congresso havia, recentemente, aprovado o Projeto do Código de Processo Penal — encaminha ao Congresso duas semanas, possivelmente, depois da aprovação, uma Emenda que permitia que, em tais ou quais situações, Delegados de Polícia respondessem em liberdade a acusações que pesassem sobre eles.

Isto é, uma Lei casuística, um artigo casuísta, apenas para botar em liberdade o Delegado Fleury. Vejam bem, a Imprensa não pôde noticiar, nem esta Emenda ao Código de Processo Penal.

Veio a demissão do Ministro Cirne Lima, a pedido — creio que por divergências com o Ministro Delfim Netto — Os jornais só puderam publicar a demissão do Ministro, a sua substituição. Não puderam divulgar as causas da demissão do Ministro. Estavam, os jornais, proibidos de entrar na discussão econômica, política e financeira do País, porque foi ela que gerou a demissão do Ministro.

D. Elder Câmara, historicamente censurado.

Qualquer posição tomada por bispos brasileiros, se dissesse respeito a problemas de índios, a direitos humanos ou mesmo a pro-

blema institucional, seria totalmente censurada. Não saía uma linha na Imprensa. Quer dizer que, apesar de haver essas tomadas de posição, a opinião pública dela não tomava conhecimento.

As críticas aos Atos Institucionais eram inteiramente proibidas. Não se podia dizer que o Ato Institucional era instrumento de exceção. Um belo dia, a censura foi tão grande, tão abjeta, dentro daquele espaço de tempo, dois anos e quatro meses, que entendeu a direção do jornal de telegrafar aos então Líderes do MDB na Câmara, para que fizessem um protesto. Subiram estes, na Câmara e no Senado, e fizeram um protesto: denunciaram a censura do jornal "O Estado de São Paulo". Imediatamente, subiram à tribuna os Líderes da ARENA, Geraldo Freire e Felinto Müller, naquela época, e negaram ter havido censura. Disseram eles ser uma inverdade da Oposição, que o "Estado de São Paulo" não estava sob censura e que haviam acabado de falar com o Ministro da Justiça. Tentamos então, no dia seguinte, publicar, ao menos, os discursos de Felinto Müller e Geraldo Freire, negando a existência da censura. Os dois discursos foram também censurados!

Durante um certo período, chamado período normal — entre-safra — tivemos que importar carne congelada do Uruguai! Paciência! Esta carne apresenta um aspecto muito feio, é negra. Assim, as donas de casa de São Paulo reuniram-se nas portas dos açougues e reclamavam. Muito bem! A Imprensa, por questões de segurança nacional, foi proibida de publicar que esta carne tinha mau aspecto.

Aliomar Baleeiro, então Presidente do Supremo Tribunal Federal fazia conferência sobre democratização, sobre instituições, que eram censuradas pelo Poder Executivo. Deputados, Senadores, que se pronunciavam na Tribuna do Congresso, eram censurados naquilo que diziam.

Já no Governo Geisel, o Deputado Francisco Pinto foi processado pelo Poder Juridiciário. Muito bem! Ao ser condenado, tentou ele fazer o seu último pronunciamento da tribuna da Câmara. Foi parcialmente proibido porque o então Presidente da Câmara negou-lhe luz e desligou os microfones, tendo sido obrigado a falar de viva-voz. Toda a Imprensa foi proibida de publicar qualquer coisa a respeito desse Deputado, a partir do momento de sua condenação!

Greves estudantis, greves operárias — pois vejam que, durante todo esse tempo que decorre do AI n.º 5 até agora, o País não foi aquela ilha de querubins, nós tivemos greves, manifestações, surtos de

meningite — muito antes daquele de há dois anos atrás, quando morreu gente. Apenas não interessava ao Governo, pois era contra a imagem brasileira que se divulgasse que o País estava sofrendo surto de meningite. Somente há dois anos é que ficamos sabendo que tínhamos o maior surto de meningite, com centenas de mortes no País inteiro, mas esse surto já existia, embora não divulgado. O mesmo se deu com manifestações estudantis.

Tenho em mãos uma das páginas de o "Estado de São Paulo" censurada, datada de 3 de janeiro de 1974: "Táxis param; a Polícia começa a bater". Todo o noticiário é relativo àquela manifestação, que não era uma manifestação política, era apenas uma reivindicação para melhores tarifas. Tudo censurado!

Vamos apenas a mais alguns exemplos, para não cansá-los:

Eis aqui um exemplo clássico. Este exemplo foi referido pelo saudoso Adauto Lúcio Cardoso, quando, depois de haver deixado o Supremo Tribunal Federal, tornou-se advogado da revista "Opinião" e a defendeu na Justiça. Infelizmente, perdeu. Naquela época, defendendo diante do Tribunal Federal de Recursos a causa de "Opinião", contava ele este exemplo: "Opinião", todos sabem, é um jornal que tem um convênio com o "Le Mond" de Paris. Recebe então, de lá, determinados artigos, principalmente sobre arte, cultura, pintura, etc., traduz estes artigos do francês para o português e os publica juntamente com outros artigos sobre a conjuntura nacional, economia, política.

Um destes artigos era sobre as anomalias sexuais de Leonardo da Vinci. É um ângulo novo ou velho de Leonardo da Vinci, mas não deixa de ser interessante, para quem se interessa por arte e por cultura.

O artigo é imediatamente traduzido, vai para a página e esta vai para o censor. O censor lê e de imediato diz:

— Não, não, isto está proibido.

— Mas proibido por quê? O que é que tem contra a segurança nacional? Qual é a agressão política ao Governo?

— Não, o que vocês estão querendo é tripudiar é redicularizar o Ministro Alfredo Buzaid.

— Mas, por quê? (ninguém entendeu).

Eu explico. O Chefe de Gabinete do Ministro Alfredo Buzaid chama-se Dr. Leonardo!

Hoje — repito — a situação mudou porque não temos mais aquela situação abjeta, aquela censura sobre todos os jornais; mas temos ainda censura sobre os jornais e semanários que vimos. E temos sobre nós a perspectiva de hoje — enquanto estamos aqui reunidos — depender da censura, porque censura depende do arbítrio, depende de um homem só, que hoje limita a censura, mas que amanhã poderá não limitá-la.

Não temos garantias legais e institucionais de liberdade. Isto é que é importante frisar.

A censura age por duas formas — é interessante que saibamos isso: a censura direta ou a censura indireta.

A censura indireta exerce-se por meio de telefonemas e de recados escritos, mas geralmente sem assinatura da autoridade legal. Recados esses que são transmitidos aos responsáveis pelos jornais: — Nada sobre isso! Nada sobre aquilo! E até é muito interessante: muitas vezes, notícias que não sabíamos, que não conhecíamos, tomamos conhecimento delas por intermédio dos censores, quando nos dizem: — Nada sobre o atentado a fulano de tal. E nós não sabíamos que tinha havido este atentado!

Esta é a forma indireta, que era aceita por grande parte dos jornais. Os jornais com maior potencial de resistência, aqueles que não aceitam telefonemas e nem recados sem assinaturas, como por exemplo, **O Estado de São Paulo, Correio do Povo** e alguns outros; esses jornais então vêem-se diante da censura direta. Por não aceitarem telefonemas, são instaladas em suas redações e oficinas autoridades da censura. Essas autoridades, munidas com um lápis vermelho — como vemos aqui — cortam tudo aquilo que julgam pernicioso ao Governo, obviamente com as instruções que lhes são renovadas dia a dia, semana a semana.

A terceira forma da censura, que não é nenhuma das anteriores, e que para mim parece a pior forma da censura, porque está em nós mesmos, está na própria Imprensa é a chamada autocensura. Esse é o mais grave de todos os males e também acontece entre nós. Por medo de represálias políticas e econômicas, por incapacidade de sobrevivên-

cia, sem o apoio financeiro do Estado, também por bajulação, por acomodação ou buscando até receber favores e concessões, benesses, muitos órgãos de Imprensa adotam a chamada autocentura.

O que é autocensura? Chega o repórter com uma notícia, chega o redator com um comentário para criticar o Governo; a primeira reação dos detentores desse Poder jornalístico, dos donos dessa empresa é dizer:

— Essa notícia interessará a Sua Excelência! Se não interessar, corta.

Essa é a autocensura, que sai de nós mesmos, esta é pior do que a censura direta e indireta.

Não se pende, no entanto, que pelo absurdo da censura, por tudo aquilo que ela transforma e já transformou neste País nos últimos anos, dando ao povo a impressão de que éramos uma ilha de paz e tranqüilidade, progresso e desenvolvimento, que ela não possa ser combatida, que ela não possa ser ridicularizada.

Vejam bem!

Quando se iniciou esta fase predatória da censura durante o Governo Garrastazu Médici, o jornal "O Estado de São Paulo" começou a ter centenas de artigos por semana, dezenas por dia, censurados. Editoriais, notícias, comentários, tudo era censurado! O que fez o jornal?

Quando a notícia era arrancada da página pelo censor, não colocávamos lá outra notícia que pudesse dar ao leitor a impressão de que não havia censura e de que por medo, desconhecimento ou simplesmente por falha jornalística não tínhamos publicado. Não! Naqueles espaços em branco começamos a publicar fotografia de rosas, textos dizendo como se devia plantar rosas.

Vejam bem, na primeira página a técnica jornalística não permite fotografrias de rosas. Sendo assim, aquilo já dava ao leitor a compreensão de que estávamos sob censura.

Esta técnica teve que ser abandonada, no entanto, porque um grupo de senhoras "paulistas quatrocentonas" procurou o então Prefeito de São Paulo, Figueiredo Ferraz, pedindo que S. Sa. se solidarizasse

com aquela belíssima campanha do jornal "O Estado de São Paulo" de florir a cidade! (Risos e palmas). Tivemos então que abandonar aquela técnica e passamos para a técnica de "Camões". Durante dois anos, no lugar de cada notícia, comentário, editorial, enfim, no lugar de qualquer matéria censurada, publicávamos "Os Lusíadas" de Camões.

Vejam bem, todos conhecem a extensão deste poema e, no entanto, ele foi publicado integralmente sete vezes no "Estado de São Paulo", caracterizando o período mais abjeto da censura no País.

Existem, no entanto, outras formas de combater e ridicularizar a censura.

O "Jornal da Tarde", que pertence ao mesmo grupo de "O Estado de São Paulo", adotou a "arte culinária" como técnica.

Então era comum ver-se, na primeira página deste jornal, "como fazer bolinhos de bacalhau" ou como fazer "galinha ao molho pardo".

Existe em São Paulo um restaurante chamado "Altredo". Alfredo era também o prenome do Ministro Alfredo Buzaid.

Então publicávamos uma página inteira com o título grande: "ESPECIALIDADE DO ALFREDO", título que é justamente o que consta no menu do restaurante.

Outra forma de combater e ridicularizar a censura está demonstrada no "Jornal do Brasil" do dia 14 de dezembro de 1968, um dia depois da edição do Ato Institucional n.º 5, pois foi com este Ato Institucional que se instalou a censura perene no Brasil.

Vejamos. O "Jornal do Brasil" teve matérias censuradas na sua primeira página. Colocou então anúncios de empregadas domésticas, de hipotecas, etc.

O "Jornal do Brasil" tentou fazer um editorial contra o AI-5, Este editorial foi censurado. Substituiu-se, então, por uma fotografia imensa onde está um gigante imenso lutando judô com um menino. O título diz: "TAREFA HERCÚLEA". (Palmas).

Mas a principal forma com que o "Jornal do Brasil" conseguiu ridicularizar a censura foi a seguinte:

Todos sabem que este jornal publica no canto da primeira página a previsão do tempo. No dia 14/12/68 saiu publicado assim: "Tempo negro, temperatura sufocante, o ar está irrespirável, o País está sendo varrido por fortes ventos. A temperatura em Brasília é de 100°C, nas Laranjeiras é de 0°C."

Uma outra forma, eu peço permissão para um exemplo. Terminava o Governo Médici, e sabíamos nós, a farsa do milagre brasileiro. Eu não sou perito em economia, mas tentei, junto a companheiros que me entendem, fazer um artigo bastante longo analisando a economia do País naquela época e mostrando que aquilo era um embuste, um engodo, que aqueles doze por cento não representavam nada porque o custo de vida estava em quarenta por cento, e dava determinadas formulações teóricas para mostrar que o "milagre brasileiro" não era "milagre" coisa nenhuma, que não existia.

Muito bem. Este artigo vai para São Paulo, porque escrevi em Brasília, é composto, e o Censor olha e diz: — Isto não é possível! (Este deve ser o meu centésimo artigo censurado). Este artigo não pôde sair! São Paulo manda-me a cópia do artigo censurado, já paginado. Fiquei, realmente, amargurado, porque aquele artigo havia me tomado dois ou três dias de pesquisas, de conversa, amolei muitos amigos meus. Então, naquele momento, veio-me uma idéia. Criei a figura fictícia de um professor de Sociologia que havia retornado, naquele dia mesmo, de um País chamado a "Baldônia" do interior.

Na Baldônia, tinha havido na semana anterior uma mudança de Governo, e eu escrevi: Havia saído o Governo de um "milagre baldônico", o Governo da Baldônia havia deixado o custo de vida em doze por cento. E todos estudos estatísticos e aquelas formulações teóricas que eu apresentava para a realidade brasileira, transplantei-as para a realidade "baldônica." O Censor recebe o artigo. Olha, e diz: — Até que enfim este Carlos Chagas resolveu escrever sobre Política Externa! Pode publicar. (Palmas).

Vamos agora, ao relacionamento de determinados equívocos que acontecem na realidade social em função da censura, quando a mesma é permanente, quando se prolonga. Quando não se pode vencer a censura, acontece no meio social determinados equívocos sobre os quais não podemos protestar.

Vejamos alguns. O primeiro dele diz respeito ao cerco, hoje ve-

rificado, sobre o cidadão comum, sobre a pessoa humana. Sobre nós, sobre a pessoa humana, estabeleceu-se gradativamente um mecanismo de espionagem, de suspeita, em nada acorde com aqueles princípios que deveriam nortear um sistema positivo de informações, positivo, necessário e comum às sociedades modernas.

Os dentetores do Poder — e vale repetir, lá e cá — por força de censura, por força de amortecimento de liberdades, os detentores do Poder gastam hoje, em todos os quadrantes, parte do seu tempo violando a Constituição e as leis para se intrometerem na intimidade de todos nós.

Não mais se atêm estes detentores do Poder àquela informação imprescindível, abrangente das reações do meio social, dos seus anseios, das suas expectativas. Pouco se interessam por isto. Preferem é desconfiar de tudo e de todos. Qualquer conversa, qualquer conferência, qualquer comentário, qualquer palestra, é motivo de um relatório de alguém para alguém sobre alguém.

Informações, boatos, relatos, ilações ou conclusões, representam uma indústria à parte. Criou-se a desconfiança nesta sociedade moderna velada pela censura. Cabotinou-se a naturalidade, implantaram-se valores negativos, responsáveis pela desagregação e o medo, seja na sala de aula, seja nos escritórios, nos quartéis, nas oficinas de trabalho. Todos temem os vizinhos, todos temem um colega de mesa, todos temem um amigo.

Uma nova guarda pretoriana assume gradativamente o Poder, vetando, proibindo, desconfiando e acusando. Não mais com espada e lança, senão com gravadores, com microfones. Esta guarda se traveste de protetora em guardiã, de guardiã em tutora e de tutora em déspota. Isso acontece essencialmente pela inexistência de instituições sólidas, pela inexistência de garantias à pessoa humana, de garantia a nós. E no caso desta manhã, de garantias à Imprensa.

Outro grande equívoco paralelo, que acontece por força da falta de liberdade de imprensa, é aquele relativo à mentalidade radical dos poderosos de rotularem como antibrasileiros, como inimigos da Pátria, como traidores todos aqueles que não concordam com as suas concepções, todos aqueles que denunciam a censura, que denunciam a espionagem. Todos aqueles que lutam, que pregam pelos direitos humanos, são traidores, são subversivos, são comunistas. Ora, vejam

bem. Quem é subversivo senão aquele que transmuda, senão aquele que agride a lei, senão aquele que acaba com a liberdade, que acaba com a democracia, com a responsabilidade. No entanto, subversivos, contestadores, inimigos da Pátria somos nós. Esse equívoco acontece unicamente pela falta da liberdade, e, no caso, mais pela falta da liberdade de imprensa.

Ainda um equívoco. Onipotentes, onicientes e iluminados, certos Governos, como o Governo Médici, por exemplo, julgaram nada dever aos seus governados, em termos de informação ou de prestação de contas. O povo, para eles, não se encontrava preparado para conhecer as graves implicações da realidade nacional. O povo, para eles, não tinha direito de se intrometer, de saber dos segredos isotéricos criados nos gabinetes dos detentores do poder. Por conta dessa concepção, até decreto secreto nós tivemos. Espero que não venhamos a ter nunca "ministros secretos" ou "constituições secretas".

Um outro equívoco tão importante quanto este é aquele de se apagar o passado, dos Governos que detêm a censura, que detêm o poder de censura, tentarem apagar o passado.

Vejam bem. Em abril deste ano, como tem acontecido todos os anos, em Brasília celebrou-se mais um aniversário da cidade. Se nós formos contar as inaugurações de sala de aula, as inaugurações de ponte, as inaugurações de pequenas salas de hospital, as sessões solenes nas Universidades, as sessões nos colégios públicos, as sessões em várias associações de classe, se nós formos contar, no último vinte e um de abril, nós tivemos, pelo menos em Brasília, uns duzentos discursos. Muito bem, um pesquisador despreocupado deu-se ao trabalho de pesquisar. Todos os discursos falavam na beleza de Brasília, na pujança de Brasília, nos Governos Revolucionários que consolidaram Brasília como Capital. É verdade, façamos justiça, consolidaram Brasília como Capital. Ninguém, no entanto, por medo ou por interesse teve coragem de dizer nos seus discursos, que, muito mais do que consolidar, houve um homem que criou Brasília, que foi Juscelino Kubitschek de Oliveira.

O equívoco final, para terminarmos. De uns tempos para cá, e o Professor Henrique Cardoso abordou isso ontem, de uns tempos para cá, definiu-se que desenvolvimento é penhor de exceção. Quer dizer, o Brasil é uma potência emergente. O Brasil está se desenvolvendo. O Brasil precisa de um produto nacional bruto maior, precisa de

exportações maiores, precisa equilibrar a sua balança de pagamento. Então, segundo essa concepção, isto só acontece dentro de um regime de exceção. O AI-5, para essa concepção, seria o penhor do desenvolvimento. Vejam bem a incongruência. País mais desenvolvido, País mais avançado de todo o Mundo, os Estados Unidos da América, ao tempo em que era um país subdesenvolvido, ao tempo dos seus colonizadores e até agora jamais abriu mão da liberdade, jamais abriu mão da democracia e da responsabilidade. Nem por isso o desenvolvimento nos Estados Unidos deixou de se fazer da forma como se faz.

Queria, para concluir apenas nesta defesa da liberdade da Imprensa, dizer que não pensem que, pela ênfase que damos à necessidade da liberdade para a Imprensa, não pensem que nós constituímos um corpo a parte, um corpo solto no espaço desligado de qualquer responsabilidade. Não, nós temos responsabilidade para com o meio social, para com a Segurança Nacional real, temos essa responsabilidade. Não podemos ser irresponsáveis, publicar tudo que nos vem a cabeça. Por exemplo, houve, há 4 anos atrás, um surto de guerrilhas no Norte de Goiás, Sul do Pará. A Imprensa sabia que houve esse surto de guerrilha. Recebemos, no entanto, um apelo das Autoridades, naquela época, para que não déssemos ênfase àquela movimentação de tropas que havia no Norte de Goiás. Aceitamos plenamente. Aquilo era realmente um assunto de Segurança Nacional. Mais tarde, quando o surto foi debelado pudemos publicar tudo. Quando há seqüestro de crianças, por exemplo, quando há rapto, a Imprensa sabe geralmente desde a primeira hora. No entanto, não publicamos. Nós temos responsabilidade para com a pessoa humana. Se o seqüestrador ler no jornal o seu nome, esteja onde estiver, ele mata a criança. Por isso não publicamos, pois a responsabilidade é nossa. Agora, vejam a diferença que vai disto até as anomalias sexuais de Leonardo Da Vinci ou até a carne congelada do Uruguai.

Não adianta, apesar de tudo, a censura, por mais dura que seja, em cima de nós, porque há uma regra básica da natureza das coisas: ninguém censura a própria vida. Então pode-se impor ao meio social o desconhecimento de um fato que acontece no Amazonas, de um fato que acontece em São Paulo, de um fato que acontece no Rio Grande. Pode o meio social desconhecer o que está acontecendo nessas Regiões, mas jamais, pela continuidade do tempo, se poderá censurar a própria vida, porque cada um vive as dificuldades, cada um vê, no seu dia-a-dia, alta de custo de vida, as dificuldades de saúde, as dificuldades de educação. A censura, portanto, apenas para concluir, é inócua, é inoperante no seu objetivo principal, no seu objetivo maior.

Liberdade, e liberdade de Imprensa no caso, não é maná a cair do céu, que nós devemos esperar de braços cruzados. Liberdade é valor que se conquista no diálogo, na luta e na resistência. Liberdade, não a poderemos ter se não resistirmos. Por isso eu terminaria parafraseando o Presidente Ulysses Guimarães, também um poeta do passado; e aos companheiros, estudantes de jornalismo, aqui presentes, se alguma coisa se pudesse dizer a eles, eu diria, exclusivamente: em certos momentos nós sentimos que viver não é preciso, mas resistir, será sempre preciso.

Muito obrigado! (Palmas calorosas).

DEBATE

O SR. PRESIDENTE — Vamos passar para a fase de debates com a participação do Plenário, através de perguntas escritas, as quais já estão chegando à Mesa.

Estas formulações podem ou não ser assinadas.

A primeira pergunta diz o seguinte: "Um fenômeno que se está tornando contagiante no Brasil, é a influência do poder econômico do Estado sobre as Empresas de Comunicação. Isso, também, não afeta substancialmente a liberdade de Imprensa?

O SR. CARLOS CHAGAS — Afeta e afeta muito. Não restam dúvidas que a pressão de meios econômicos, sejam estatais ou privados, prejudica, perturba a liberdade de Imprensa. Cabe-nos, entretanto, marchar, gradativamente por objetivos. Temos hoje um grande objetivo, que é o fim da censura à Imprensa, institucionalizada pelo Estado. Quando vencermos este objetivo, quando conquistarmos a liberdade, pelo menos parcial, e podermos dizer o que pretendemos, a próxima etapa, será, e vejam bem, a da Imprensa Francesa, por exemplo, que já se libertou dessa influência do poder estatal e do poder econômico privado. São etapas, numa luta que nunca será plenamente vencida. Jamais nós chegaremos a uma Imprensa realmente plena, uma Imprensa realmente como deveria ser. Haverá sempre erro e deturpação.

No entanto, apenas para concluir, é uma etapa e essa etapa, haveremos de chegar lá. Mas existe, realmente.

Pergunta — dirigida ao jornalista: "Na sua brilhante exposição sobre a censura "institucionalizada" você não menciou outro tipo de censura subliminar, se conhece. Você diria que em "O Estado de São Paulo", por exemplo, prevalece a liberdade plena ou com responsabilidade de opinião de seus jornalistas ou os interessados da empresa de

"O Estados de São Paulo" se submetem aos valores autênticos de uma Impresa livre?

O SR. JORNALISTA CARLOS CHAGAS — Dificilmente poderia falar da casa onde trabalho, mas falo dela com orgulho. "O Estado de São Paulo" tem a sua opinião na página 3, onde expressa o pensamento da sua Direção. Não se concorda com essa terceira página; mas todo o meio social não pode concordar plenamente com aquela página do jornal. Entratanto, em todas as outras páginas, as do noticiário, os Senhores podem ler inclusive críticas à posição de "O Estado de São Paulo." Inclusive ponderações feitas por nós, jornalistas que assinamos, feitas por leitores, feitas por autoridades públicas.

Nessa questão específica do "O Estado de São Paulo" estou a cavalheiro para dizer: uma coisa é a opinião do jornal na página 3; lá não se coloca uma opinião que não seja a do jornal. Nas outras páginas pode-se ler tudo, desde considerações aos direitos humanos, desde críticas institucionais e até mesmo críticas ao poder econômico; críticas às multinacionais ou mesmo a determinada filosofia que "O Estado de São Paulo" defende na página 3.

Pergunta — Por que para alguns jornais são permitidos momentos de liberdade e a outros não? Além disso, os jornais "Opinião" e "Movimento", além de serem censurados, não podem sequer utilizar os subterfúgios do "O Estado de São Paulo", do "Jornal do Brasil" denunciando que estão sem censura ou sob censura. Em outras palavras, que critérios adota o regime para liberar "O Estado de São Paulo", por exemplo, enquanto mantém um arrocho cerrado sobre "os semanários" "O Movimento" e "Opinião"?

O SR. JORNALISTA CARLOS CHAGAS — Creio que essa pergunta poderia ser envelopada e dirigida ao Palácio do Planalto. Não sei que critérios poderosos são esses. Se analisarmos o Governo Geisel, nós veremos uma linha de continuidade. Quando S. Exa. assumiu a Presidência, toda a Imprensa estava sob censura. Ele liberou gradativamente vários jornais como "O Estado de São Paulo"; o "Correio do Povo", o "Jornal da Tarde" e agora recentemente a revista "Veja".

Espero, sem saber se a esperança será realizada, que dentro em pouco seja também levantada a censura no "Movimento" e "Opinião". E repito: mesmo que seja levantada a censura em todos os órgãos de

comunicação nós ainda não teremos liberdade de Imprensa. Só teremos essa liberdade quando não mais estiver em vigor o Ato Institucional n.º 5. (Palmas).

Pergunta — Você falou que existem momentos de liberdade, e citou como exemplo, o presente. Você pretende lembrar com isso a suspensão da censura à revista "Veja". Nesse caso não se afirmaria que essa suspensão foi um ato de boa vontade do regime ou um acordo de boa vizinhança entre a revista "Veja" e o regime?

Aqui vale lembrar a saída de Mino Carta da revista e uma série de encontros entre o Sr. Vitor Civita e o Ministro Armando Falcão.

O SR. JORNALISTA CARLOS CHAGAS — Não sou um **expert** para discutir atos de boa vontade; se eles existem ou não no Governo. É possível até que não existam. É possível até que tudo faça parte de uma estratégia mas também é possível que exista um pouco de boa vontade; um ato no rumo daquele inconquistável aprimoramento do regime. O que me parece mais presente é que, pela força do meio social, pela força dos Partidos, pela conscientização que vai acontecendo no País nestes últimos anos, especialmente a partir de 1974, os próprios detentores do poder sentem que se torna cada vez mais difícil manter os rígidos controles sobre a sociedade. São assim como que compelidos a deixar que os jornais tenham mais liberdade.

No caso específico da "Veja", posso dizer que não houve o menor entendimento, o menor acordo, o menor ato de boa vontade por parte da revista, como também não houve no caso de "O Estado de São Paulo". Os assessores de rádio das nossas redações chegaram lá à mesa, sem dar satisfações de suas presenças, e saíram igualmente sem tomar o menor conhecimento. Simplesmente não voltaram. Não houve acordo. Obviamente, houve acordo com a revista "Veja", houve contatos com o Ministro da Justiça, mas não creio, em sã consciência, que estivesse lá para negociar a liberdade de sua revista. Absolutamente!

Quanto ao Sr. Mino Carta, desconheço os detalhes da sua saída. Deve ter havido um problema interno, mas por morar em Brasília peço desculpar por não conhecer a economia interna, a "cozinha" da revista "Veja".

INTERLOCUTOR — "Ao Jornalista Carlos Chagas: O Estadão é,

sem dúvida, o mais importante órgão da imprensa diária hoje, principalmente porque denuncia a espoliação dos direitos humanos. Você admite que, no entanto, essa denúncia é feita apenas quando são espoliados direitos individuais de alguns indivíduos? Por que o "Estadão" só relatou o caso do operário morto, em São Paulo, ano passado, apenas quando o caso se tornou um episódio de âmbito nacional?"

O SR. JORNALISTA CARLOS CHAGAS — O companheiro, talvez residente aqui em Florianópolis, não tenha acesso a todas as edições diárias de "O Estado de São Paulo". Se tivesse, viria que todos os dias, sempre que acontecem lesões aos direitos humanos, não apenas a civis operários, mas também a outros operários, a professores, a médicos, a advogados, todas as vezes que essas lesões acontecem, desde que estamos sem censura, essas lesões são publicadas integralmente em "O Estado de São Paulo".

INTERLOCUTOR — "Os acontecimentos que envolveram a morte do jornalista Vladimir Herzog foram fielmente relatados pela imprensa?

O SR. JORNALISTA CARLOS CHAGAS — Não tenho acesso aos meandros do Poder para saber como ocorreram os acontecimentos que envolveram a morte de Herzog. Posso dizer que "O Estado de São Paulo", mas também outros jornais do País, com raras exceções, publicaram tudo aquilo a que tiveram acesso, tudo aquilo que puderam colher daquele emaranhado, daquele cipoal de dificuldades.

Cremos que fomos, os de "O Estado de São Paulo", os mais honestos na publicação de tudo aquilo que aconteceu.

INTERLOCUTOR — "Você lembrou que no Governo Médici, quando a censura era mais ostensiva, havia greves no meio operário e no meio estudantil que a imprensa ficava impossibilitada de relatar. Hoje o "Estadão" está sem censura. E as greves, acabaram? Pelo menos não se têm notícias a respeito. Você concorda?"

O SR. JORNALISTA CARLOS CHAGAS — As greves, não sei se acabaram ou não. Mas sempre que ocorrem, inclusive ocorreram em São Paulo, há alguns dias atrás — a Universidade de São Paulo cerrou suas portas, e tudo isso foi publicado.

INTERLOCUTOR — "O Brasil e toda a América Latina, com raras exceções, são dominadas por regimes militares com a censura

prévia em todos os sentidos. Como se explicaria este fato, na época que atravessamos?"

O SR. JORNALISTA CARLOS CHAGAS — Ontem dizia aqui o Senhor Fernando Cardoso, a respeito dos regimes militares, que eles variam na geografia, e no tempo também.

Nós temos o regime militar peruano. Notem bem. No Peru há, realmente, liberdade de imprensa. O regime militar entregou os jornais, entregou os órgãos de comunicação aos sindicatos.

Teoricamente é uma saída interessante. Os sindicatos têm o seu próprio órgão de divulgação. Apenas eu não acredito nesses regimes militares, nessas suas formas sinuosas, porque acontece que no Peru, quem nomeia os dirigentes dos sindicatos, não são os operários, de baixo pra cima, são os militares, de cima pra baixo. Os regimes militares, de uma forma geral, são autoritários, e sendo autoritários lançam mão da censura à imprensa. O que devemos raciocinar e esperar é que este autoritarismo seja gradativa e sistematicamente banido da realidade social. E isto só acontecerá pelo esforço, pelo debate, pelo aproveitamento desses momentos de liberdade que nós temos, aproveitamento ao máximo deste pequeno "palmo de terra" que ainda existe.

INTERLOCUTOR — "Sabia o jornalista da intromissão indevida do Poder Executivo de Santa Catarina ao suspender, ao censurar a publicação de atos soberanos dos dois outros poderes: o Legislativo e o Judiciário, nas páginas do "Diário Oficial" do Estado? Pergunto: Há esse tipo de censura em outros Estados?"

O SR. JORNALISTA CARLOS CHAGAS — Eu tomei conhecimento dos fatos aqui registrados, somente ontem, quando cheguei. Eu creio que isso é lamentável, obviamente, mas creio que em vários outros Estados acontece a mesma coisa. Vejam, por exemplo, um Estado, Santa Catarina, onde há esta censura à Imprensa, onde houve este fato aqui relatado. No entanto, estamos podendo conversar. Vejam, no entanto, o que deve estar acontecendo lá por Pernambuco, quando o MDB, ao lá chegar, não foi recebido, cavalherescamente, ou pelo menos em silêncio. Foi recebido por cachorros, por cães policiais. (Palmas). Acontece isso em vários Estados, e é importante que se denuncie, se diga, se dialogue, se mostre o que está acontecendo. Claro que acontece!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Alceu Collares) — Gostaria que o Senhor explicasse melhor a autocensura sob o aspecto, ou notícias a respeito das guerrilhas do norte de Goiás e do Pará, a pedido das autoridades. Pergunto: as mesmas não deveriam ter sido mesmo, publicadas, naturalmente, sem estardalhaço?

O SR. JORNALISTA CARLOS CHAGAS — Isto não é autocensura. Autocensura, segundo nós definimos, é aquela forma de bajulação, de determinadas empresas, que querem agradar os poderosos e, por isso, não publicam as notícias, que apenas desagradariam os poderosos, ou então, daquelas empresas que não têm independência econômica e que, se publicassem aquelas notícias, teriam o seu crédito cortado, teriam que fechar suas portas. Não vamos julgar, não vamos condenar, previamente. Uma empresa tem o seu sentido social, uma empresa jornalística, também. Então, se esta empresa vai publicar determinadas notícias sabendo que o seu crédito vai ser cortado, heroicamente, às vezes, ela publica, mas muitas vezes o dono da empresa pensa duas vezes, porque terá que manter, senão terá que mandar embora todos aqueles seus operários, todos os seus funcionários, seus jornalistas. Não vamos condená-los, assim, violentamente, ainda que os jornais, realmente cegos, enfrentem, resistam e corram este risco.

No entanto, quanto a este problema das guerrilhas, não foi autocensura. Isso foi responsabilidade, e devemos tê-la, como no caso do seqüestro, da mesma forma.

Eu repito, nós não somos uma ilha solta no espaço. Nós temos responsabilidade!

Nos Estados Unidos, há responsabilidade também, havendo uma Lei muito mais feroz, muito mais drástica do que a nossa. Lá, se um jornalista escreve uma inverdade, atenta contra a honra alheia, atenta contra uma instituição, contra uma associação ou contra uma pessoa, injustamente, vejam bem, a Lei de Imprensa, a Lei de Responsabilidade, leva este jornalista à barra dos tribunais e, em uma semana, este jornalista estará absolvido ou condenado.

Queremos esta Lei para nós! Que nos ponham à barra dos tribunais, se julgam que nós erramos. Agora, a pretexto de evitar inverdades, de evitar injustiças, de evitar excessos da imprensa, a pretexto disso, que nos censurem, isto é um horror!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Federal Alceu Collares) — Dentro da nossa Imprensa atual, qual é o verdadeiro valor do repórter, com a substituição do mesmo pelo "press realise"? Analise o valor que as empresas jornalísticas estão dando ao repórter.

O SR. JORNALISTA CARLOS CHAGAS — Eu não concordo! Um repórter continua a ser, ainda hoje, a peça principal do jornalismo. Agora, obviamente, determinadas instituições, principalmente estatais, mas também privadas, adotaram a forma do "press realise", isto é, de já mandar a notícia envelopada, pronta para entrar nas redações do jornal. Muitos jornais, por problemas econômicos, não podem ter um repórter em cada setor de informação, não podem ter um repórter em cada ordem, em cada Ministério, em cada Casa de Congresso. É um problema puramente econômico. Estes jornais, então, valem-se do "press realise". O "press realise" é um mal, mas é um mal somente nesse caso, para estas empresas que não têm independência econômica, que não podem manter um grande quadro de repórteres, é um mal necessário, porque, se não recebessem o "press realise", não estariam dando, digo, publicando nada a respeito daquilo. Correm o risco de só publicar o que as autoridades querem, que os poderosos querem. Aí é uma questão de critério de cada empresa jornalística, de receber um "press realise", julgando que ele é falso, julgando que ele é faccioso e jogá-lo na cesta. E outros, que têm sua razão de ser publicados. O "press realise" é uma instituição que vai continuar por muito tempo, até que a imprensa adquira, realmente, uma independência econômica suficiente para ter repórteres em todos os setores da vida social.

O SR. PRESIDENTE — **(Pergunta)** Por que a censura ao artigo sobre a mulher, no semanário MOVIMENTO, se é sabido que o Presidente Geisel subscreveu um documento sobre o ano de ação da mulher. Qual o perigo que esta reportagem traria para o Brasil?

O SR. JORNALISTA CARLOS CHAGAS — Preliminarmente, vamos endereçar novamente esta pergunta ao Presidente Geisel. Só as autoridades da censura podem responder. A minha opinião pessoal — eu vi os artigos desta edição de MOVIMENTO — é de que ela está perfeita. Não poderia ser tida, jamais, pelos parâmetros normais, pelos parâmetros institucionais, não poderia ser tida como uma reportagem contestatória, uma reportagem subversiva. Em absoluto! No entanto, aí é que está. A censura não tem critério, tem descritério. Com a censura vale tudo! Uma perseguição pessoal, uma perseguição a um determinado órgão, qualquer coisa! A censura não tem critério! Não posso

responder por que a censura vetou esta reportagem, como vetou milhares de outras reportagens! Vetou porque é prepotente, porque representa o arbítrio, a exceção e a opressão!

O SR. PRESIDENTE — **(Pergunta)** A Lei de Imprensa em vigor no País. Gostaria de ouvir seu comentário a respeito dela.

O SR. JORNALISTA CARLOS CHAGAS — A Lei de Imprensa, em vigor, atualmente, data do Governo Castello Branco. Não é uma lei tão drástica, tão rígida como nós mesmos gostaríamos que fosse. Mas, em síntese, é uma lei razoável. Em seu primeiro artigo, define a liberdade da imprensa e garante a liberdade da imprensa.

Infelizmente, como todas as outras, é uma lei morta, diante do Ato Institucional n.º 5. Mas não me parece que é uma lei que precise ser inteiramente revogada. Bastaria que se aprimorasse esta lei de imprensa, inclusive com os tribunais sumários para jornalistas, tribunais que nos julgassem rapidamente, não precisaria ser numa semana, poderia ser em um mês!

O SR. PRESIDENTE — **(Pergunta)** Quero comentar sobre a revista MANCHETE, cujas páginas estão repletas de reportagens e propaganda do Governo. E foi, quem sabe, a maior propulsora, em papel, do milagre brasileiro. Quais as razões deste interesse da MANCHETE?

O SR. JORNALISTA CARLOS CHAGAS — Não peçam a um jornalista profissional que critique seus companheiros, que exponha situações que, àqueles que estão perguntando, não correspondem à realidade, não correspondem aos seus anseios. É por demais constrangedor a um jornalista, atacar seus companheiros. (Palmas). Se a MANCHETE agiu como age terá seus motivos ou terá seus antemotivos. Mas jamais serei eu quem irá, aqui, colocar a Manchete ou "O Estado de São Paulo" ou qualquer outro órgão que aja de maneira inteiramente diferente, o "Movimento" ou o "Opinião", jamais serei eu quem irá, aqui, colocá-lo no banco dos réus, fazer uma radiografia a seu respeito! Releve-me não ter respondido apenas esta pergunta!

O SR. PRESIDENTE — Há uma última pergunta. "V. Exa. sabia que no Estado de Santa Catarina existem três diários oficiais? O "Diário Oficial" do Estado, o "Jornal de Santa Catarina" e o jornal "O ESTADO"? — Você acha que realmente é necessário existir tantos jornais assim?

O SR. JORNALISTA CARLOS CHAGAS — Vamos respeitar a opinião de quem formula não propriamente uma pergunta, mas uma observação! Não sabia! Ao que eu saiba existe um "Diário Oficial". Mas, é uma situação local, à qual, infelizmente, não tenho acesso!

O SR. PRESIDENTE — Como não há mais nenhuma pergunta por escrito a ser formulada ao nosso conferencista, jornalista Carlos Chagas, vamos convidar os nossos participantes a estarem presentes às 15:00 horas para assistirem à conferência do Senador Paulo Brossard de Souza Pinto, sobre o tema JUDICIÁRIO NO REGIME DEMOCRÁTICO.

Está encerrada a nossa sessão. (Palmas prolongadas).

SEXTA CONFERÊNCIA

O SR. DEPUTADO LAERTE RAMOS VIEIRA — Excelentíssimo Senhor Presidente do Diretório Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, Deputado Ulysses Guimarães; Presidente desse Simpósio do Instituto Pedroso Horta, Deputado Alceu Collares; Excelentíssimos Presidentes dos Diretórios Regionais do MDB de Santa Catarina, do Paraná e do Rio Grande do Sul; Senhores Deputados, Senhores Prefeitos; Senhores Vereadores; Excelentíssimas Senhoras; meus Senhores.

Santa Catarina fala sobre o homem e sobre a liberdade. Só pode existir liberdade no regime democrático, só pode existir democracia através dos Partidos Políticos. Só pode existir Partidos Políticos dignos deste nome na medida em que liberdade de organização, de funcionamento, de difusão das suas idéias, dos seus programas.

São os Partidos que propiciam a escolha dos Governos e são os Governos que têm a finalidade de realizar o bem-estar do homem e da sociedade.

Neste Simpósio, depois do que ouvimos, do que analisamos, do que debatemos, surge ainda uma indagação: Qual a organização política do Brasil? Em que regime vivemos? Como nos estruturamos? De que forma nos apresentamos no exterior?

Em geral, Senhoras e Senhores, quando se quer conhecer a organização de um país se busca a sua Carta Constitucional.

Para sabermos qual a forma de Governo, quais os direitos do cidadão, qual a organização, quais os compromissos, quais os deveres, nós buscamos a Constituição.

Ouvi, certa feita, de um brasileiro que estava no exterior, a revelação do grande embaraço que sentira quando perguntado: "Qual o regime que vige no Brasil? De que natureza é esse regime? Como se organiza o Estado no Brasil?

Para responder a essas perguntas há uma primeira indagação, para a qual é preciso que se busque o texto constitucional. Nós vamos ver qual o texto constitucional que nos rege.

A Emenda Constitucional n.º 1 foi promulgada em dezessete de outubro de mil novecentos e sessenta e nove.

De que forma este texto chegou aos brasileiros para dar ao Brasil e ao exterior, a imagem, a feição do nosso País?

Diz a Emenda Constitucional n.º 1, de 17/10/69: "Os Ministro da Marinha de Guerra, do Exército, da Aeronáutica Militar, usando das atribuições do Ato Institucional" ... — e continuam os considerando — para dizer: ..."decretado o recesso do Congresso Nacional, cumpre ao Executivo elaborar Emendas"...

Dentro destes pressupostos, estabelece o art. 1.º da Emenda Constitucional:

"A Constituição de 24 de janeiro de 1967 passa a vigorar com a seguinte redação".

Eis o preâmbulo e a redação do texto vigente no Brasil:

"O Congresso Nacional, invocando a proteção de Deus decreta e promulga a seguinte Constituição".

Como é que alguém pode, lendo o texto, imaginar que esta Constituição, outorgada da maneira como foi, possa invocar a proteção de Deus, que certamente nessa hora não olhava os destinos do Brasil, e possa, a um só tempo, falar no Congresso Nacional, que não votara a modificação do texto? (Palmas). Como imaginar uma organização política contraditória, nós, catarinenses deste Simpósio? Queremos analisar a realidade política do País, para, exatamente demonstrando as grandes contradições do nosso Regime, procurar caminhos que propiciem a institucionalização daquilo que se chamou a revolução democrática brasileira.

Mas se apenas do preâmbulo não cuidarmos; se nos preocuparmos na análise de alguns direitos que são objeto de nossa preocupação permanente (a Oposição não faz outra coisa se não proclamar e preocupar-se com os direitos individuais do nosso País), nós vamos ao artigo

153 da Constituição, no capítulo dos direitos e garantias individuais, e lá se consigna que é assegurado a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil a inviolabilidade de direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade.

Se lermos exclusivamente estes dispositivos dar-nos-emos por satisfeitos com a prerrogativa constitucional que os povos mais adiantados consagram. Mas, se continuarmos a leitura, chagaremos ao artigo 182 da Constituição, que simplesmente diz o seguinte: "Continua em vigor o Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e demais atos posteriormente baixados".

O que significa isto, face aos direitos consagrados na Constituição? Significa que aquelas garantias: a vida, a liberdade e a propriedade estão truncadas pelas circunstâncias de que o Ato permite, por arbítrio do Governo, a suspensão de todas as garantias constitucionais de vitaliciedade, de estabilidade no exercício da função pública, como está expresso no artigo 6.º, e também a supressão de outros direitos que passaremos assinalar.

Como conciliar o texto do artigo 153 com o 182 da constituição, somados a disposições excepcionais da Lei, que deveria ser transitória e que se perpetua no Brasil? O conflito é evidente. Não há condição e forma para, a um tempo, reconhecermos os direitos individuais e aceitarmos o Ato Institucional, que é a negação desses direitos.

Há um capítulo no texto constitucional dedicado aos direitos políticos e este capítulo estabelece que os brasileiros eleitores, todos têm igualdade de direito para votar, para ser votado. Os direitos políticos não se suspendem, segundo o texto constitucional, senão em casos especiais, por deliberação de quem? Do artigo 154 da Constituição, que estabelece: "Deliberação do Supremo Tribunal Federal".

O que diz o Ato Institucional, que continua em vigor?

O Ato Institucional, que continua em vigor, diz que: "O Presidente da República poderá suspender os direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de dez anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais."

Mas, afinal, qual o texto que prevalece, qual a lei definitiva, qual a norma, qual a segurança, qual a garantia? E vamos verificar con-

tradições, quando a própria Constituição, em certo ponto, contraria o ato de exceção.

O artigo 185 da Constituição diz que são inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, de Governador e de Vice-Governador, de Prefeito e de Vice-Prefeito e demais cargos públicos...

Senhores e Senhoras, isto é um escândalo! Esta redação não existe em texto constitucional! Não há, em texto constitucional, palavras inúteis!

Se nós nomearmos alguns cargos, e depois acrescentarmos "os demais cargos públicos", bastaria dizermos "são inelegíveis para todos". Não basta nomear alguns cargos e declarar os que são inelegíveis para os demais, por que isso os torna inelegíveis para todos.

O artigo 185 torna todos os brasileiros inelegíveis para todos os cargos públicos, desde que haja a suspensão dos direitos políticos.

Mas o Ato Institucional não dizia que as cassações só poderiam ser realizadas pelo prazo de dez anos. Afinal, o brasileiro tem o direito de perguntar, mesmo os injustiçados, mesmo os punidos, mesmo os que não se defenderam, mesmo os que não tiveram o direito sagrado de se defenderem e o direito contraditório de expressarem o seu direito de cidadãos! (Palmas). Qualquer cidadão que foi punido sem ser julgado!

Isto, Senhores, é uma das maiores violências que se pode cometer em qualquer país: alguém sofrer pena sem julgamento!

Como conciliar o texto constitucional da punição por dez anos com o texto que torna inelegíveis para os cargos a, b, c, para os demais cargos, para todos os cargos? Na verdade, como dizia um jornalista de São Paulo, no Brasil, onde há uma lei que institui a pena de morte, se ainda não foi aplicada nos crimes previstos na Lei de Segurança, tem provocado a morte de lideranças nacionais que hoje poderiam colaborar para o bem do País! (Palmas.)

E que diríamos nós, na hora em que vamos a um Tribunal, para integrar na vida comunitária, na vida de um Partido, companheiros que sofreram penas injustas e que, incluídos nos diretórios, foram ao pretório para pedir o direito de participarem de uma agremiação

política, e a Corte de Justiça, pelas limitações em que todos os Poderes se incluem, inclusive, o Poder Judiciário — que aqui queremos prestigiar — a Corte não tem outro remédio senão dizer que a matéria não pode ser apreciada pelo Poder Judiciário.

Há lesão de direitos! Há o homicídio político! Há a morte do cidadão e não se pode propiciar-lhe a sua ressureição para reintegrar-se na vida pública! (Palmas.). Será que nós, brasileiros, podemos tolerar que se exclua da vida social, da vida do nosso País, expressões maiores de brasileiros que poderiam hoje, como todos, estar trabalhando em benefício de um Brasil melhor e construindo uma Pátria onde, realmente, pudesse haver liberdade?

Mas, Senhores, será que nós vamos continuar lendo o que se chama a Constituição do Brasil, que assegura o direito de propriedade, no Art. 153, § 22, se no Art. 182 se diz que o Ato Institucional continua em vigor e que, em função dele, se confiscam bens, sem dar ao cidadão qualquer direito de defesa? Onde está o direito de propriedade de fato? Na arbitrariedade do confisco.

Será que podemos falar de "habeas-corpus"?

O Art. 153, § 20, da Constituição, garante o "habeas-corpus" para todos os que sofrem ameaças, para defenderem-se. Mas num Ato Institucional — Art. 10 do Ato Institucional n.º 5 — se diz que fica cancelado o "habeas-corpus" para determinados crimes, como segurança nacional, economia popular, administração pública, etc...

E com que facilidade, brasileiros e catarinenses, hoje se abrem inquéritos para qualquer que seja a falta, ou suposta falta, como se ela estivesse incluída no rol daqueles crimes que se classificam contra segurança nacional.

Faço uma pequena digressão, falando do direito de ir e vir, no "habeas-corpus". Talvez seja uma caricatura, talvez não seja, mas muito adequada a lembrança, que me ocorreu.

O Decreto n.º 1470, foi editado pelo Governo, recentemente, sem consulta ao Congresso, sem consulta às populações, sem se preocupar com a sua repercussão econômica, sem discutir o que representaria. É um decreto que começa por impedir o direito de ir e vir.

O brasileiro, para sair daqui, hoje, tem que pagar. Tem que pagar

para sair do Brasil, para ir ao estrangeiro, mesmo que queira buscar, lá fora, motivos para aprimorar a sua cultura, para realizar um sonho, para dar à sua família a realização de uma grande esperança.

Quantos, Senhor Presidente, não podem fazê-lo e para isto, durante longos meses, nesta pobre vida brasileira, que não permite, sequer, aos brasileiros conhecer o nosso País, reuniam suas economias, comprometiam parte do seu salário! (Isto é moda no Brasil — porque no Brasil o assalariado ganha tão pouco que se não comprometer o que vai ganhar no futuro, ele não consegue nem comer). Até produto de alimentação já se vende a prazo! (Palmas.). E como cortar este direito do brasileiro, de levar o seu filho ao estrangeiro, de ter um familiar seu visitando o exterior? Fez-se uma limitação no direito de ir, numa suposição absurda de que o fluxo turístico pudesse ocorrer numa só faixa. Todos deixam de ir todos vêm ao Brasil.

Senhoras e Senhores, um simples voto da nossa delegação na ONU, contra o sionismo propiciou o cancelamento de inúmeras passagens e a vinda de inúmeros turistas ao Brasil. O turismo internacional se faz dentro de outros pressupostos. Normalmente, quem não visita não é visitado. Quem não faz a visita, não recebe a contrapartida, de agradecimento.

Não se perguntou nada a ninguém. Quantas empresas de turismo existem no Brasil? Quantas pessoas trabalham nesta empresa? Quantas passagens já estão vendidas? Quantos hotéis foram reservados? Quais os compromissos financeiros? Não se perguntou nada a ninguém! Nem ao Legislativo. Não se perguntou nada ao povo, não se consultou ninguém!

É esta, Senhores, a arbitrariedade permanente. Num ato como esse — como em todos os atos, no Brasil — cada dia mais há de se enfraquecer o Governo, que não compreende, não dialoga, não sente o que os seus concidadãos pensam e vivem. (Palmas.).

Pela nossa pobre Constituição não se intervirá nos Estados! É a norma do art. 10.

O Município é autônomo! É a norma do art. 15!

O Ato Institucional, porém, nos artigos 3.º e 15 diz: "O Governo, por deliberação da Presidência, intervirá nos Estados e cancelará a autonomia dos Municípios."

Senhores, inventou-se agora que, modernamente, os Executivos têm que ser fortes! E os que assim pregam acham que para o Executivo ser forte é preciso amesquinhar, humilhar, anular a ação do Legislativo e do Judiciário.

A nossa luta pela restauração de direitos e para propiciar o cumprimento de deveres dos outros Poderes se realiza para que se restabeleça o equilíbrio nacional, para que um Governador não faça como fez o de Santa Catarina, propondo à Assembléia, simplesmente, por deliberação própria, sem consulta aos outros Poderes, que se eliminasse as gratificações de todos os cargos dos integrantes dos outros Poderes. O projeto vai ser apreciado por esta Casa!

Para que não existam, assim, medidas de arbítrio e de prepotência, os Governos democráticos hão de partir de um pressuposto inicial e primeiro! Quando qualquer cidadão em qualquer País e em qualquer pátria quiser saber se existe um Governo legítimo instalado, esta pergunta se responderá em função da forma de escolha e do referendo popular. Não é sem razão que o § 1.º do art. 1.º da Constituição diz — embora não obedeçam, embora desconheçam sua existência, mas este dispositivo diz: "todo poder emana do povo!"

A legitimidade do Poder é que lhe dá autoridade, é que lhe dá condição de atuação, é que lhe dá, inclusive, os instrumentos necessários para receber a colaboração de todos, realizar a justiça e atender aos anseios populares.

Mas os Governos hão ser ser, também, estáveis. Aliás, não foi outra coisa senão o risco da instabilidade que motivou o movimento revolucionário! Quando houve o risco de se instalar no Brasil o que se chamava república sindicalista ou que nome tivesse, invocando a instabilidade das instituições e do regime, se procedeu a um regime revolucionário. Mas, eu pergunto a tantas esclarecidas inteligências do meu Estado, que, para orgulho meu, de catarinense, prestigiaram esta festa do pensamento brasileiro, aqui comparecendo. (Palmas.). Eu pergunto se é possível haver estabilidade dos Governos, com a instabilidade nas leis e com o arbítrio sempre presente!

Devemos nós falar e cuidar da segurança do Estado? Sim.

Perguntam ao nosso Presidente Nacional, que este extraordinário Líder, que brinda Santa Catarina com sua presença, o Presidente Ulys-

ses Guimarães (Palmas). O seu Partigo, acaso, quer tornar o Governo indefeso? O seu Partido não defende a segurança do Estado?

E eu ouvi V. Exa. responder — e porque tem dito a todo o Brasil e eu também digo aos catarinenses — não há Estado que possa ser defendido, não há segurança que possa prevalecer, senão quando e na medida em que nós defendermos a segurança e defendermos o cidadão. A ameaça a qualquer um membro da sociedade, para aqueles que têm a concepção da liberdade, que têm princípios que norteiam a sua vida — a ameaça com o arbítrio, a força, a punição, a repressão desmedida, tudo isto gerando insegurança a um cidadão — acaba por contaminar todo um Estado, toda uma sociedade!

Não pode haver estabilidade dos Governos com uma legislação emergencial que só poderia ser usada para a solução de problemas graves. Uma vez vencida a crise, volta-se à normalidade. É uma conseqüência lógica e normal, insofismável, irrecusável.

Se o organismo do Estado está doente, a aplicação do remédio deve restabelecer o organismo do Estado. O que não se pode é usar remédio excepcional em caráter permanente. Isso torna o Estado portador de moléstia incurável! A estabilidade do Estado depende exatamente da permanência das regras de direito; daquilo que se chama Estado de Direito; da norma institucional.

Mas há outros fatores que têm que ser considerados. É possível realizar uma administração sem a participação popular? Para que existem os Partidos? Pergunto: quem neste Simpósio é capaz de responder se existe algum Partido político comandando o País? Simplifico a pergunta: por acaso algum Partido é Governo? Não, Senhores e Senhoras. Lastimavelmente, não há nenhum Partido no Governo. O que existe são alguns membros do Partido que estão a serviço dele para aceitar tudo o que o Governo propõe. (Palmas).

Talvez seja esta a razão por que os brasileiros compreenderam que para voltar à democracia, na realidade existe uma legenda que o povo adotou e que há de utilizar nas eleições de 15 de novembro deste ano. Temos compromisso, que assumimos. Legenda que, para buscar o fator de estabilidade e de legitimidade do Governo, de realização do Governo democrático, está procurando usar uma fiscalização permanente.

Será que é possível realizar um governo democrático sem uma fis-

calização de todos os órgãos diretos e próprios, dos organismos criados para este fim? dos Poderes Legislativo e Judiciário, dos Tribunais de Contas? Será que é possível realizar um Governo em benefício popular sem esta característica de se permitir a fiscalização plena e completa? E como vamos fiscalizar sem o interesse de cada um, do povo, que se transforma em parte do Governo, para pretender que o mesmo solucione os seus problemas? Todas as vezes em que se instala em qualquer País, como se instalou no nosso, governos que não precisam da participação popular, estes Governos tendem ao fracasso, tendem às medidas que não conduzem aos interesses das comunidades.

Direi que o organismo do Estado só se fortalece à medida em que todos se integram e se interessam por aquilo que acontece com a Nação! Se hoje algum bem intencionado quiser dizer dos erros que ocorrem no setor administrativo corre sérios riscos. É aquela velha e popular estória: um cidadão, fazendo uma enquete, perguntou a um transeunte: O que você acha deste Governo? Ele pensou um pouco e respondeu: Não acho nada porque meu irmão achou e até hoje não achamos mais ele!! (Palmas.).

Como se deturpam as palavras! Como uma Oposição como a nossa, objetiva, sadia, propondo soluções, discutindo temas, racionalizando debates, como homens públicos das categorias que integram a mesa deste Simpósio, que honra Santa Catarina, para o Congresso Nacional, como uma Oposição assim repito, pode não ser compreendida? (Palmas). Perguntam aos homens do Governo o que é ser subversivo. É provável que eles respondam o seguinte: subversivos são todos aqueles que criticam o Governo e que votam contra o Governo. Perguntam a eles porque no Brasil hoje se suspendem eleições. Não se suspendem eleições no Brasil é verdade, mas uma meia verdade, porque para muitos cargos, não se realizam eleições.

Quando a Revolução se fez, conservou-se o direito de escolher o Presidente da República por voto direto, como, por voto direto, deveriam escolher-se todos os ocupantes dos outros cargos. Porque hoje nós não podemos escolher o nosso Presidente? Porque não se permite sequer que os nossos líderes nacionais possam falar ao povo brasileiro? porque descobrir um artifício para deturpar os resultados das eleições? Porque se aperfeiçoaram tantos artifícios que no Brasil se estabeleceu um sistema de eleição com o resultado prévio através de reduzido colégio eleitoral? E com isto fizeram inveja ao mundo todo: é um "know-how" brasileiro, podemos cobrar "know-how" de quem quiser, imaginação criadora brasileira...

Nós conseguimos descobrir quem vai ser o Presidente da República antes da eleição; nós conseguimos saber antes quais os que vão ser eleitos depois. É um regime extraordinário!

Mas o que é uma eleição indireta? Nos países que a adotam, procede-se a consulta popular, elegem-se os delegados eleitores e, em função do voto posterior desse delegado, escolhem-se os eleitos.

Aqui no Brasil descobriram outra coisa extraordinária: conhece-se antes o colégio eleitoral e se estabelece o que chamam fidelidade partidária; em seguida, os fiéis elegem a quem o partido não escolheu para ocupar cargos públicos. (Palmas).

Senhor Presidente, creio que uma das principais passagens políticas desse Brasil de hoje, uma página extraordinária foi escrita exatamente por Vossa Excelência.

Tal é a força das eleições que, mesmo quando existe falta de eleitores, ainda se pode conseguir uma forma de acionar a vontade e o pensamento popular.

Não tivesse Vossa Excelência os dotes de verdadeiro estadista, a percepção política que tem, que o faz credor, hoje, da admiração, do apreço e da simpatia de todos os brasileiros e, certamente, não teria pensado, na eleição anterior, em se tornar no que se chamou o anti-candidato. (Palmas)

O anti-candidato correu o Brasil, honrou, também, Santa Catarina, esteve na nossa terra.

Diziam alguns: o que quer o MDB? O MDB quer legitimar uma pseudo eleição? O que fará o MDB? Não seria melhor nos recusarmos, nos ausentarmos, não participarmos? E foi exatamente pela percepção política desse grande brasileiro que nós conseguimos, no pleito anterior, despertar as consciências, trazer um resultado espetacular que mudará e que mudou a vida do Brasil. (Palmas) Que desespero dos nossos adversários, que agora não têm mais como fabricar leis eleitorais!

No Brasil de hoje, Senhor Presidente, as eleições não se fazem como em outros países, na rua, na praça pública, no voto e na urna. No Brasil, hoje, se fazem eleições nos laboratórios políticos do Governo, cujos sábios ficam inventando fórmulas para obter resultados predeterminados.

Pois foi um desses sábios, o Ministro Falcão, que propôs, agora, a "Lei do Silêncio" para a Oposição.

Concluiu que, se a Oposição falar, o Governo estará perdido e, como único remédio para o Governo, encontrou o silêncio da Oposição. Por ironia do destino, a "Lei Falcão" vai ser relatada no Congresso Nacional pelo Passarinho. Entre o Falcão e o Passarinho, as nossas esperanças se vão. (Palmas)

Senhor Presiente, esse laboratório político está fabricando verdadeiros espantalhos. O primeiro deles, que voltou a ser usado, não quero comentar mas quero referir e quero assinalar: cassação de mandatos, eliminação de lideranças, anulação de votos.

Presidente, Senhoras e Senhores, quem cassa votos tem o direito de pedir votos? Quem desrespeita votos tem o direito de pedir que se vote em alguém? E os direitos dos Poderes Legislativo e Judiciário?

Houve uma vez falso profeta que espalhou em todas as partes que o fim do mundo estava próximo. Muitos acreditaram, não plantaram, não se cuidaram, não trabalharam, divertiram-se, deixaram passar o tempo e o trágico acontecimento não ocorreu. Quase que o mundo acaba por falta de previsão dos que acreditaram no profeta.

Hoje, dizem ser provável que se extingam os Partidos. Mas, Senhoras e Senhores, esta não é uma fórmula mágica porque, se extinguirem os Partidos, não extinguirão as nossas idéias, não extinguirão o nosso programa, não modificarão a nossa forma de ação e nós, balizados pela presença de Ulysses Guimarães, e os catarinenses balizados pela presença de Dejandir Dalpasquale, nós todos ingressaremos num só Partido, seja qual for a legenda. (Palmas)

Falam do calendário eleitoral. Este País é tão infeliz que nós precisamos, a cada dia, dizer que as eleições vão-se realizar.

Há outros fantasmas e outros espantalhos na vida política. É o que chamam "impasse político".

O Senhor Presidente da República disse uma grande verdade que eu quero proclamar. "A ditadura não é opção!"

Estou autorizado pelo Presidene a dizer o seguinte: temos in-

tegral concordância com esta afirmação. Mas Sua Excelência deixou subentendido que o Governo precisaria ganhar a eleição. Ora, Senhores, se nós formos realizar uma eleição com a pré-determinação de que vamos ganhar, não precisamos fazer eleição. Se nós não precisamos fazer eleição, não precisamos de partidos. E, se não precisarmos de partidos, nem de eleições, caracterizaremos o regime que estamos vivendo no Brasil.

Os catarinenses não vieram hoje aqui para ouvir-me. Sou da casa e devo manifestar... (Palmas) ...a grande alegria de participar desta festa.

Quero agradecer a todos os conferencistas que vieram a Santa Catarina, promovendo e honrando o nosso Estado. Gostaria de dizer, também, em nome dos catarinenses, a V.Exas. que somos bons alunos e que aprendemos sempre as lições. E V. Exas. haverão de ver nas eleições de 15 de novembro, Prefeitos,Vereadores, Vice-Prefeitos do nosso partido repetindo e ampliando a vitória de 1974, a demonstrar que não se instalou em vão, em Santa Catarina, o 1º Simpósio Nacional do MDB! (Palmas)

Senhor Presidente Ulysses Guimarães, que esta faculdade que se instalou aqui em nosso Estado, com a presença de tantos jovens, leve, talvez, os nossos adversários a imaginar por que os jovens comparecem às nossas reuniões e não vão às deles?

Esta faculdade que se instalou em Santa Catarina, em Florianópolis, para o debate politico e que nós, através desse instituto, levaremos aos outros Estados, é a demonstração eloqüente e plena de que nós, os democratas do Brasil, queremos as soluções brasileiras pela razão, pelo raciocínio e pelo debate amplo em todos os campos! (Palmas) E nós queremos ser dignos de ser filhos desta terra de tantas tradições.

Como catarinenses, se outros benefícios não pudermos ter na eleição de 15 de novembro, haveremos de ter um primeiro e principal: Santa Catarina deixará de ser corredor de passagem para outros Estados, para ser um Estado da Federação com direitos iguais a todos os demais! (Palmas)

Nós, que na época do rodoviarismo, não fomos contemplados com as novas estradas; nós, que não ouvimos falar do corredor de expor-

tação; nós, que não tivemos a refinaria da PETROBRÁS; nós, que sentimos a crise da energia e temos o carvão que se oferece à nossa siderurgia, até hoje não vemos o nosso problema equacionado de forma racional e definitiva.

Permitam que eu diga, nesta mensagem final, que nós, catarinenses, haveremos de despertar Santa Catarina no pleito de 15 de novembro, para mostrar aos brasileiros, com o MDB, com nossos irmãos da Pátria, que nós existimos. E o Governo há de ver-nos, porque, se não nos enxergar, o povo fará com que se modifique o Governo, e que novos horizontes de liberdade se abram...(Palmas)... novos horizontes para um Governo que olha o homem e que viva em função do homem haverão de surgir e os brasileiros saberão que a liberdade é um dos seus maiores bens, que a nós cumpre preservar para a felicidade de nossos filhos!

Muito obrigado! (Palmas)

SÉTIMA CONFERÊNCIA

O SR. DEPUTADO ULYSSES GUIMARÃES — Meu caro Presidente Alceu Collares, quero agradecer por haver oferecido o seu nome honrado e capaz para presidir o órgão sobre o qual depositamos as nossas maiores esperanças.

À sua liderança e à de seus companheiros está entregue a doutrina do partido.

A doutrina, a filosofia, o programa constituem a substância política, as esperanças e as possibilidades de qualquer partido digno deste nome.

Agradeço o seu esforço, a sua inteligência, dos quais certificado positivo extraídos do êxito com que a Imprensa, o rádio e a televisão nacionais registram esta atividade inaugural do Instituto de Estudos Políticos Pedroso Horta.

O agradecimento se estende a Sérgio Murilo, o bravo representante de Pernambuco, Secretário da entidade, e a Valter Silva, que com ele compõe também este órgão administrativo.

Quero agradecer, Senhores, como Presidente Nacional do Partido, os brasileiros que aqui vieram para ensejar aquilo que, com propriedade e eloqüência, disse Laerte Vieira: "a festa do pensamento democrático brasileiro". (Palmas) Tancredo Neves, experiência, tirocínio, bravura, inteligência! O Senador Franco Montoro, do meu Estado, Líder, no Senado da República, da nossa Bancada; o Senador Roberto Saturnino, que aqui versou, com a proficiência habitual, os temas econômicos e sociais. Uma palavra especial ao Professor Fernando Henrique Cardoso. É o brasileiro que participa de todas as reuniões de responsabilidade mundial; lecionando na Sorbone, em Oxford, em Stamford, acaba de chegar da Universidade de Princetown, em New Jersey, que, como todos sabem, foi a Einstein, onde figuras da inteligência e da ciência mundial se reúnem para um levantamento e um

confronto das suas idéias, das suas opiniões, dos seus estudos. Quero agradecer, portanto, desvanecidamente, ao Professor Fernando Henrique Cardoso, que cancelou um compromisso na Noruega, para vir a Santa Catarina, a Florianópolis, a esta Casa, a fim de versar temas que dizem respeito aos nossos anelos de movimentação da dinâmica social e política deste País, para a consecução dos seus altos destinos. (Palmas)

Agradeço a Carlos Chagas, além de tantos outros, eu me permito dizer que Carlos Chagas e Castelo Branco honram a profissão de jornalismo nesta Nação, pela sua coragem, pela sua independência de colocarem o seu talento, não a serviço dos poderosos mas das causas grandes, democráticas do Brasil. (Palmas)

Meu reconhecimento ao Senador Paulo Brossard, (Palmas). Um Partido que tem um líder do seu talento, da sua honestidade, da sua responsabilidade, é um partido, sem dúvida nenhuma, que se impõe ao respeito e ao apoio populares. (Palmas)

Muito grato, meu companheiro Laerte Vieira, o grande filho desta terra, Líder da nossa Bancada na Câmara Federal, (Palmas)

Se me perguntassem — eu que já sou andado em anos de militância política — qual seria a matéria-prima, qual o elemento fundamental de um grande homem público, eu responderia: a coragem. (Palmas) Isto disse Churchill. Certa ocasião, ante a estranheza de certas pessoas diante da fé, da esperança e da honestidade, respondeu o grande político britânico: "É a coragem, porque sem a coragem todas as outras virtudes, na hora das dificuldades e dos perigos, desaparecem!".

O nosso Líder Laerte Vieria, para honra nossa, é uma expressão de coragem e de bravura na defesa da nossa legenda e dos nossos postulados na Câmara dos Deputados do Brasil. (Palmas) O grande orquestrador e o grande maestro, aquele que sabe tão bem dirigir, coordenar, o nosso Líder, o nosso Chefe, o nosso Presidente, modelar nas suas atitudes e na firmeza do seu caráter, e que, sem dúvida nenhuma, é uma das explicações do êxito deste I Simpósio Nacional do Instituto de Estudos Políticos Pedroso Horta. O nosso reconhecimento ao Presidente do Diretório Regional de Santa Catarina, Deputado Dejandir Dalpasquale, que aqui vêdes, ao lado, representanto os Deputados Federais, os Deputados Estaduais e os nossos Vereadores, os militantes, por delegação expressa da gente brasileira. Eu home-

negeio estes companheiros na pessoa honrada e capaz do Senador Evelásio Vieira. (Palmas) Quero, por igual, meus amigos, registrar aqui a presença de duas personalidades respeitadas e conhecidas em todo o Brasil, os Presidentes, um do Diretório Regional do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, e outro, do Diretório Regional do Paraná, o nosso companheiro Euclides Scalco. (Palmas)

Senhores Correligionários:

O Homem e a Liberdade ou o Homem é a Liberdade?

Não são categorias distintas, homem e Liberdade, pois o homem é a Liberdade.

Se não é livre, não é homem, por ser irresponsável. Pode ser besta, vegetal, até mineral, homem não é.

Quem não é livre para optar não pode ser responsável para o prêmio ou para o castigo.

O homem é o livre arbítrio. A expressão é definição: ele é árbitro independente para pensar e agir, resuma-se, "para escolher".

Essa Liberdade gera a responsabilidade, pelo pecado ou pelo erro cometido.

Sem Liberdade primeiro, não há responsabilidade depois, pois responsabilidade prévia não é responsabilidade, é determinismo, censura ou negação da Liberdade.

Liberdade não é o Direito, mas a possibilidade do erro e do pecado. Não há Direito para o mal.

Quem não crê nisso, não crê em Deus nem na Criação, só crê em si mesmo. Arvora-se em proprietário da verdade. Na esfera religiosa é fanático e na política, tirano.

O erro é o triste preço da evolução rumo à perfeição.

São os deslisamentos, avalanches e quedas que conduzem aos cimos!

Levantar-se depois de cair, ainda coberto de pó ou sujo de lama,

isso é ser homem. Quem tomba e não mais ergue, não é digno da vitória.

A natureza, a gravitação dos cosmos, a luz das estrelas e o calor do sol não erram, são inperfectíveis porque são irresponsáveis, faces que são da fatalidade.

A civilização é a longa e fascinante história da libertação do homem.

Toda invenção é triunfo da libertação humana. Com a roda o homem começou a libertar-se do espaço e do tempo; com a agricultura, do nomadismo e da fome; com a medicina, da doença; com a casa, a roupa e o fogo, das intempéries, do frio e das feras; com a escola, da ignorância; com a sociedade, da solidão; com a Imprensa, o Rádio e a Televisão, da desinformação; com a democracia, dos tiranos.

O ensaio e o erro são métodos da ciência.

Quando diziam a Tomáz Edson que sua invenção era inspiração, respondia irritado que era transpiração, abnegada superação de fracassos e frustrações.

A política, o Estado e a lei também são invenções do homem.

Ao inventá-los e mantê-los, está convicto de que não inventou o demônio. Como sua criatura, haveria de ser o aliado, nunca o algoz.

A segurança do Estado não pode ser a insegurança da Nação e a grandeza do homem é mais importante do que a grandeza do Estado.

Muito sangue, muito crimes e muita dor tem chorando a humanidade na procura do necessário convívio da inevitabilidade do poder com a indispensabilidade da Liberdade.

Governados sim, escravos nunca, eis a terrível questão.

O poder não corrompe a homem, é o homem quem corrompe o poder. Também aqui. o homem é o grande poluidor.

O poder não é perigoso. Perigoso é seu exercício por homens imperfeitos, egoístas, vítimas de apoteose mental ou do culto à perso-

nalidade. São os burros carregados das relíquias, da fábula de La Fontaine. Presumem que as zumbaias são para sí, não para o tesouro. Espantam-se e se lamuriam quando ao acabar o mando, acaba o incenso.

Se o poder fosse corruptor, seria proscrito, o que acarretaria a anarquia, isto é, absurdo, cruel e caótico governo do egoísmo, da vontade de cada um.

Se é inevitável o poder, como suprimir ou minimizar os desacertos de seus executores?

Só o poder contém o poder, só o poder controla o poder.

Ainda que existam, não bastam aos súditos a sabedoria, a honradez, as boas intenções dos governantes.

Na ditadura, à sombra de Marco Aurélio, pululam e ficam impunes os Calígulas sanguinários, os Torquemadas da Inquisição e da intolerância, os enxudiosos Faruks da corrupção.

O poder ou é delegado pelo consentimento dos governados ou usurpado pela violência dos governantes.

Mas não tranqüiliza ser delegado, com a cláusula de periodicidade

Há de ser dividido em poder Executivo, Legislativo e Judiciário, independentes e harmônicos. Subordinado a outro porder, despojado de autonomia, não se pode falar em poder, a não ser como mentira ou mistificação.

A tripartição é cautela importante, porém insuficiente.

Não devem haver competências exclusivas, de vez que muitas hão de ser condominais.

O Executivo é Legislativo, pela iniciativa da lei, pela sanção e pelo veto e Judiciário pelo indulto e comutação de penas; o Legislativo é Executivo, pela nomeação de seus servidores e pela aprovação da cúpula dos funcionários da República, como os juízes dos tribunais nacionais, os embaixadores e a diretoria dos bancos oficiais e simultaneamente é Judiciário, ao processar e julgar o Presidente da Repú-

blica, os Ministros de Estado e do Supremo Tribunal Federal; o Judiciário é o maior dos três poderes, não tanto pelo que faz mas pela ilegalidade que desfaz, é o procurador da Justiça, que é a política institucional do poder, sendo sua missão sobrehumana prover para que o direito seja voz, não das palavras, mas do espírito da lei, bem como anular qualquer norma que ouse subverter a Constituição.

Mesmo assim subsiste ameaça de arbítrio.

Os poderes delegados por prazo certo, divididos, compartilhados, independentes e harmônicos, hão de ser criticados e fiscalizados pela oposição, que além de um controle a mais, é também alternativa política para assumí-los.

A oposição é atividade estatal, subversão não é exercê-la, mas embaraçá-la ou impedí-la. Como é inevitável que os governos pratiquem erros e abusos, também é inevitável denunciá-los.

É o princípio da oposição do Estado ao governo do Estado.

Ai dos povos que se insubordinam contra o milenar magistério do Eclesiastes: "Se NATHAN não levantasse o braço para acusar, o Rei David não corrigiria o erro".

Acima desses poderes delegados, há o soberano controle do poder original do povo. Se esse poder não é do povo, de quem legitimamente será? Se o povo não o tem, é massa abúlica, multidão caótica e passiva, povo não é.

É blasfêmia de Paul Valèry que a política seja a arte de evitar que as pessoas se ocupem daquilo que lhes diz respeito.

Na instância secular, a opinião pública é o juízo final. Ela foi mais forte do que o Presidente Nixon, o homem mais poderoso da terra, destruindo-o pelo crime da pirataria eletrônica.

Aí estão as peças principais da mecânica da democracia: poder original do povo, delegação, periodicidade, tripartição, condomínio de competências, oficialização da oposição.

A democracia é técnica desconcentradora de poder, método redutor de competências, reversão do arbítrio pessoal ou oligárquico.

Tantas precauções se justificam porque trágica experiência ensina o homem que ao confiar o poder ao homem, este costumava pervertê-lo. Então não designa seu servidor, mas seu amo.

Não se precavendo, submete-se ao regime da permissividade, em que ao príncipe tudo é permitido e a vida e às necessiades dos súditos só resta a angustiosa e passiva espera de outorgas paternalistas e munificentes.

A força da democracia é a inconstitucionalização de sua fraqueza humana, a humildade com que confessa a fatalidade do erro e inventa dispositivos para evitá-los, diminuí-los, denunciá-los e corrigí-los.

Judge Black captou a substância dos duzentos anos de vigência da democracia nos Estados Unidos, sem golpes nem ditadores: "É esse direito, o direito de errar, que nos mantém fortes como Nação".

As ditaduras ruem pelo pecado da Soberbia, presumem-se infalíveis e onipotentes, amordaçam, desterram, prendem e matam a crítica e malsinam a fiscalização como lesa-magestade.

O voto pessoal ou direito é a delegação do poder.

Se não vota, o povo é expropriado do poder político e centrifugado para a periferia do Estado. Passa a ser objeto e não personagem do Estado.

De dominante, seu "status" subalterna-se em dominado.

Como ouvir e submeter-se ao povo, se são outras as forças que instituíram e sustentam o governo imposto?

Na democracia, o soberano é o povo.

Saudado na rua, procurado em casa, reunido nos comícios, os políticos conhecem seu nome, registram seu endereço, auscultam suas necessidades, ouvem suas reivindicações, pesquisam suas tendências, escrevem-lhe e lhe falam pela correspondência, pela imprensa, pelo rádio e pela televisão.

É o voto, somente ele, que faz a colagem dos cidadãos com os homens públicos. É o imenso forum de exame e tombamento das as-

pirações populares e o catalisador ecumênico dos problemas internos e externos do País.

A campanha é pacto de conciliação e compromisso entre representados e representantes.

A propaganda é o conteúdo material da eleição. Entorpecida ou eliminada, a eleição é extrínsica formalidade, ruidosa e cara mímica de uma farsa.

Para eleger é preciso saber e é impossível saber sem propaganda através dos veículos de comunicação instantânea com a massa.

Eleição sem propaganda é tão perigosa como casamento sem noivado.

Ao interceptar o político do povo, a apelidada "Lei Falcão" é a violência que impõe aos eleitores e escolha de fotografias, números e siglas partidárias em lugar de programas e aptidões.

O rádio como fichário e a televisão como álbum de retratos testemunham o medo às idéias e o pavor à crítica.

Visaram o MDB, mas atiraram no Brasil, obscurecendo as eleições, desestimulando a renovação das lideranças, silenciando a vigorosa e edificante polêmica sobre o País, seus homens e seus desafios.

Repita-se que as nações democraticas e de ecnomia de concorrência são as mais ricas e as mais fortes.

São ricas por serem democráticas e não democráticas por serem ricas.

Os países são os mais pobres na proporção em que são menos livres.

A Bélgica, cerca de 260 e 12 vezes respectivamente menor e menos populosa do que o Brasil, em 1975 exportou 26.425 milhões de dólares, o triplo da receita de nosso comércio exterior.

É instrutivo recordar ser a Bélgica secularmente democrática.

Porque persistem no Brasil a consolar-se com os piores ao invés de emular-se aos melhores?

A democracia não é subproduto da economia.

As ordens econômica, social e política não são patamares distintos e sucessivos.

Estagiar tais ordens, será torná-las irreconhecíveis e inatingíveis.

Pela ação do Estado, a ordem política informa, conforma e explicita os parâmetros da ordem social e econômica. Notadamente com o Estado moderno, intervencionista, estatizador e estatizante.

A simples designação de um regime como comunista, socialista ou democrático é indicadora da modelagem econômica, social, financeira, dos direitos do homem e da informação.

A desordem econômica, e não há pior nem maior do que a carente de democracia, contamina de desordem, a economia e a justiça social. O modelo econômico é perverso porque produtivista, pode crescer, inchar, mas isso não é desenvolvimento.

Mais importante do que a quantidade de bens que temos é a qualidade de vida que usufruimos, ensina Galbraith.

Jamais as nações livres e industrializadas acumularam tanto progresso como na época contemporânea.

Quando se amordaça para a política os microfones, os vídeos e os prelos de certos jornais e revistas deste País, constatamos com amargura e humilhação que coincidentemente nunca foi maior o acesso das multidões à informação, graças à explosão dos meios de comunicação. Logo, a circulação desimpedida e responsável do pensamento não ameaça a segurança nem compromete o desenvolvimento. Compatibilizam-se progresso, segurança e liberdade, acrescidos de bem-estar popular.

A censura, esta sim, compõe e perpetua a estrutura do subdesenvolvimento, opondo-se à sua ruptura pelas forças da justiça social, da educação e da produtividade.

Há alvorada na profecia de Otávio Mangabeira: "Ninguém pode tudo. Sobretudo, ninguém pode sempre".

A verdade não desaparece quando é eliminada a opinião dos que divergem.

A verdade não mereceria esse nome se morresse quando censurada.

É claro que a crítica dói. Deus, que é Deus, ama o badalo, a badalação é ritual divino. Que dizer dos dizer dos homens...

A crítica só é viável quando o regime é mais forte do que a vaidade dos governantes e a intriga de seus bajuladores.

O Brasil não pode continuar entre parêntese, com institutos excepcionais estranhos à sua história, à sua geografia, à índole de sua gente e ao sacrifício de seus libertadores.

Esclarecido e vigilante o povo, como pode um governo politicamente errado ganhar as eleições?

Como pode a Arena ganhá-las, fraca porque é casa irreconciliavelmente dividida em facções que se antagonizam, entricheiradas em sublegendas inimigas, e, pior do que fraca, errada, mortalmente contagiada do mesmo vírus antidemocrático do governo que suporta? — Não querem propriamente ganhar as eleições, o que querem, em desespero e pânico, é não perder o poder.

A democracia é propriedade inarredável para o Movimento Democrático Brasileiro.

Galgar o poder, sem ela ou para reimplantá-la de imediato, seria mera mudança de rótulo porquanto a droga continuaria a mesma. Esse farisaísmo sepultaria o MDB no porão da história.

Senhoras, Senhores e Correligionários:

O Simpósio que agora encerro é o primeiro promovido pelo Instituto Pedroso Horta.

Congregou professores, jornalistas, políticos, trabalhadores, mulheres e jovens para falarem sobre o maior dos bens para o homem e para as nações: — a Liberdade. Ela reúne as forças da esperança e da salvação.

Ouçamos a voz purificadora de um de seus heróis americanos, José Marti: — "Liberdade é o direito que todo homem tem de ser honrado, a pensar e falar sem hipocrisia.

Há homens que vivem contentes, mesmo que vivam sem decoro.

Há outros que sofrem como em agonia quando vêem que há homens que a seu redor vivem sem decoro.

No mundo deve haver certa quantidade de decoro, como deve haver certa quantidade de luz.

Quando há muitos homens sem decoro, há sempre outros que têm em si o decoro de muitos homens .

Lutemos pela Liberdade.

Sem a Liberdade, o regime é como o xique-xique, não dá sombra nem encosto.

Com a Liberdade, o governo é como a palmeira, símbolo vegetal do Brasil, e, como Pindorama, seu nome autóctone de batismo, ofertando aos caminhantes e aos passarinhos sombra, arrimo, água, fruto, ninho e canto.

Suas palmas recebem, distribuem, conversam com o vento.

Não o repelem, como o tronco, hirto e autoritário, detonador da desgraça de sucumbir o vento ou tombar a árvore.

Vale a pena essa luta?

A pena é insuportável: são os cassados, os banidos, os demitidos, os torturados, os presos arbitrariamente.

Apesar de tudo e contra tudo, valeu, vale, valerá a pena, pois a Liberdade não é bem que se ganhe de presente.

Encorajemo-nos com o gênio de Fernando Pessoa:

"VALEU A PENA?

VALE SEMPRE A PENA SE A ALMA NÃO FOR PEQUENA".

Se não valesse a pena, a verdade não seria o destino do homem e a Liberdade o caminho para alcançá-la.

ENCERRAMENTO

Foi encaminhada à Mesa, uma proposta.

Eu expliquei e esclareci aos signatários desta proposta, qual a competência do Instituto.

O Instituto é um órgão de estudos, de pesquisas, deve realizar Simpósios, Cursos, Encontros Políticos, Ciclos e Debates, mas não tem poder de decisão.

Eu vou fazer, apenas, a leitura da proposta e encaminhá-la ao Eminente Presidente do Movimento Democrático Brasileiro, Deputado Ulysses Guimarães:

"Estando presente, neste momento, nesta Capital, a direção nacional do Movimento Democratico Brasileiro e membros de seu Diretório e considerando a existência de 27 presos politicos neste Estado, propomos que a Mesa, através das lideranças partidárias, promova uma visita a esses presos.

Tal comportamento demonstrará coerência com os objetivos deste Simpósio denominado "O homem e a liberdade" e o espírito de solidariedade humana que move os participantes do mesmo.

(a) Jaison Barreto, Tarcisio Delgado, Luiz Henrique, Jorge Wichetti, Jorge Moura, Daniel Galvão e uma outra assinatura que não conseguimos ler. (Palmas)

COMPOSTO E IMPRESSO
EDITORA GRÁFICA ALVORADA LTDA.
IG __ 6 __ SUL __ 2040 TELS.: 23-2163 __ 25-0963
CGC 00003582/0001 __ 60 __ GDF 07001860-0 BRASÍLIA __ DF

INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS "PEDROSO HORTA"

Conselho Deliberativo

1 — Deputado ULYSSES GUIMARÃES (Presidente)
2 — Senador MARCOS FREIRE
3 — Senador ORESTES QUÉRCIA
4 — Senador EVILÁSIO VIEIRA
5 — Senador LEITE CHAVES
6 — Deputado GENIVAL TOURINHO
7 — Deputado MAGNUS GUIMARÃES
8 — Deputado JOSÉ CARLOS TEIXEIRA
9 — Deputado NEY FERREIRA
10 — Deputado JUAREZ BATISTA
11 — Deputado OCTACÍLIO ALMEIDA
12 — Deputado JORGE MOURA
13 — Deputado RUBEM MEDINA
14 — Deputado HUMBERTO LUCENA
15 — Dr. FREITAS DINIZ

Suplentes

1 — Deputado ALOÍSIO SANTOS
2 — Deputado JOSÉ MANDELI
3 — Deputado CARLOS SANTOS
4 — Deputado ARNALDO LAFAYETE
5 — Deputado ADALBERTO CAMARGO